

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

OSVALDO SEBASTIÃO DA SILVA

Versão Corrigida

As marcas da violência:
uma leitura de **Estação das chuvas**, de José Eduardo Agualusa, e **Maio, mês
de Maria**, de Boaventura Cardoso

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

OSVALDO SEBASTIÃO DA SILVA

Versão Corrigida

As marcas da violência:
uma leitura de **Estação das chuvas**, de José Eduardo Agualusa, e **Maio, mês de Maria**, de Boaventura Cardoso

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tania Celestino de Macêdo

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

SILVA, Osvaldo Sebastião da.

As marcas da violência: uma leitura de **Estação das chuvas**, de José Eduardo Agualusa, e **Maio, mês de Maria**, de Boaventura Cardoso/ Sebastião da Silva Osvaldo ; orientadora Tania Celestino de Macêdo. – São Paulo, 2012. 109 f. : il.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade de São Paulo, 2012.

1. Violência. 2. Ficção angolana contemporânea. 3. Angola. I. Macêdo, Tania Celestino de. II. Título. III. Título: As marcas da violência: uma leitura de **Estação das chuvas**, de José Eduardo Agualusa, e **Maio, mês de Maria**, de Boaventura Cardoso.

CDD

SILVA, Osvaldo Sebastião da. As marcas da violência: uma leitura de **Estação das chuvas**, de José Eduardo Agualusa, e **Maio, mês de Maria**, de Boaventura Cardoso. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento. _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Aos meus pais,
que sempre estiveram por perto.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pela concessão da bolsa de mestrado.

À Professora Doutora Tania Celestino de Macêdo, pela orientação, pelas aulas e auxílio bibliográfico, bem como pela compreensão, mesmo quando tudo parecia deixar de fazer sentido.

Às Professoras Rita de Cássia e Anita Moraes, pelas sugestões dadas no Exame de Qualificação.

Ao Professor e amigo Nelson Pestana, pela confiança depositada.

Ao Professor Carlos Serrano, pelas conversas sobre os caminhos e descaminhos de Angola, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para pensar a violência.

Ao Gilson Lázaro, pelas longas conversas e revisões ao trabalho.

Ao Badou Robert, pelo apoio incomensurável.

À Andrea Muraro, por tudo.

Resumo

SILVA, O. S. As marcas da violência: uma leitura de **Estação das chuvas**, de José Eduardo Agualusa, e **Maio, mês de Maria**, de Boaventura Cardoso. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Esta dissertação analisa a temática da violência em dois romances angolanos contemporâneos, designadamente **Estação das chuvas** (1996), de José Eduardo Agualusa, e **Maio, mês de Maria** (1997), de Boaventura Cardoso. No primeiro caso, lançando mão de um procedimento metaficcional e de viés testemunhal, Agualusa retrata o percurso que vai da emergência do moderno movimento nacionalista nos princípios da década de 1950 ao reinício da longa e sangrenta guerra civil em 1992, tendo como clímax as repressões levadas a cabo pela direção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) contra os grupos contestatários de extrema-esquerda e contra as dissidências políticas pouco antes e logo após a independência. Ao passo que, no segundo caso, de maneira alegórica e fantástica, Cardoso recupera a vaga de terror — vigilância, capturas, prisões, torturas e execuções sumárias — desencadeada pela polícia política do regime monopartidário na sequência da tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977. Desse modo, através de uma leitura comparativa desses romances, procuramos interpretar e explicar em que medida, a despeito de suas diferenças, ambos os autores inscrevem a violência como motivo central de figuração, transformando as ruínas da memória social em matéria de criação e reflexão artística.

Palavras-chave: Violência; Ficção angolana contemporânea; José Eduardo Agualusa; Boaventura Cardoso; Ficção e história.

Abstract

SILVA, O. S. The marks of violence: a reading of **Estação das Chuvas**, by José Eduardo Agualusa and **Maio, mês de Maria**, by Boaventura Cardoso. 2012. 109 f. Dissertation (Master Degree). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This dissertation analyzes the thematization of violence in two Angolan contemporary novels: **Estação das chuvas** (1996), by José Eduardo Agualusa, and **Maio, mês de Maria** (1997), by Boaventura Cardoso. In the first case, procedures such as metafiction and testimony were chosen by Agualusa to retrace the route that goes from the emergence of the modern nationalist movement on the principles of the 1950 until the resumption of the long and bloody civil war in 1992, whose climax was when the direction of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) has unleashed a repression against opposition groups of the extreme left and against political dissidents, on the years before and immediately after independence. While in the second case, through the fantastic and the allegorical, Cardoso sought to reconstitute the wave of terror – surveillance, capture, detention, torture and summary executions – unleashed by the political police of the regime, immediately after the attempted coup in May 27, 1977. Thus, through a comparative reading of these novels, despite their differences, the analysis sought to interpret and demonstrate, especially in terms of narrative technique and fictional procedure, as both authors inscribe violence as central motif of figuration, transforming from the ruins of the Angolan social memory into creation and artistic reflection.

Keywords: Violence; Contemporary Angolan Fiction; José Eduardo Agualusa; Boaventura Cardoso; Fiction and History.

Lista de siglas

CAC	Comités de Ação Amílcar Cabral
CPB	Comissões Populares de Bairro
DISA	Direcção de Informação e Segurança de Angola
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
JMPLA	Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OCA	Organização Comunista de Angola
OMA	Organização da Mulher Angolana
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores Angolanos

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1. A revisitação do passado	15
1.1. Estação das chuvas	15
1.2. Maio, mês de Maria	24
Capítulo 2. As marcas da violência	35
2.1. Os presságios	35
2.1.1. Os presságios da cabra e do mocho	37
2.1.2. O presságio do sonho	49
2.2. O medo.....	52
2.2.1. O medo em Luanda	52
2.2.2. O medo no Bairro do Balão	59
2.3. A tortura	61
2.3.1. A tortura na Prisão de São Paulo	62
2.3.2. A tortura na fazenda Boa-Morte	73
Capítulo 3. As imagens do futuro	79
3.1. A resistência dos moradores do Bairro do Balão	80
3.2. A contraconduta de Zorro.....	94
Conclusão	100
Bibliografia	103

Introdução

No panorama da produção literária angolana correspondente aos últimos trinta anos, a representação da história afigura-se claramente consagrada, podendo-se mesmo considerar, com efeito, que uma das tendências mais significativas da ficção angolana contemporânea consiste na revisitação do passado de acordo com novos quadros de referência estética e novas demandas sociais e políticas. Trata-se, na verdade, da consagração de uma modalidade narrativa, caracterizada pela modelização ficcional de personalidades, espaços e fatos da história recente e remota, cujas significações sugerem a incidência de diferentes olhares sobre uma mesma experiência coletiva nacional, o que não deve deixar de ser entendido como um duplo exercício de alteridade tanto em relação às versões do discurso colonial quanto às omissões e mitificações do discurso oficial. Como sugere a maior parte das abordagens a propósito¹, esse recurso ao passado implica, necessariamente, uma autorreflexão acerca do presente e uma projeção da imagem do futuro, no centro da qual se inscreve a mediação entre o desejo de transformação da realidade e a consciência trágica dos limites. Por conseguinte, sem perder a trilha dos ideais a partir dos quais o respectivo sistema literário emergiu e consolidou-se, a ficção angolana contemporânea vem reafirmando o compromisso de (re)pensar a nação, ainda que num perspectiva diversa, senão contraditória, dessoutro unívoco e homogeneizante propugnado pelo projeto literário nacionalista das décadas de 1950-70 do século passado.

Partindo dessa consideração, a nossa dissertação tem como objeto a temática da violência² em dois romances angolanos contemporâneos,

¹ Vejam-se, por exemplo, as abordagens de Russel Hamilton (1999, p. 18), Inocência Mata (2001, p. 173 e 2006, p. 51), Rita Chaves (2004, p. 158-159 e 2009, p. 105), Nelson Pestana (2006, p. 228), Mário Lugarinho (2007, p. 304-305) e Tania Macêdo (2008, p. 207).

² Ainda que, ao longo da análise, nos referíramos constantemente a um tipo específico de violência — a violência de Estado — o termo será sempre empregue em sentido amplo e negativo, ou seja, como excesso de poder em que se entrevê o “aparecimento do sujeito da argumentação, da negociação ou da demanda, enclausurado na exibição da força física sobre o oponente, esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo” (ZALUAR, 2011, p. 1).

designadamente **Estação das chuvas** (1996), de José Eduardo Agualusa³, e **Maio, mês de Maria** (1997), de Boaventura Cardoso⁴. No primeiro caso, lançando mão de um procedimento metaficcional e de viés testemunhal, Agualusa retraça o percurso que vai da emergência do moderno movimento nacionalista nos princípios da década de 1950 ao reinício da longa e sangrenta guerra civil em 1992, tendo como clímax as repressões levadas a cabo pela direção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) contra os grupos contestatários de extrema-esquerda e contra as dissidências políticas pouco antes e logo após a independência. Ao passo que, no segundo caso, de maneira alegórica e fantástica, Cardoso recupera a vaga de terror — vigilância, capturas, prisões, torturas e execuções sumárias — desencadeada pela polícia política do regime monopartidário na sequência da tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977. Tanto numa quanto noutra diegese⁵, portanto, a ficção incorpora acontecimentos recentes no contexto dos quais a violência funciona como um fator estruturante tanto das relações sociais e do imaginário das personagens quanto da lógica mesma de composição.

³ José Eduardo Agualusa nasceu em Nova Lisboa, atual cidade do Huambo, em 13 de dezembro de 1960. Tendo iniciado a sua carreira literária em finais da década de 1980, revela-se, na atualidade, como um dos escritores mais produtivos da literatura angolana. Além de **Estação das chuvas**, é ainda autor de **A conjura** (romance, 1988), **D. Nicolau Água-Rosada e outras estórias verdadeiras e inverosímeis** (contos, 1990), **O coração dos bosques** (poesia, 1992), **A feira dos assombrados** (1992), **Nação crioula** (romance, 1997), **Fronteiras perdidas, contos para viajar** (1999), **Um estranho em Goa** (2000), **Estranhões e bizarros** (contos infanto-juvenis, 2000), **A substância do amor e outras crônicas** (crônicas, 2000), **O homem que parecia um domingo** (contos, 2002), **Catálogo de sombras** (contos, 2003), **O ano em que Zumbi tomou o Rio** (romance, 2003), **O vendedor de passados** (romance, 2004), **Manual prático de levitação** (contos, 2005), **A girafa que comia estrelas** (novela, 2005), **Passageiros em trânsito** (novela, 2006), **O filho do vento** (novela, 2006), **As mulheres do meu pai** (romance, 2007), **Barroco tropical** (romance, 2009), **Milagrário pessoal** (2010), **A educação sentimental dos pássaros** (contos, 2011).

⁴ Boaventura Cardoso é natural da então São Paulo de Assunção de Luanda, hoje apenas cidade de Luanda, onde nasceu em julho de 1944. Começou a sua atividade literária em princípios da década de 1970, com escritos publicados na página “Artes e Letras” do jornal **A província de Angola**. Atualmente, além de **Maio, mês de Maria**, é autor de cinco obras, nomeadamente **Dizanga dia Muenhu** (contos, 1977), **O fogo da fala** (estórias, 1980), **A morte do velho Kipacaça** (estórias, 1987), **O signo do fogo** (romance, 1992) e **Mãe, materno mar** (romance, 1996).

⁵ O que daqui em diante designaremos por *diegese* — ou por qualquer um de seus correlatos —, de acordo com a proposta de Gérard Genette (2008, p. 265-284), pode ser, se assim convier, entendido como *fábula* ou *história*, no sentido em que esses dois termos são concebidos pela teoria literária, ou seja, em oposição à *intriga* ou ao *enredo* (Cf. REIS & LOPES, 2002, p. 205-207). De modo que a opção pelo conceito de diegese se deve tão-somente à tentativa de evitar uma certa ambiguidade conceitual e terminológica que aqueles termos acarretariam.

Desse modo, através de uma leitura comparativa desses romances, procuramos interpretar e explicar em que medida, a despeito de suas diferenças, sobretudo no plano da técnica narrativa e do procedimento ficcional, ambos os autores inscrevem a violência como motivo central de figuração, transformando as ruínas da memória social em matéria de criação e reflexão artística.

A nossa exposição desenvolveu-se em três capítulos. No capítulo 1 — “A revisitação do passado” —, procedemos à apresentação dos dois romances, sendo que optamos por analisá-los individualmente, privilegiando os pontos de divergências, mormente no que se refere à construção dos protagonistas, à estrutura da ação, ao estatuto e à perspectiva do narrador. A intenção foi proporcionar ao leitor um conhecimento preliminar acerca da composição de cada uma das diegeses, definindo, assim, um quadro de referência para a leitura comparativa posterior. Nessa medida, socorremo-nos de alguns teóricos e críticos literários, entre eles Georg Lukács (2000), Linda Hutcheon (1991) e Tzvetan Todorov (2003), na tentativa de uma melhor compreensão das dinâmicas internas da ficção, porém sem descuidar a pertinência de análises que conformam a fortuna crítica desses romances, como as de Benjamin Abdala Jr. (2005), Nelson Pestana (2006) e Carmen Secco (2005).

No capítulo 2 — “As marcas da violência” —, analisamos como a violência é figurada nos dois romances, vistos de maneira alternada ao longo de três seções que, por sua vez, sintetizam as modalidades de concretização ficcional da violência, a saber: o presságio, o terror e as mais diferentes práticas de tortura. Para isso, valemo-nos dos estudos de antropologia bantu de Henri Junod (1996) e de Raul Altuna (1980), por um lado, e os de Yves Michaud (1989), Michel Foucault (1995), Anthony Giddens (2008) e Hannah Arendt (2007) sobre o fenômeno da violência, por outro. Ainda assim, não deixaram de serem tidos em conta trabalhos que versam sobre a história política e social de Angola, como os de Jean-Mabeko Tali (2001) e Nelson Pestana (2003), capazes de elucidar o contexto histórico em referência nos romances.

No terceiro e último capítulo — “As imagens do futuro” —, tentamos perceber, em duas seções, como, por mais dor e sofrimento que gere, a

violência acaba sempre suscitando uma certa resistência por parte das personagens vítimas. E, à luz das reflexões de Karl Mannheim (1986), Terry Eagleton (2007) e Fredric Jameson (2004), entre outros, objetivamos determinar em que medida, por via dessa resistência, é possível vislumbrar o desejo utópico de alternativas às ordens sociais inscritas nas diegeses.

Assim sendo, na conclusão, fazemos um levantamento dos pontos-chaves desenvolvidos durante a nossa exposição, com vista a extrair alguns dos contributos desses romances ao panorama da produção literária angolana, em geral, e da ficção angolana contemporânea, em particular.

Capítulo 1. A revisitação do passado

O passado traz consigo um índice misterioso, que nos impele a redenção. Pois não somos tocados pelo sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?

Walter Benjamin (1987, p. 224)

1.1 Estação das chuvas

Estação das chuvas, de José Eduardo Agualusa, tem como mote a trajetória de vida de uma ilustre mulher. Trata-se de Lídia do Carmo Ferreira, poetisa, intelectual e nacionalista angolana a quem se atribui o papel de cofundadora do MPLA⁶, mas que, em virtude de seu infausto destino político, viria a tornar-se uma espécie de heroína anônima do moderno nacionalismo angolano⁷.

Consequentemente, o relato consubstancia-se na tentativa de reconstrução biográfica dessa personagem, desde o seu extraordinário nascimento até o seu misterioso desaparecimento, a fim de desvendar as causas profundas de tamanho anonimato. Esse empreendimento, por conseguinte, é levado a efeito por intermédio das diligências de um jovem

⁶ Foi um dos três principais movimentos de libertação de Angola, cuja origem, apesar de ainda hoje constituir motivo de certa polémica, tem sido situada nos princípios da década de 1960 (Cf. PACHECO, 1997; BITTENCOURT, 1999, p. 176-203), momento em que passou a liderar a luta diplomática contra a presença colonial portuguesa em Angola. Após o malogro do governo de transição para a independência, entre abril de 1974 e 11 de novembro de 1975 com a independência, instalou um regime de Partido Único que se reivindicava de matriz marxista-leninista, tendo o seu término em 1991 com os Acordos de Bicesse que, por sua vez, marcaram o início do processo de transição para o multipartidarismo e a economia de mercado, assinalando, assim, um curto período de tréguas no quadro da guerra civil (Cf. MESSIANT, 2006, p. 131-174). Contudo, atualmente, o MPLA ainda representa a maior força político-partidária em Angola, como apontam os resultados das últimas eleições legislativas de 2008, em que obteve pouco mais de 80% dos votos expressos.

⁷ De acordo com o que propõe Mário Pinto de Andrade (1990, p. 18-19) relativamente às origens do nacionalismo africano, podemos dizer que o moderno nacionalismo angolano emerge em princípios dos anos 50 do século passado por meio de uma ruptura com o discurso e a *praxis* das elites protonacionalista. Esse nova vaga nacionalista teve como principal característica um discurso ideológico autônomo no âmbito dos movimentos nacionalistas unitários, tendo isso lhe permitido a viragem decisiva para opção pela luta armada como a única via possível para a conquista da independência.

jornalista e antigo militante da Organização Comunista de Angola (OCA)⁸, sendo, agora, ele mesmo o sujeito principal da enunciação narrativa. Ao interrogar-se sobre o passado de Lídia, esse jornalista se dispõe a romper com o silêncio da memória social e as omissões do discurso oficial, numa atitude inconformista e deliberadamente oposta ao consenso e medo instalados no seio da sociedade: “Naquela época havia muita gente que preferia nunca ter ouvido falar nela.” (EC, p. 20).

Ocorre, no entanto, que, mais do que uma trajetória individual, o narrador-jornalista, como num passe de mágica, acaba por reconstituir todo um percurso nacional, em cujo contexto ele é também um dos vários protagonistas. Ou seja, o que parecia apenas a tentativa de resgate de um passado privado vem a ser, afinal, o desvelamento da face obscura de um passado coletivo, marcado por desencontros políticos e ideológicos, gestos de intolerância, tragédias e angústias pessoais⁹.

O relato recupera pouco mais de meio século: da emergência do moderno movimento nacionalista nos princípios da década de 1950 ao reinício da longa e sangrenta guerra civil em 1992, tendo como clímax as repressões levadas a cabo pela direção do MPLA contra os grupos contestatários de extrema-esquerda e contra as dissidências políticas pouco antes e logo após a independência. Nessa revisitação do passado coletivo, além da coexistência entre eventos ficcionais e fatos apossados da história angolana recente, convivem e, não raro, confundem-se personalidades com personagens propriamente ditas¹⁰. Tais são os casos de figuras históricas como António Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Holden Roberto, António Jacinto,

⁸ Organização política de extrema-esquerda — marxista-leninista de tendência albanesa — fundada em outubro de 1975, e em cuja constituição faziam parte estudantes universitários e secundários, bem como jovens intelectuais provenientes, em sua maior parte, dos extratos urbanos da sociedade angolana da época. Ela foi uma das mais importantes forças progressistas a opor-se, de maneira radical, ao regime monopartidário no quadro “[da]quilo a que se chamava genericamente de movimento revolucionário angolano” (PESTANA, 2003, p. 7).

⁹ Ou ainda, como diz Inocência Mata (2001, p. 222), “o narrador nos apresenta, através de uma personagem, Lídia do Carmo Ferreira, o percurso do país, do colonial ao pós-colonial — um percurso pontuado por gestos de intolerância e tempos de guerra.”

¹⁰ Em todo o caso, aventamos a possibilidade de haverem também personagens modeladas em figuras reais, como são os casos de Rui Tavares Marques, que sugere a figura de Manuel Rui Monteiro, e de Zorro, cuja trajetória política se aproxima bastante à de Nelson Eduardo Pestana.

Gentil Viana, Viriato da Cruz e muitas outras que são convocadas. Mas, apesar de relegadas a papéis secundários, como que apenas para autenticar ou legitimar o mundo ficcional, algumas dessas personalidades não deixam de ser alvo da desconstrução da voz narrativa em nome da crítica social e da desmistificação do passado. Tudo indica, pois, que, ao reabilitá-las, Agualusa não pretenda propriamente

construir uma traição voluntária aos acontecimentos politicamente trágicos; porém, talvez queira mesmo estabelecer um vínculo com o mundo real da ação política por meio do leitor – conscientizando-nos da necessidade de questionar as versões admitidas da história. (HUTCHEON, 1991, p. 152).

O romance encontra-se dividido em nove partes, designadamente “O princípio”, “A poesia”, “A busca”, “O exílio”, “O dia eterno”, “A euforia”, “O medo”, “A fúria” e “O fim”. Todas elas, por sua vez, são introduzidas por epígrafes halógrafas e ficcionais, subdividindo-se em pequenos capítulos numerados em algarismos arábicos. Na verdade, como os respectivos títulos o indiciam, cada uma das partes remete, em termos temáticos, a momentos particulares da história angolana recente, expostos de acordo com uma sequência fragmentária e descontínua, não obstante a datação precisa. Por meio de remissões e encadeamentos, os eventos tendem a demonstrar um relativo grau de autonomia e dispersão, ainda que sem prejuízo da coerência e coesão global dos mesmos¹¹.

Entretanto, essa discrepância entre a ordem dos eventos e a (des)ordem do relato revela, em grande medida, o nervo compositivo do romance, o qual responde pela coexistência de duas ações paralelas e com estatutos particulares. Por um lado, a ação principal, que, a princípio, consiste na reconstrução da trajetória de vida de Lídia, mas que acaba desembocando, a partir de “O dia eterno”, na construção das trajetórias de outras personagens do romance, incluída a do próprio narrador-jornalista. Por outro, a ação secundária, que se reporta às diligências do narrador-jornalista¹². Ambas as

¹¹ Talvez por isso Nelson Pestana (2006, p. 235) se tenha referido a **Estação das chuvas** como uma “narrativa em espiral”.

¹² Francisco Soares (2001, p. 261) parece referir-se a essa mesma arquitetura, quando diz existirem, em **Estação das chuvas**, duas narrativas: a “narrativa da recolha dos elementos para escrever o romance” e a “narrativa constitucionalmente fictícia”.

ações se desenvolvem de maneira alternada, interpostas, ora na primeira ora na segunda pessoa. Elas conformam uma dualidade não muito distinta daquela que preside ao romance de enigma. Em sua descrição desse subgênero literário, Tzvetan Todorov consta:

Na base do romance de enigma, encontramos uma dualidade, e é ela que vai nos guiar para escrevê-lo. Esse romance não contém uma, mas duas histórias: a história do crime e a história do inquérito. [...] A primeira história, a do crime, terminou antes de começar a segunda. Mas o que acontece na segunda? Pouca coisa. As personagens dessa segunda história, a história do inquérito, não agem, descobrem. Nada lhes pode acontecer: uma regra do gênero postula a imunidade do detetive. Essa segunda história [...] consiste, de fato, em explicar como essa própria narrativa pode ser feita, como o próprio livro é escrito. A primeira história ignora totalmente o livro, isto é, ela nunca se confessa livresca (nenhum autor de romances policiais poderia permitir-se indicar ele mesmo o caráter imaginário da história, como acontece na literatura). Em compensação, a segunda história deve não só levar em conta a realidade do livro, mas ela é precisamente a história desse livro. Podem-se ainda caracterizar essas duas histórias dizendo que a primeira, a do crime, conta 'o que se passou efetivamente', enquanto a segunda, a do inquérito, explica 'como o leitor (ou o narrador) tomou conhecimento dela'. [...] Trata-se pois, no romance de enigma, de duas histórias das quais uma está ausente mas é real, a outra presente mas insignificante. Essa presença e essa ausência explicam a existência das duas na continuidade da narrativa. (2003, p. 66-69).

Tal como o detetive do romance de enigma, o narrador-jornalista parte em busca de uma verdade desconhecida. No decurso de suas diligências, ele aparece em permanente trânsito, como quem se situa na margem e confronta a estabilidade do centro. Fatos e causos diversos vão sendo projetados como slides, num movimento oscilante, com avanços e recuos constantes, entre os quais: os misteriosos crimes de um pescador algarvio, que pesca kiandas¹³ na

¹³ Seres da mitologia axilunda (população nativa da região da Ilha de Luanda) que representam os *gênios do mar*, muitas vezes associados, erroneamente, às sereias. A propósito, vale a pena tomar em conta as informações sobre o culto a esses seres concedidas por um pescador muxilunda ao antropólogo Ruy D. de Carvalho (1989, 253-305): "Uma infeliz – do ponto de vista cultural – e generalizada tradição portuguesa do vocábulo *kyanda* como 'sereia' (referem-se ambos os termos a seres 'fantásticos', habitantes das águas) é talvez responsável pelo facto de ... as descreverem com cabelos longos e lisos, gente da cintura para cima, peixe do ventre para baixo. Mas não: ...são como pessoas, andam descalças ... O que se vê normalmente, porém, não são mais que sinais delas, luzes, lençóis de luz debaixo das águas, fitas, fitas de muitas cores.... As *yanda* ... tem seu território. Cada *kyanda* ... tem seu território... A zona de cada uma começa da água para a terra. E circulam por baixo, até as lagoas...Têm depois as suas árvores...Os imbondeiros sobretudo."

Ilha do Cabo, “matava-as e a seguir corta-lhes “a aparência humana, que depois enterrava em grandes valas comuns.” (EC, p. 44); as sandices suicidas de Antoine Ninganessa, o profeta da União Popular de Angola (UPA)¹⁴ (EC, p. 89-93); a revolta dos camponeses do norte de Angola em 15 de março de 1961 (EC, p. 107-108); as discussões à volta da edição do “Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa”, de Mario Pinto de Andrade e José Tenreiro (EC, p. 77-84); o exílio de Viriato da Cruz na China (EC, p. 177-178); o ato de proclamação de independência de Angola (EC, p. 17-18); a Batalha de Kifangondo¹⁵ (EC, p. 139-145); e ainda os confrontos armados em Luanda em 1922 (EC, p. 263-266). As distâncias entre os espaços e tempos que o narrador-jornalista percorre permitem perceber o grau de volubilidade a que o seu itinerário se submete, volubilidade essa que se reflete, de maneira ostensiva, ao nível da enunciação narrativa. É como se essa metaforizasse o seu próprio conteúdo, fazendo com que o exame de um pólo conduza, necessariamente, à interpretação do outro. Nessa medida, as inesperadas mudanças e interrupções no curso do relato parecem sugerir a procura incessante de um discurso alternativo ao discurso oficial sobre o passado. Como diz Linda Hutcheon (1991, p. 213), “a dispersão da narrativa passa a ser o objetivo correlato da descentralização [...] da história.” Isso implica a mobilização de diferentes fontes menos privilegiadas no campo da pesquisa histórica, como entrevistas diretas, poemas, depoimentos, correspondências pessoais, fotografias, revistas e jornais de época, etc¹⁶. Mais ainda, somam-se as próprias dúvidas da voz narrativa, que, prevendo um narratário com quem dialoga, faz conjecturas (“Vamos supor”, EC, p. 102), levanta suspeitas

¹⁴ Fundada em 1958 por Holden Roberto, foi um dos primeiros movimentos de libertação de Angola, pelo que viria, três anos mais tarde, a ser substituída pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

¹⁵ Batalha travada poucas horas antes da proclamação da independência de Angola pelo controle da cidade de Luanda, entre as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), o braço armado do MPLA, apoiado por tropas cubanas e soviéticas, e os guerrilheiro do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), o braço armado da FNLA, com a ajuda de mercenários e destacamentos do exército sul-africano.

¹⁶ Sob esse aspecto, Agualusa levanta, no plano da elaboração ficcional, a problemática da escrita da história, opondo-se ao método da história tradicional e aproximando-se às novas tendências historiográficas, segundo as quais o documento histórico não se resume ao texto oficial, mas abrange uma diversidade de palavras, gestos, imagens e testemunhos (Cf. Le Goff, 2008, p. 10).

“Suspeito que”, EC, p. 102) e recorre a imaginação criativa (“Podemos imaginar”, EC, p. 102). Nesse sentido, o narrador-jornalista

já não dispõe da autoridade total porque lhe falta a fé no absoluto. Sua atitude é de desconfiança e os sinais da relatividade pontuam o texto projetando por tantas páginas a sombra da desilusão. (CHAVES, 2004, p. 159).

Assim sendo, parte do relato é composta por uma série de entrevistas, concedidas por Lídia pouco antes de seu misterioso desaparecimento. Elas são datadas de 23 e 25 de março de 1990, e teriam sido realizadas pelo próprio narrador-jornalista em Luanda. Nelas, Lídia fala sobre a sua infância e conta grande parte de sua trajetória.

O seu primeiro contato com a injustiça inerente à sociedade colonial se dá ainda nos primeiros anos de escolaridade. É no Colégio D. Pedro II, que à época “ocupava todo o primeiro andar do Palácio de Dona Ana Joaquina¹⁷” (p. 49), onde ela desperta para a extrema desigualdade existente entre a sua condição social e a de seus colegas “mais pobres” e geralmente “negros” (EC, p. 52). Apesar de sua pertença a uma das mais ilustres famílias da chamada “elite crioula” luandense (OLIVEIRA, 1990, p. 13), a menina rapidamente se apercebe da tensão social e cultural latente, opondo os autodenominados “filhos da terra” (EC, p. 61) — grupo no qual se incluí o seu bisavô paterno, Jacinto do Carmo Ferreira¹⁸ —, ao poder colonial. Essa consciência social vai ganhando maturidade ao longo do tempo, passando a ter, numa primeira fase, a escrita literária como veículo de expressão. A poesia vem a ser, nesse sentido, o mais poderoso meio de afirmação identitária de sua geração em face do processo de despersonalização cultural ao qual o sujeito colonizado se vê forçosamente submetido:

¹⁷ Antigo palácio construído em princípios do século XVII e que viria a tornar-se propriedade de D. Ana Joaquina dos Santos Silva, esposa de um colono português. Com a morte do marido, ela herda o edifício e todos os seus bens. Declarado patrimônio nacional após a Independência, o edifício alberga hoje — já sem os seus traços arquitetônicos originais — o Tribunal Provincial de Luanda-Juízos Criminais.

¹⁸ Trata-se de uma personagem já presente em **A conjura**, romance que aborda o percurso da geração protonacionalista angolana. Mas tal como Lídia, essa personagem não é senão, na esteira de Nelson Pestana (2006, p. 237), “um heterónimo saído da criatividade do autor, com a cumplicidade solidária da história. [Pois que a] armadilha está no facto de a família Carmo Ferreira ter existido realmente no século XIX e princípios do XX.” Nesse sentido, **Estação das chuvas** pode ser entendido como parte de um ciclo através do qual José Eduardo Agualusa propõe uma leitura crítica do percurso geral do nacionalismo angolano.

‘Tiravam-nos tudo, a dignidade, as terras, os homens. E no fim o próprio rosto’, disse-me Lúdia, ‘tiravam-nos todo o passado e nós olhávamos em volta e não éramos capazes de compreender o mundo. Então começamos a escrever poesia. A poesia era um destino irreparável, naquela época, para um estudante angolano’. (EC, p. 62).

A perduração do regime colonial, por um lado, e a indolência dos ideais autonomistas defendidos pelos “filhos da terra”, por outro, vão levá-la, cerca de quinze anos mais tarde, a aderir ao moderno movimento nacionalista ao lado de Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Hugo de Menezes. Juntos, eles formam o chamado núcleo do MPLA no exílio, cuja missão se resume na busca de reconhecimento e apoios internacionais para a causa angolana (Cf. EC, p. 104). Embora nunca chegasse a assumir funções na direção desse Movimento, fato que atribuí ao ceticismo intrínseco à sua personalidade (Cf. EC, p.107), Lúdia sempre desempenhara um papel relevante no seio da militância política, mostrando-se conciliadora em momentos de conflito, como quando da crise interna que opõe Viriato da Cruz à Agostinho Neto, em 1963, a propósito da liderança¹⁹:

Eu mal soube o que se estava a passar, tomei um avião e voei até Kinshasa²⁰ na tentativa de conciliar as duas posições. Não consegui nada. Viriato achava que nós estávamos contra ele pelo fato de ser mestiço, e Neto, com aquela sua obstinação bovina, recusava-se a encabeçar uma lista onde figurasse o nome de Viriato. (EC, p. 113).

De fato, essa cisão irremediável e de proporções trágicas viria a determinar a sua trajetória política, pois, ao não querer tomar partido, Lúdia isola-se das duas partes em conflito, optando pelo exílio. Treze anos depois, regressa à Angola, juntando-se a um grupo de intelectuais, em sua maioria mestiços e brancos, dissidentes do MPLA e autodesignados de “Revolta Activa” (EC, p. 136). Esse grupo, do qual fazem parte Mário Pinto de Andrade, Gentil Viana, Afonso Mattoso da Câmara entre outros (EC, p. 198), denuncia, junto a todos os militantes, a ausência de democracia interna e aquilo a que

¹⁹ Documenta-se, assim, um acontecimento histórico preciso e datado: aquele que é, hoje, considerado, pela historiografia política angolana, como a primeira grande crise interna do MPLA, de que resultou a dissidência de Viriato da Cruz e de tantos outros militantes fundadores do Movimento (TALI, 2001, v. 1, p. 82-89).

²⁰ Ex-Léopoldville, capital do antigo Congo Belga — ex-Zaire e atual República Democrática do Congo —, onde, à época, se localizava a sede provisória do MPLA.

consideraram ser a má gestão do processo de luta armada de libertação nacional por parte da direção do Movimento. Pois,

Tendo verificado a impossibilidade – e a comprovada ineficácia – de qualquer crítica formal no interior das estruturas, concluíram daí que só a **contestação aberta da direção do Movimento e o apelo a uma “revolta” não violenta, mas não passiva**, poderiam ajudar a evitar o malogro total do MPLA na sua luta contra o colonialismo português. (TALI, 2001, v. 1, p. 185).

Para eles, a letargia em que mergulhara o Movimento encontra a sua principal razão de ser no centralismo e no autoritarismo que passara a caracterizar a prática de Agostinho Neto enquanto presidente. Em resposta, esses intelectuais são acusados de conjura oportunista, chegando alguns a serem presos e interrogados, em Luanda, antes mesmo da proclamação da independência, a 11 de novembro de 1975. Sabendo antecipadamente do que se sucederia, Lídia tem uma atitude no mínimo inusitada. Ao invés da fuga para o exterior do país, tal como o fazem muitos dos seus companheiros, ela prefere não escapar, encarando a sua prisão como algo há muito preanunciado, ou seja, como um ato de intolerância e violência cujo germe já se anunciava, de certo modo, nos ímpetos e gestos do passado:

– *Em que circunstâncias foi presa?*

– Fui presa a onze de novembro, nessa mesma noite. Foi o Santiago que me veio buscar. **Era uma coisa que estava escrita.** Alguns dias antes telefonou-me um velho companheiro: “Vão-te prender”, disse-me: “Só estão à espera da independência. Depois prendem-te.” Respondi-lhe:

– Já estou presa.

(À revolução, ao povo, ao país. Enfim, tretas.)

Respondi-lhe:

– **Bem podes limpar o cu à tua independência.**

Mais tarde foi o Mário que me telefonou. Estava em Lisboa, em casa de Noémia de Sousa. Disse-lhe quase a mesma coisa:

– **Esta independência já vem açaimada, meu amigo. Vai-nos comer a carne e roer os ossos.** (EC, p. 175, itálico do autor, grifo nosso)²¹.

²¹ Semelhante atitude caracteriza a reação de Anga, um intelectual dissidente do regime, **Os anões e os mendigos**, de Manuel dos Santos Lima, perante o aviso prévio de sua prisão a mando do regime monopartidário: “À noite um oficial da Polícia, a quem ele tratara na mata, foi bater-lhe à porta de casa, visivelmente nervoso. Anga convidou-o a entrar e a tomar uma cerveja. Pouco à-vontade, ele preveniu-o abruptamente: – Fuja camarada, fuja, que eles vão mandá-lo prender. – Alguma vez me viste fugir? – Fui encarregado de o vir buscar amanhã... Anga deu alguns passos em silêncio. – Amanhã virás buscar-me para eu ser julgado por alta

Precisamente nessa noite em que Agostinho Neto proclama a independência de Angola, outros episódios são paralelamente arrolados. Enquanto Lídia é presa, o narrador-jornalista chega à Luanda sob escolta de Santiago (Cf. EC, p. 173), Zorro reencontra Paulete e conhece pela primeira vez Borja Neves em meio à multidão no Largo 1º de Maio (EC, p. 125 e 133), Ángel Martinez, o mercenário de origem cubana²², luta pela própria vida no pântano do Panguila (EC, 139-145) e Lay é igualmente presa, “acusada de ligações ao movimento estudantil, às Comissões Populares de Bairro²³ e, por extensão, aos Comitês Amílcar Cabral²⁴.” (Cf. EC, p. 189-190). Mas, pouco tempo depois, todas essas personagens acabam encontrando-se nos calabouços do regime. Ángel fora capturado nas ruas de Luanda (Cf. EC, p. 192), enquanto Santiago, de guarda da prisão, passa a preso acusado de “fraccionismo”²⁵ (Cf. EC, p. 234). Quanto ao narrador-jornalista e os outros militantes da OCA, esses são presos pela Direcção de Informação e Segurança de Angola (DISA)²⁶, após uma fuga de informação no seio do grupo (EC, p. 205). A prisão torna-se, então, o espaço de entrelaçamento de todas as trajetórias individuais até então separadas e dispersas tanto pelo paralelismo do relato quando pelas diferenças entre si. O significado do enlace advém, por

traição... fraccionismo... burguesismo ou qualquer outra coisa de gênero, não é? – O outro acenou de cabeça baixa. (1984, p. 173).

²² Sobre a presença singular dessa personagem em **Estação das chuvas**, vejam-se ainda as referências no artigo de Ana Sá (2009, p. 3-6).

²³ As CPB eram organizações voluntárias de moradores que surgiram em Luanda “na conjuntura de violência que caracterizou o imediato pós-25 de Abril. Tinham em comum [com outros grupos e organizações da época] o apoio ao MPLA [...], mas as suas origens resultam da diversidade das aspirações da época” (TALI, 2001, v. 2, p. 50).

²⁴ Formados após o 25 de abril por estudantes e intelectuais ligados à extrema-esquerda portuguesa, os CAC atuaram, muito antes à independência, como grupos de mobilização à volta do MPLA, e, mais tarde, como grupos de pressão e contestação à direção daquele Movimento. Em outubro de 1975, dariam lugar à OCA (Cf. *Ibid.*, 68-71 e 87).

²⁵ Nome atribuído à tendência política liderada por Nito Alves, um antigo guerrilheiro do MPLA e depois dirigente do Estado monopartidário. Essa tendência se articulou no seio do poder e lançou uma tentativa de golpe de Estado a 27 de maio de 1977.

²⁶ Criada logo a seguir à independência, a DISA foi como que o principal alicerce para a construção de um sistema estatal repressivo em Angola. Embora tivesse tido “como primeira e urgente tarefa a localização do inimigo armado e o apoio à sua aniquilação.” (TALI, v. 2, 2001, p. 219), esse órgão acabaria também por ter um papel chave na dura e sangrenta repressão tanto das tendências internas do Movimento-Estado quanto das organizações da sociedade civil. A sua extinção acontece em 1978, após ter sido responsável pelos excessos que resultaram na chacina de inúmeras pessoas, entre elas, inocentes e protagonistas da malfadada tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977, dando origem ao Ministério da Informação e Segurança de Estado.

isso, apenas do fato de que, na prisão, se dissolve a dualidade de ações, mas também porque nela os protagonistas do romance “se encontrarem ligados por um denominador comum: o da contestação (agora ou antes) do poder instalado.” (PESTANA, 2006, p. 231).

Contudo, essa ligação não perdura até o final do romance. Depois de libertadas, as personagens vão tomar caminhos claramente distintos, alguns até pouco abonatórios, como os de Paulete, Santiago. E, apesar dos esforços do narrador-jornalista, Lídia continua a sendo um ser misterioso. Ela desaparece em Luanda sem deixar rastros. Isso acontece dezessete anos depois da independência, treze após a sua libertação e há uma semana do lançamento de seu último livro de poesia, intitulado **Um vasto silêncio** (EC, p. 266), ficando a sugestão tanto de uma morte física e social quanto de uma morte espiritual: “Deus, onde estaria Lídia?” (EC, p. 271).

1.2 Maio, mês de Maria

Narrado em terceira pessoa por um narrador onisciente, **Maio, mês de Maria**, de Boaventura Cardoso, retrata a vivência de uma família de negros, ricos e assimilados, originária de Dala Kaxibo — localidade situada no interior sul de Angola²⁷. Vinda a transferir-se para Luanda logo após a consagração da independência, essa família assiste ao seu próprio esfacelamento afetivo, ético e socioeconômico, em meio às nefastas contingências impostas pela nova ordem social estabelecida sob a égide do monopartidarismo.

O romance é composto de trinta e quatro capítulos numerados em algarismo arábicos e com dimensões mais ou menos idênticas. A ação, que se inicia *in finis res* e ainda assim se desenvolve de maneira não-linear, misturando planos temporais, gira em torno de João Segunda, o patriarca da família e herói do romance, cuja trajetória de vida é determinada por um misto de fé cristã e cosmogonia bantu, alienação cultural e oportunismo cívico, relações clientelistas e decepção política. Na verdade, Segunda encarna, sob perfeita medida, o papel de um verdadeiro *tipo*, isto é, de um ser através do qual a diegética pretende refletir a sociedade angolana do período pós-

²⁷ Atualmente, Dala Kaxibo é uma das comunas do município de Kibala, na província de Kwanza Sul.

independência em sua “unidade contraditória” (LUKÁCS, 2009, p. 106). O seu perfil é ditado por traços e rasgos que possibilitam a elaboração de uma imagem sólida de um caráter típico. Nesse caráter, residem as virtudes de sobrevivência e os defeitos ou incorreções de mentalidade de um determinado segmento da população angolana da época, que, com o declínio do sistema colonial, se vê a braços com a inevitabilidade do fim de sua posição de classe intermédia na hierarquia social, assim como de suas expectativas de prosperidade econômica. Segunda é, portanto, “uma representação metonímica desse conflito de mentalidades que dilacerou Angola.” (SECCO, 2005, p. 119).

A família é constituída pela mulher, dona Zefa, e três filhos, Hortênsia, Hermínio e Horácio. Ela é o núcleo à volta do qual gravitam uma legião de criados e outros dependentes, todos atados à vontade e propriedade dos patrões²⁸. Um deles é Samuel Lusala, o fiel criado-empregado, com quem Segunda e a mulher passam a manter uma relação de grande afinidade e cumplicidade. Lusala fora adotado

quando tinha cerca de dez anos. Os pais que trabalhavam na fazenda [de João Segunda] lhe pediram com insistência baptizasse o miúdo e ficasse com ele, para lhe servir e receber alguma educação. Segunda e D. Zefa se afeiçoaram ao rapaz porque era trabalhador e muito obediente. (MMM, p. 34).

A mesma procedência é partilhada por outras tantas afilhadas do casal.

Eram muitas as raparigas que as gentes das sanzalas lhe confiavam para serem adestradas na culinária, nos femininos labores, as boas maneiras, no trato recatado a reservar aos eventuais pretendentes. Zefa tinha formado já muitas mulheres que hoje eram prendadas donas-de-casa. (MMM, p. 23).

No entanto, toda essa espécie de paraíso filial, aliado à prosperidade material, se desmancha quando, da noite para o dia, a família ruma para Luanda. De súbito, tudo é decidido e a família é obrigada a partir, sob a suspeita de que eventos malignos virão a ocorrer em Dala Kaxibo²⁹. A viagem

²⁸ Esse universo, no qual a família de proprietários é o centro, lembra um pouco o sistema de relações paternalistas do Brasil do século XIX analisado por Roberto Schwarz (2000, p. 83-231) nos chamados romances da primeira fase machadiana.

²⁹ As verdadeiras motivações dessa viagem são analisadas na primeira seção do capítulo 2 do presente trabalho, onde nos referimos aos presságios.

assinala, assim, o princípio do longo e atribulado conflito romanesco, pontuado por perdas e ganhos. A esse propósito, Benjamin Abdala (2003, p. 220) refere:

No registro da viagem até a capital do país e da vida que lá veio a ter, como no conjunto das imagens literárias do romance, tudo se mostra contraditório, com um verso e reverso.

A primeira fratura acontece com a morte repentina de Dona Zefa, ainda no decurso da viagem para a capital, a poucos quilômetros do Dondo (Cf. MMM, p. 29). A reação de Segunda a essa perda traduz-se, como seria de esperar, num profundo estado depressivo:

Onde que estava a serena calma e a firmeza com que ele tantas vezes consolara gente amiga nos óbitos? Consolar o desgraçado era o mesmo que sentir a nossa própria desgraça? João Segunda hoje estava que nem uma criança desamparada. Sentia que uma parte dele tinha morrido com Zefa. Que ele não tinha coragem de ver mulher dele Zefa, boa e única companheira, lhe fazerem descer no funcho da cova sozinha, sem ele. (MMM, p. 30).

Por isso, “Segunda não se apressou na ida para o Dondo para dizer adeus à Zefa. Se fosse já, ia sinfiar³⁰ na cova dela para nela dormir também descansadamente. (MMM, p. 29-30). De modo que “manou só flores” (MMM, p. 30). Entretanto, uma vez restabelecido do luto e já em Luanda, sofre um novo golpe, em parte por inocência própria: é enganado pelo compadre Lourenço, o mesmo que o acolhe em sua casa na Terra Nova³¹, mas que, além de lhe extorquir valores em dinheiro, “também tinha contribuído no roubo de peças dos camiões, pois embebedava propositadamente os ajudantes para lhes ludibriar com a ajuda de amigos.” (MMM, p. 36). É assim que, não suportando “mais o ambiente de lá em casa, as piadas e as insinuações”, Segunda decide “arranjar casa própria” (MMM, p. 36), fixando residência num dos prédios do famoso e mítico Bairro do Balão³² em companhia de seu agregado: os três

³⁰ Entenda-se: introduzir-se ou adentrar.

³¹ Um dos bairros populares mais emblemáticos de Luanda, pertencente ao município do Rangel e situado na região norte da capital.

³² Diferentemente de grande parte dos espaços referidos no romance, trata-se esse de um espaço de nome ficcional. Todavia, a julgar pela descrição que o narrador lhe confere e pela sugestão fônica e semântica do nome, podemos hipoteticamente considerar, com Inocência Mata (2005, p. 150), que estamos diante de uma metáfora do Bairro Operário de Luanda — popularmente conhecido como “Be Ó” —, um dos bairros mais martirizados pela repressão praticada pela DISA na sequência dos acontecimentos de 27 de maio de 1977.

filhos, o fiel criado-empregado e uma cabra aparentemente de estimação. Nesse espaço urbano, ele não deixa de perceber as diferenças e contrastes de costumes em relação à abundância do interior:

Um dia, se lembrou, um dia quando voltar lá em Dala Kaxibo vão lhe cobrar o kombá³³ de dona Zefa [...]. Que em Luanda não era assim. Cada qual trata de cada qual no nariz do outro ninguém que se mete lá. [...]

Sua não total satisfação era também por causa do espaço era pequeno, três quartitos, uma sala de jantar e de estar, um tipo está sentado à mesa alguém entra dá logo encontro no pitéu³⁴, uma casa de banho e uma varandinha, olha só o contraste com o espaço aquele todo que ele, todo senhor dono, podia desfrutar lá em Dala Kaxibo, a casa grande, o quintalação sem limites, vento ventando livre todas terras, a fazenda, os miúdos a se berridarem³⁵ livremente se misturando com lebres e galinhas-do-mato, as águas bravas descendo das montanhas, deslizando vales, se espriando nas fecundas. Aiué Dala Kaxibo ééé!³⁶ (MMM, p. 38).

Desse modo, o prédio, em particular, funciona como um “microcosmo social que reflete os choques de costumes presentes na sociedade angolana pós-independência.” (SECCO, 2003, p. 119). Muitos de seus moradores, incluído o próprio Segunda, desrespeitam as regras de condômino: jogam lixo por toda a parte, criam animais nas varandas dos apartamentos, promovem festas e arromba noite adentro, as quais muitas das vezes terminam em cenas de pancadarias, etc. Ou seja, os hábitos rurais convivem conflituosamente com a exigência de novos comportamentos.

De qualquer modo, Segunda rapidamente vai se adaptando e projetando a reconquista do *status* social antes perdido. Essa reconquista implica, com efeito, a assimilação de um manual de novos valores e comportamentos inspirados na conveniência político, demagogia e esquemas de vária ordem. De assimilado ingênuo, que um dia chegou a acreditar na falácia colonial segundo a qual Angola e Portugal eram uma coisa só, e que, por isso, sempre se manifestou contrário ao espírito e à ideia de independência, Segunda passa

³³ Cerimónia ritual que consiste em varrer as cinzas do morto, geralmente oito ou trinta dias após o passamento.

³⁴ Comida.

³⁵ Nessa acepção, equivale à brincadeira infantil denominada de “pega-pega” no Brasil.

³⁶ Interjeição que sugere lamento ou dor profunda causada pela perda de alguém ou algo próximo.

a revelar-se, nas palavras do próprio filho, “um grande oportunista” (MMM, p. 59). E nessa corrida desenfreada atrás de benesses e distinção,

Segunda não falhava nenhum comício, até comícios das mulheres e dos pioneiros ele que estava lá, sábados de emulação e de vermelhas varridelas pelas ruas [...], marchas contra as agressões racistas, colecionava todos porster [sic] e comprava todos jornais e revistas em cujas leituras devorava horas. Que ele gostava muito exagerado era lhe fotografassem nessas atividades políticas, lhe fixassem a câmara de televisão, ou lhe pedissem uma opinião no repórter. (MMM, p. 58-59).

A sua nova ascensão econômica e sociopolítica processa-se em três momentos consecutivos. No primeiro, Segunda associa-se ao genro, um ex-guerrilheiro sem escrúpulos e instrução, de hábitos rudes e adepto do enriquecimento ilícito, com quem celebra negócios espúrios que lhe possibilitam, entre a obtenção de outras vantagens, “multiplicar cabeças de boi numa nova quinta em Viana³⁷” e adquirir “quatro novos caminhões” (MMM, p. 58). No segundo momento, é eleito Presidente do Futebol Clube do Balão, seguido da eleição à presidência do Conselho de Moradores do Prédio do Balão, cargos não-oficiais mas que lhe dão acesso privilegiado a “actos públicos”, conseguindo, neles, “sempre um lugar nas tribunas e palanques [...], próximo das altas individualidades onde ele se empertigava para ser fotografado e captado pela televisão.” (MMM, p. 76-77). O terceiro e último momento se verifica quando Segunda realiza “o maior de todos grande sonho dele: ser Presidente da Comissão do Bairro do Balão.” (MMM, p. 78), o que acontece sem grandes adversidades, haja vista que, para isso, ele conta com o apoio incondicional do genro.

É notável que, ao longo dessa mobilidade vertical ascendente, Segunda vai abdicando de certas práticas e valores mundivenciais. À medida que sobe na escala social, passa a perfilhar de novas opiniões e condutas, decerto mais convenientes à luz da ortodoxia vigente. Torna-se fanático da revolução e, com o tempo,

deixara de se encontrar com o espírito da defunta Zefa, cuja alma venerava antes noite e dia [...]. Tinha perdido hábito dele de rezar com os filhos antes das refeições sob o olhar

³⁷ Um dos antigos nove municípios de Luanda, situado no extremo norte da capital de Angola.

imaculado de Nossa Senhora de Fátima, emoldurada numa das paredes da sala de jantar, e até tinha deixado de ir na igreja, sô Padre já lhe tinha mandado muitos recados para voltar a Casa do Senhor, mas ele simportava³⁸?

Segunda acha-se, desde então, incluído na esfera de influência de uma *nomenklatura* parasitária. E como diz Inocência Mata (2003, p. 148), o seu sentido de sobrevivência “pode dizer-se pautado pelas conveniências de um regime que estimulava relações de nepotismo e clientelismo.” É o que se apreende dos seguintes trechos, nos quais a voz narrativa o retrata de maneira lapidar:

Estava parecer mais novo, sempre bem vistoso vestido, tinha imitação do genro na ostentação de ouro, um grosso fio no pescoço, pulseira e relógio de quilates de peso, na boca um sorriso felizmente ourejante.

[...] **Que João Segunda ostentava com desmedida vaidade os cargos que detinha, em todas as circunstâncias exibia os títulos.** Tinha mandado imprimir toda essa vaidade em cartões-de-visita de vários tamanhos para lhes distribuir nos amigos e nas ilustres individualidades. Às vezes ficava assim estava mirar nome dele escrito impresso, gostosamente. Tinha largas dezenas de lenços de bolso, camisa de cambraia encomendadas do Putu³⁹, gravatas de muitas cores, laços, tudo com nome dele João Segunda gravado. Nos copos e na loiça de Alcobaça⁴⁰ e de Vista Alegre⁴¹, era o mesmo.

Essa mania foi crescendo com ele ao longo dos anos e também assumindo outras formas. Segunda tinha carimbos vários com o nome dele e tinha até chancela que usava em documentos. Em certas cerimónias assinava com caneta Parker dourada com JS gravado. Imagina tudo aquilo tinha sido mandado imprimir não por ele mas por gente do Prédio e do [Bairro do] Balão, como reconhecimento pelos serviços prestados a bem da coletividade. (MMM, p. 59 e 78, grifo nosso)⁴².

³⁸ Entenda-se: se importava.

³⁹ Portugal.

⁴⁰ Cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Leiria, em cujas principais atividades econômicas se incluem, precisamente, o fabrico de olaria, lenços e tapeçarias.

⁴¹ Referência à fábrica portuguesa de porcelanas com o mesmo nome, fundada na primeira metade do século XIX e ainda hoje bastante conhecida.

⁴² Para o leitor assíduo da ficção angolana contemporânea, é quase impossível não ver nesse retrato o perfil de Vladimiro Caposso, o protagonista de **Predadores**, de Pepetela. Tal como Segunda, Caposso é originário da região rural de Kwanza Sul. Em virtude da morte do pai, e já em idade adulta, transfere-se para Luanda, onde se estabelece definitivamente como comerciante no bairro do Marçal. Há escassos meses da proclamação da Independência, ele ingressa, por puro oportunismo, na política partidária. Mediante uso do aparelho de Estado, tráfico de diamantes e esquemas de vária ordem, Caposso transforma-se, quinze anos mais tarde, num influente empresário, a ilustração do novo-rico angolano: “Caposso tinha visto um

Dominado pela ostentação, ele chega a sonhar com a eternidade do pedestal:

Segunda se considerava uma grande individualidade, um homem conceituado, não só no dele bairro minúsculo, mas também em toda a sociedade. **Ninguém que se atreveria lhe tirar do pedestal em que julgava estar seguro.** Ninguém que, nem mesmo os que tinham poder para tal, ele que assim pensava maduro. (MMM, p. 79, grifo nosso).

Mas os foguetes duram pouco, e, ao contrário de suas previsões, a sua vida é alvo de um novo abalo inesperado. A diferença é que, dessa vez, a mão maligna é deveras pesada. Esse mal provém de fonte desconhecida, mas decerto superior às organizações locais. Tudo acontece quando uma matilha de cães invade o Bairro por sucessivas vezes. Na primeira, de acordo com a voz de testemunhas, Segunda é atacado e capturado:

nós vimos os cães estavam se aproximar do camarada Segunda e ele ainda que tentou se defender mas os cães eram muito agressivos sanguinários ele gritou e depois não ouvimos nem vimos mais nada nem o camarada Segunda nem os cães nem nada, tudo desapareceu misteriosamente (MMM, p. 81).

Dias depois, tendo sido solto, Segunda reaparece: “Estava ferido mordido da cabeça aos pés e tinha zolhos⁴³ dele inchados vermelho, não via quase nada.” (MMM, p. 82). Ele conta

que tinha sido interrogado numa grande sala, fortemente muito iluminada e aparentemente sem ninguém, sim não vira ninguém, que que lhe interrogava não dava a cara nunca, (MMM, p. 83-84, grifo nosso).

Já nas outras vezes, os alvos são, principalmente, os jovens do Bairro, acusados de serem os promotores de tal reivindicação independentista. Muitos são os que caem nas garras dos cães e logo capturados, enquanto outros são mortos quando tentam reagir:

então os cães arrastaram as pessoas que quiseram e lhes levaram e de manhã quando se fazia balanço faltavam pessoas

filme sobre os Médicis de Florença e como eles apoiavam alguns artistas que pintavam ou esculpam nas suas casas. Esse tipo de patrocínio dava prestígio, aprendeu, a isso se chamava mecenato. **Decidiu pois ser Médicis angolano e com isso melhorar o seu estatuto social.** Daí [...] ter pago uma fortuna para decorar as paredes da sede [de uma de suas empresas] e **viver agora rodeado de quadros que não compreendia** e de que não gostava nem um pouco.” (2008, p. 210, grifo nosso).

⁴³ Entenda-se: olhos.

no Bairro. E a cena que se repetiu acontecida, mais de sete noites seguidas. Eh! Eh! Eh! [...] Tinha só único um rapaz musculado muito que saiu para desafiar os cães peito arrogante os plenos arrojados venham cá seus cães de merda eh pá e então um só cão saltou por cima dele e em poucos minutos o rapaz lhe mataram à dentada e ficou estendido no chão. (MMM, p. 82).

Instala-se, no Bairro, uma angústia generalizada e um mal-estar que atingem mais uma vez o núcleo familiar de Segunda, pois agora um dos filhos, Hermínio, desaparece em uma das vagas de capturas. Os moradores mergulham no desespero, e os *mujimbos*⁴⁴ correm à solta. Diz-se muita coisa:

- que os cães eram especiais, bem treinados, actuavam sozinhos, sem comando humano, que não era possível, tinha gente a lhes comandar, que eram cães enviados pelo demônio (MMM, p. 82-83).
- que tudo aquilo estava acontecer no mês Dela porque o Bairro nunca mais Lhe tinha venerado, Fátima, Senhora Nossa, padroeira do Bairro (MMM, p. 83).
- que tinha muita agitação nocturna no Bairro, que constava mesmo é que o Bairro do Balão queria voar liberdades [...], o Bairro queria se tornar independente! (MMM, p. 84).
- Que só podia ser, estavam concluir, sô Cunha sabia antecipado os cães iam atacar, talvez ele mesmo que tinha colaborado no plano de ataque, era a desforra dele. (MMM, p. 133-134).
- os jovens do Bairro estavam a ler muitos livros que não eram bons para a cabeça, que drogavam parecia liamba⁴⁵ (MMM, p. 151).
- Que esses casos escapavam à compreensão humana, que só Padre, nem nenhum kimbanda mais poderoso de todos podia adiantar explicação possível. Que única solução era Bairro todo ser purificado com uma chuva de água benta que molhasse toda gente. (MMM, p. 191).

Ora, essa atmosfera de violência, desespero e *mujimbos* pode ser interpretada, na senda do que a crítica vem sugerindo, como uma alegoria “que, dentre outros significados, traz a ideia da repressão que fez desaparecer numerosos angolanos no vórtice do movimento fracionista de 27 de maio de

⁴⁴ Palavra da língua nacional angolana kuvale, que equivale a boato ou rumor, na língua portuguesa.

⁴⁵ Marijuana.

1977.” (CHAVES e MACÊDO, 2005, p. 253)⁴⁶. Sendo que a voz narrativa não fornece nenhuma referência explícita, a similaridade entre os dois momentos (só) pode resultar de indícios. O primeiro deles, e também o mais chamativo, talvez seja mesmo o título do romance. Afinal, além de ser o mês de Nossa Senhora de Fátima, maio é também o mês daqueles infaustos acontecimentos⁴⁷. Outro indício será o tempo em que os eventos ocorrem na diegese — pouco tempo depois da independência —, ou ainda, como aponta Inocência Mata (2005, p. 150), “a origem sociocultural dos desaparecidos, o horário e a incidência espacial dos desaparecimentos”⁴⁸. Por outro lado, o desaparecimento de levadas de jovens, cujas famílias entram em prantos principalmente porque desconhecem a fonte de tanto mal e o destino a que os seus foram sujeitos, remete à memória daqueles dias seguintes ao 27 de maio, em que

Foram organizadas ruas no Sambizanga⁴⁹, a norte da cidade, e também no Rangel e noutros *musseques* ‘quentes’ da capital. Foram executadas em todo o país centenas de pessoas [...]. Houve, mesmo, oportunidade para ajustes de contas pessoais por via de denúncias fantasistas, de tal modo que o próprio poder pareceu ter perdido o pé no processo de liquidação física que sangraria o país de muitos [...] jovens. (TALI, 2001, v. 1, p. 184).

A dúvida que paira entre os moradores do Bairro, no sentido de saber se os cães cumprem ordens superiores ou agem por conta própria é um indicativo desse descontrole e dessa arbitrariedade a que se refere Tali. Nesse sentido, a atuação dos cães será a alegorização do *modus operandis* dos agentes policiais secretos, que “farejam”, sabem bem o que procuram e não têm dó. Nas palavras de Benjamin Abdala Jr. (2005, p. 226), esses

⁴⁶ Essa sugestão vem sendo dada, também, por outros estudiosos que se dedicaram à análise desse romance, entre os quais Inocência Mata (2002, p. 133-134), Carmen Secco (2005, p. 107-125), Pires Laranjeira (2005, p. 167-171) e Laura Padilha (2005, p. 203-217).

⁴⁷ “Atentando ao título do romance, pode-se estabelecer uma homologia entre esse mês de maio, que é o de Nossa Senhora de Fátima, dos católicos, e o maio de 1977, em que historicamente, Nito Alves liderou uma tentativa de golpe de Estado, para tomar o poder político, que fracassou e ficou conhecido como movimento fraccionista.” (LARANJEIRA, 2005, p. 170).

⁴⁸ No segundo capítulo, trataremos de demonstrar outros indícios que concorrem para a referida analogia.

⁴⁹ Um dos municípios mais populosos de Luanda, e onde, por acaso, se situa o Bairro Operário.

cães da opressão tem um processo de simbolização mais amplo. Guardam, a arripio da sociedade e de suas comunidades, fronteiras coercitivas, de múltiplos infernos. Ao se alastrarem por todo o país, suas ações redundam na desagregação de valores históricos de ordem individual e social. E fica assim registrada a aspiração de que os poderes de Estado se conformam à vida social e comunitária, tal como em parte esboçado no Bairro do Balão [...].

Entretanto, esses nefastos eventos provocam um revês definitivo na vida de João Segunda. Desde então, ele passa a reconsiderar tudo o quanto havia posto de parte, a começar por um súbito retorno da fé cristã:

Então o bom fiel [criado-empregado] Lusala começou reparar patrão que estava a emagrecer cada vez, ele lhe consolava, rezava junto com o patrão em casa e começou lhe acompanhar na peregrinação por todas as igrejas, Nazaré, Carmo, Sé, no São Paulo também. Na Nossa Senhora de Fátima onde que ia mais, sô Padre lhe recebia sempre depois da missa, e conversavam longamente. Implorava, suplicava de braços abertos, lagrimava orações, quase que faltava só para rebolar no chão como as mulheres, e depois saía renovado esperançado. (MMM, p. 87).

Na condição de responsável máximo do Bairro, Segunda enfrenta ainda a responsabilidade e o desafio de sair em busca de informação “com relação ao paradeiro de Hermínio e dos rapazes do Bairro.” (MMM, p. 170). Essa odisseia lhe conduz a lugares longínquos e assombrosos, como a famigerada “Finisterra” (MMM, p. 131), ou terras do fim do mundo, e a “fazenda Juventude Operária” (MMM, p. 176), de onde regressa agastado e sem resultado algum. Com isso, a sua imagem cai no descrédito entre os moradores do Bairro, deixando de ser aquele líder confiante e popular que um dia fora e de quem ele mesmo se orgulhara:

João Segunda se desinteressava de tudo. Já não lhe interessava lutar por nenhum cargo, não queria ser presidente de nada. Que lhe interessa demais era que alguém resolvesse o problema do filho dele Hermínio. Não queria saber nada da vida do Bairro e dos seus moradores. Que isso começou a ser notado e passou a ser tema de conversa. (MMM, p. 217).

Visivelmente perturbado, Segunda vive os seus últimos dias no limiar entre a dor e a loucura:

Hortênsia e Horácio começaram a admitir então que o pai tinha perdido o juízo. Confirmavam assim suspeitas que já tinham desde tem alguns dias. De facto, João Segunda perdera a lucidez e deixara de dizer coisas com tino. Que o siso lhe

levava Hermínio. Tudo aquilo tinha sido o culminar de muita dor sofrida e para a qual já não tinha nenhum remédio. (MMM, p. 221).

Ao final do romance, já extremamente debilitado e desorientado, Segunda morre em uma cama do Hospital do Prenda⁵⁰ sem poder testemunhar o reaparecimento apoteótico e fantástico do filho e dos outros jovens do Bairro (MMM, p. 230).

Vale ainda notar que, durante todo esse percurso, a voz do narrador como que sintomatiza as perturbações que se vão operando ao nível da diegese. Por meio de redundâncias sinonímicas e interjetivas, bem como de incessantes metáforas aquáticas, o narrador estabelece uma relação de empatia com o leitor, com quem parece dialogar a volta da fogueira:

O narrador, como um contador de casos [...], traz elementos da oratura e das tradições para dentro da narrativa e vai pontuando o seu discurso com frases fáticas. A narração, desse modo, aproxima-se das formas orais dos mujimbos angolanos. (SECCO, 2005, p. 119).

⁵⁰ Um dos seis maiores hospitais clínicos de Luanda, localizado no bairro do Prenda, município da Maianga.

Capítulo 2. As marcas da violência

A violência na sua prática é sempre totalizante, nacional.
Frantz Fanon (2010, p. 112)

Conforme pudemos verificar, do ponto de vista da revisitação do passado, **Estação das chuvas** e **Maio, mês de Maria** são, incontestavelmente, dois romances divergentes. As divergências entre um e outro romance revelam-se, sobretudo, no que diz respeito à maneira como os fatos históricos são transfigurados para o esteio da ficção. Cada autor ancora de modo particular a sua visão no passado. Enquanto José Eduardo Agualusa opta por um foco panorâmico ou diacrônico, concebendo a história angolana recente como uma sucessão de fragmentos, a que o relato se incumba de compilar e dar sentido, Boaventura Cardoso, por sua vez, adota uma perspectiva sincrônica, extraindo do conjunto desses mesmos fragmentos um único momento crítico, à semelhança de um *zoom* cinematográfico que tenta, com engenho e sagacidade, captar o núcleo da cena.

Sendo assim, os fatos históricos são selecionados e atualizados através de técnicas narrativas e de procedimentos ficcionais claramente diversos, os quais resultam de alinhamentos estilísticos e compositivos diferenciados, acabando, até certo ponto, por definir a singularidade de cada romance. Por isso mesmo, esses solicitam, da parte do leitor, diferentes estratégias de leitura e interpretação, com vista à apreensão de suas reais significações.

No entanto, no presente capítulo, buscaremos evidenciar como tais divergências não anulam, mas sim parecem disfarçar, a existência de um mesmo eixo temático em torno do qual se estruturam as respectivas diegeses, a saber: a violência social e política que percorreu a sociedade angolana antes e após a independência do país.

2.1 Os presságios

Ao discorrer sobre o conceito de violência, Yves Michaud (1989, p. 11) começa por lembrar que a palavra remete, a partir de seu etmo latino *violentia*,

a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, emprego da força física, etc. Mais especificamente, *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer a sua força vital. Mas essa força só se torna violenta quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que conformam relações, adquirindo, dessa forma, carga negativa ou maléfica aos nossos olhos. Michaud enfatiza que,

há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas ou culturais. (Ibid., p. 11).

Com efeito, de acordo com Alba Zaluar (1999, p. 8), o sentido e o foco para o ato violento advêm, por um lado, da “sensibilidade mais ou menos aguçada para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força”, e, por outro, do “conhecimento maior ou menor de seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade”. São, portanto, a noção e a percepção do limite e da perturbação que caracterizam o ato como sendo violento, noção e percepção que variam cultural e historicamente. Em outras palavras, a violência constitui uma ação transgressora e perturbadora, a qual é percebida atendendo aos graus de suas manifestações e do sofrimento que essas provocam.

Tanto em **Maio, mês de Maria** quando em **Estação das chuvas**, as ocorrências de presságios correspondem, por assim dizer, ao primeiro grau das manifestações dessa ação transgressora e perturbadora. Os atos explícitos de violência são antecipados por presságios que anunciam a iminência de eventos ao mesmo tempo insólitos e trágicos, mas que, até certo momento, permanecem inomináveis e racionalmente inexplicáveis aos olhos da maioria das personagens e, porventura, do leitor. Como indícios de perigo futuro e inaudito, os presságios são sinais que inauguram estados de incerteza e tormento, apresentando-se, assim, como elementos deflagradores do devir diegético. E apesar de sua ocorrência parecer insignificante e casual na economia das diegeses, esses sinais garantem, na verdade, os momentos de risco ou *dispatchers*, diante dos quais as personagens se veem

inesperadamente confrontadas com a necessidade e urgência de uma atitude decisiva, seja conforme ou contrária à sua vontade⁵¹.

Ademais, a ocorrência de presságios apresenta-se, ainda que de maneira diferente em cada um dos romances, associada à concretização do que podemos chamar realismo animista. Esse tipo de realismo consiste, conforme propõe Harry Garuba (*apud* TOROUÇO, 2010, p. 1), na incorporação de recursos que visam tanto a atribuir existência concreta a ideias e estados de espírito quanto a conceder uma dimensão espiritual a um número ilimitado de coisas naturais, fornecendo uma visão mais ampla da realidade. Tais estratégias, em cujo centro se situa a fecundidade do diálogo da literatura com outros domínios do saber humanístico — como a mitologia e a religião —, apontam para a noção básica da crença animista africana. Segundo Garuba (*apud* *Ibid.*, p. 3), essa noção parte de dois pressupostos básicos: primeiro, que todos os componentes do universo têm vida própria e, segundo, que os espíritos desses componentes podem libertar-se, comunicar ou até mesmo migrar para outros seres e objetos⁵². Por conseguinte, a ordem de imprevisibilidades instaurada pelos presságios remete, necessariamente, a aspectos da tradição cultural africana que dão corpo não apenas a uma mera percepção supersticiosa da realidade, mas, sobretudo, a uma concepção mistificadora específica, interiorizada pelas diegeses.

2.1.1 Os presságios da cabra e do mocho⁵³

Em **Maio, mês de Maria**, dois presságios afiguram-se mais diretamente relacionados com situações de violência flagradas ao longo da diegese. O

⁵¹ Digamos que, em ambos os romances, os presságios são, no plano da estrutura diegética, aquilo a que Roland Barthes (2008, p. 33) designa por “funções cardinais” ou “núcleos”, uma vez que os eventos aos quais se referem abrem “uma alternativa consequente para o seguimento [das diegeses]”.

⁵² Sob essa perspectiva, o conceito de realismo animista permite aceder a uma nova compreensão do processo de figuração nas literaturas africanas contemporâneas em geral, as quais Garuba se refere, bem como nos oferece a oportunidade de ampliar estreitos conceitos baseados nos modelos críticos atuais. Aliás, para Garuba, trata-se de um conceito “[...] muito mais abrangente, do qual o realismo mágico pode ser classificado como um subgênero, com suas próprias características de conexão e sua diferença formal.” (TOROUÇO, 2001, p. 4).

⁵³ Além desses dois presságios, há ainda, em **Maio, mês de Maria**, aqueles que anunciam os mais diversos eventos ao longo da diegese, como, por exemplo, a morte súbita de dona Zefa (Cf. MMM, p. 28), a gravidez de Hortênsia e todas as suas consequências perversas (Cf. MMM, p. 47-48) e a morte do próprio João Segunda (Cf. MMM, p. 219).

primeiro deles se localiza no capítulo 2 do romance e prenuncia, logo após a sacração da independência, a propagação da guerra civil para as regiões do interior do país, entre as quais Dala Kaxibo. Ele ocorre sob a forma de uma inusitada crise que acomete Tulumba, a cabra de estimação de João Segunda. Estranhamente, o animal apresenta sintomas característicos de uma profunda instabilidade nervosa. À semelhança do que sucede em um surto histérico, a fúria do animal demonstra-se totalmente descontrolada, causando generalizado reboliço entre a criadagem:

Desajeitados, criados desconseguiam lhe apanhar e quando ela caía se esgueirava por entre as pernas da negralhada e fugia, e então a cena se repetia, agora cães estavam se misturar também na confusão, patos e galinhas decapoeiravam sem direção norтеada, pássaros, assustados, batiam asas, porcos enlameavam tudo endiabradamente infernais, Tulumba estava então zunir e fintar habilidosamente todos, podia uma cabra correr assim toda velocidade parecia lebre?, eh! eh! eh!, os criados, sete, iam caindo e se levantando sujоs esfarrapados e quando noitava já alquebrados mortos quase. (MMM, p. 19).

Na visão de João Segunda, esse estranho comportamento adotado pela cabra “agoirava nuvens negras” (MMM, p. 19) na vida de toda a comunidade de Dala Kaxibo. Ele pressente que uma grande desgraça se aproxima: “a terra vai tremer aqui em Dala Kaxibo, um vento forte vai arrasar tudo, nada ficará de pé, as casas, os animais e as fazendas todas vão desaparecer” (MMM, p. 20). É o prenúncio de uma catástrofe aparentemente natural, contra a qual nada poderá ser feito. Por isso, em face de sua inevitabilidade e iminência, Segunda decide, mesmo sem qualquer consulta prévia à esposa e muitos menos aos filhos, que a família deve partir imediatamente para Luanda. De acordo com os *mujimbos* que correm naquela região do interior, só na capital do país é possível encontrar abrigo seguro, pois é lá onde estão aqueles que lutam em nome da verdadeira revolução, ao serviço das massas populares (Cf. MMM, p. 27). Juntamente com a família, seguirão viagem Samuel Lusala, Kassamita, a afilhada órfã e mais nova, a cabra Tulumba e todos os bens passíveis de traslado, como alguns poucos criados, a mobília de casa, a frota de quinze caminhões, o gado, as galinhas, os patos, os pássaros, etc. (Cf. MMM, p. 20).

A intenção é, sem dúvida, garantir a sobrevivência da família, mas não sem a propriedade privada e os adereços que a definem social e economicamente. É como se, além de sua própria sobrevivência, Segunda pretendesse transportar o atestado de sua posição na escala social, pese embora a falência das condições históricas que a tornaram possível. O que aquele “vento forte” ameaça ceifar, na realidade, não é apenas a integridade física e espiritual da família, mas também o seu prolongamento na esfera das relações sociais, ou seja, o seu *status* social e a sua prosperidade econômica, dos quais Segunda também não pretende abrir mão. Digamos que o instinto de sobrevivência faz de par com o cálculo materialista.

Não obstante isso, a decisão de Segunda não é bem recebida por dona Zefa que, de imediato, a considera uma tremenda loucura (Cf. MMM, p. 21). Em seu entender, é de todo descabido que uma fortuna, construída durante mais de dez anos e à custa de incalculáveis sacrifícios, seja posta em risco de um dia para o outro em razão de um simples pressentimento:

seguir para Luanda com tanto dinheiro que temos aqui enterrado, os camiões, o gado, as fazendas, o pessoal, tudo isso, tu não estás bom da cabeça, isso seria deitar por terra, destruir o que conseguimos sabe Deus com quanto sacrifício? Pensa bem João Segunda, é a nossa vida que está em jogo. (MMM, p. 21).

A surpresa da decisão causa indignação, menos pela discricionariedade que lhe dá a tônica e mais pelos possíveis prejuízos materiais que promete acarretar. A “vida que está em jogo” não é tanto a saúde física e espiritual da família, que João Segunda prevê e não deixa de pretender garantir, mas sim a reprodução material: são “os camiões, o gado, as fazendas” e a legião de criados. E sendo assim, dona Zefa polariza dois campos que o marido parecia ter pretendido conciliar. Embora não querendo ser mais explícita, é notório que ela se recusa a acreditar na superstição do marido, cuja validade é racionalmente improvável. O apela à razão (“Pensa bem...”), pode ser também interpretado como uma exortação de feição positivista, vinda de quem não alcança a realidade além daquilo que os olhos veem. Essa reação contrária e negativa gera, ao invés da compatibilidade, o conflito entre duas visões de mundo distintas. De um lado está a noção puramente calculista e empírica dos fatos, e, de outro, a percepção mística e instintiva dos fenômenos da vida

cotidiana, cuja realidade não se reduz às leis da ciência física. O impasse é evidente e o acirramento das posições diz tudo sobre os interesses e as aspirações em jogo.

No entanto, para a salvaguarda da família e de seus mais legítimos interesses, é a conciliação entre aquelas duas cosmovisões que prevalece no quadro da discordância entre o casal. Sucede que, para João Segunda, a decisão era inegociável. Convencido de que o sinal pressagiático emitido por Tulumba nunca o enganaria, ele acaba impondo, por força da autoridade patriarcal, a sua decisão à mulher:

João Segunda se exaltou espantosamente, vozeou alto que sim, todos tinham de se preparar para seguir imediatamente para Luanda, **era decisão decidida**, a terra em Dala Kaxibo ia se ensanguentar, por isso era melhor se porem a mexer, salvar a vida e os haveres, ela [a esposa] se quisesse podia ficar lá, [...] ora fica sabendo que **aqui em casa quem manda sou eu**. (MMM, p. 21, grifo nosso).

Decerto, enquanto patriarca da família, só ele detém a sutileza necessária para perscrutar e decodificar as mensagens de perigo do além. Essa capacidade excepcional evidencia-se, de maneira particular, na relação que Segunda mantém com a cabra. Trata-se de uma relação íntima e secreta, que sugere a existência de um pacto mágico-religioso e social através do qual os espíritos benfeitores se manifestam, alertando ou prevenindo a família contra possíveis males:

Tinha vezes Tulumba que estava sentir mesmas dores do patrão, ela tinha náuseas ele também, dor na coluna dele caprino doria dor no dorso, dor de cabeça que tinha reflexo na cabeça da cabra, hipertensão do dono dela lhe vertiginava nebulosas vistas. Eh! Eh! Eh! Podia ser? [...] Não, não acredito! Estó tá dizer meu! É a pura verdade! Às vezes quem que primeiro que adoecia era a cabra e logo logo que era vez dele de também se encontrar com a doença. Eh! Eh! Eh! Brucelose, tuberculose, cenurose ou distomatose? Quem que veterinário podia ainda avançar estudado científico prognóstico? Podia? [...] Por isso, estima que ele tinha pela cabra era sentimento estranho, tinha atracção e reacção, o medo do temor. Quando comportamento da cabra se alterava, que ele sentia era angústia. (MMM, p. 47-48).

Longe de um simples animal de estimação, Tulumba é, afinal, uma espécie de animal totêmico. Ela simboliza a força que regula a vida ou um espírito protetor com quem a família celebra uma aliança místico-sobrenatural,

considerando-o seu aliado sagrado. O totem, nesse caso, age sempre em benefício da família, como um obstáculo pronto a impedir a penetração de qualquer tipo de mal. Além de constituir um elo com o passado, o totem antecipa o futuro e garante a coesão existencial e transcendental da família no presente. Por si mesmo, isso justifica o tratamento exclusivo, extremamente diferenciado ao qual o animal é submetido, ao contrário dos outros animais de criação. A dedicação a ele dispensada quase que não se distingue da que se concede a um integrante da família, condição a que, na realidade, o animal é promovido. Aliás,

As relações do homem [...] com seu totem são, antes de tudo, dominadas pela ideia de descendência; o antepassado do clã terá sido de uma ou de outra forma o totem respeitado (BESSON, 1931, p. 9-10).

Uma das referências a esse estatuto de descendência conferido à Tulumba, acompanhada da incompreensão daí resultante, presentifica-se quando da recepção da família em casa dos compadres da Terra Nova, já em Luanda. Reagindo a sugestão para que todo o gado fosse alojado numa quinta em Viana, onde, supostamente, haveria melhores condições de segurança para a criação animal, Segunda

concordou, mas pediu insistentemente lhe deixasse ficar ali com Tulumba, uma cabra de estimação, meu compadre. Apanhado de surpresa, compadre Lourenço anuiu, mas no pensamento dele se perguntou, **estimação de cão e de gato, podia ser, mas de cabra fica como é?** (MMM, p. 32, grifo nosso).

Passados poucos dias, não se dando por convencido, compadre Lourenço volta a insistir na sugestão, aconselhando “Segunda [a] enviar Tulumba para Viana, junto do gado.” (MMM, p. 36). Em resposta, Segunda diz:

Que não. Não podia ser. Para a Viana a minha Tulumba não vai, prefiro alugar um apartamento na Baixa onde ela possa viver comigo a ter de me separar dela! Mas, oh compadre, não compreendo por que é que o compadre não se pode separar deste animal, o que é que há realmente entre vocês os dois, quero dizer, há alguma coisa que o liga a esta cabra?, compadre, espero que não interprete mal as minhas palavras, compadre. Não senhor, só tenho a dizer que é uma cabra por quem tenho muita estima e consideração. Consideração, compadre!? É isso mesmo que o compadre ouviu! Compadre Lourenço falou cabra Tulumba precisava era ser morta e

levada para a panela para uma suculenta ginguina⁵⁴ acompanhada de uma boa pinga, ao que João Segunda estava responder asperamente, sem cerimónia, o compadre que fosse fava. Eh! (MMM, p. 36).

O desacordo atinge proporções insustentáveis, sendo, então, o princípio da ruptura entre os compadres. Com isso, João Segunda “decidira arranjar casa própria” (MMM, p. 36). O desconhecimento da tradição e a intransigência demonstradas por compadre Lourenço provocam, em Segunda, uma reação defensiva, a julgar pelo segredo que guarda a sete chaves. O seu gesto leva à conclusão de que manter Tulumba viva e junto da família implica algum tipo de tabu. A afinidade estabelecida com o animal faz dele, ao contrário dos outros da propriedade, um interdito para a alimentação. Ou seja, uma proibição impede que Segunda mate e coma a carne do animal. A transgressão desse tabu “é algo de muito grave, que acarreta, por assim dizer, verdadeiras medidas de retaliação: morte, enfermidade e calamidades múltiplas” (BESSON, p. 10). Pelo contrário, é dever de Segunda proteger e preservar a vida da cabra, sendo que só com a sua presença é possível mitigar os riscos que a todo o instante se apresentam. À medida que os eventos vão sucedendo-se e as adversidades da vida surgindo, vai tornando-se também cada vez mais óbvio que, sem Tulumba por perto, os membros da família tornar-se-iam muito mais vulneráveis, sujeitos ou expostos a toda e qualquer forma de ameaças externas.

Com efeito, apesar do distanciamento temporal e narrativo entre os eventos correspondentes, o presságio emitido por Tulumba acaba sendo, finalmente, confirmado, cerca de dois anos depois da fuga para Luanda, no capítulo 27. No centro do episódio, inscreve-se o regresso de João Segunda a Dala Kaxibo em busca de auxílio para o paradeiro do filho mais velho, Hermínio, uma das vítimas das rusgas e capturas que sacodem o Bairro do Balão. Com essa viagem, a intenção de Segunda é solicitar a intervenção dos anciões da terra, gente “capaz de virar os acontecimentos e de amaldiçoar os adversários.” (MMM, p. 176). Mas, em contraste com as suas expectativas, o que encontra em Dala Kaxibo é um cenário desolador e agônico: as sanzalas

⁵⁴ Molho típico angolano feito à base do sangue do animal cuja carne é com ele servida.

inabitadas, os campos abandonados, alguns animais sobreviventes à deriva, vestígios de agressão por toda a parte;

homens, mulheres e crianças tinham todos **fugido à pressa**, tendo levado para outras paragens os poucos haveres que tinham podido salvar. Que ele imaginava **de certeza que tinha se passado assim acontecido**. Segunda, perdido naquela sossegada quietude, imensa e medonha, vagueava, mãos na cabeça, qual rio correndo fora do leito. (MMM, p. 183, grifo nosso).

Nota-se que, de forma hábil, a voz narrativa não enuncia, nem na passagem acima nem em passagens adiante, o motivo da referida fuga. Ela se limita a contar as consequências... O que levaria famílias inteiras a abandonarem as suas sanzalas às pressas de um dia para o outro? Que ameaça tão perversa colocaria as suas vidas em perigo? Enfim, o que realmente “tinha se passado assim acontecido”? A omissão é intencional e enquadra-se na própria técnica narrativa, que visa aludir ao invés de precisar. Mais uma vez, os “lapsos” da voz narrativa parecem sedimentados no recalque que impede a memória social traumática de se fazer ouvir.

Seja como for, a associação desse cenário ao conflito armado interno que devastou o interior de Angola parece inevitável. As marcas da destruição são elas mesmas eloquentes, inegáveis como o resultado de ataques militares indiscriminados dirigidos contra populações civis, causando pânico, morte e fuga desordenada para parte incerta. Ora, só uma guerra fratricida, de dimensão e incidência daquela que os angolanos viveram durante longos anos, seria o palco de tamanho atentado à integridade da pessoa humana e do tecido social⁵⁵. Esse atentado corresponde, como observa Achille Mbembe, à “ideia da história como processo sacrificial” imposta, de forma geral, pelos conflitos armados em África:

em várias regiões do continente [africano], a desconstrução material das referências territoriais existentes caminha lado a lado com o surgimento de economia de guerra (e da guerra como uma economia geral) nas quais violentos conflitos não mais implicam necessariamente em que aqueles que têm armas se opõem uns aos outros. **Muitos conflitos parecem**

⁵⁵ Como nota Paulo de Carvalho (2000, p. 91), mais do que uma *guerra para destruir*, a guerra angolana foi uma *guerra para matar*: “Recrutam-se cidadãos (nalguns casos, contra a sua vontade), que são utilizados como soldados de guerra. Atingem-se populações e objectivos civis, sempre que isso resulte vantajoso para qualquer uma das partes em conflito.”

mais ser entre os que têm armas e os que não têm. Nestes contextos, uma marcante desconexão entre as pessoas e as coisas se desenvolve, em que o valor das coisas se sobrepõe ao valor das pessoas. As formas resultantes da violência têm como sua principal meta a destruição física das pessoas (massacres de civis, genocídios, vários tipos de mutilações e morte) e a exploração primária de recursos minerais. (MBEMBE, 2001, p. 195, grifo nosso).

Vistos mais de perto, os estragos causados pela ação bárbara da guerra validam as suspeitas e os temores de João Segunda, dando, por fim, razão de ser à sua decisão de abandonar o interior. Tudo aquilo que previra e que obrigara a família a deixar Dala Kaxibo (“um vento forte vai arrasar tudo, nada ficará de pé, as casas, os animais e as fazendas todas vão desaparecer”) aparece, agora, como uma realidade palpável diante de seus próprios olhos:

Fora na antiga casa dele e lhe encontrou devastada, portas escancaradas, o tecto reduzido a algumas vigas de madeira, paredes demolidas. Cercado não existia. Segunda, na iminência do choro soluçado, se assuou ranhoso. Outras casas comerciais tinham sido saqueadas e destruídas. [...] **Que Segunda confirmou: vendaval tinha afinal chegado nas terras dele lá em Dala Kaxibo, e tudo ventara muito varrido.** (MMM, p. 183-184)

Desse modo, vemos que a aludida catástrofe natural, a que João Segunda se refere sempre de maneira vacilante e imprecisa — ora sugerindo um terremoto ou cataclismo, ora um furacão ou vendaval —, configura-se senão como uma metáfora transparente da guerra civil angolana, urdida a partir da confluência de forças superiores e malignas.

Já o segundo presságio registra-se ao final do capítulo 11 e sinaliza a presença aterrorizadora dos cães-policiais no Bairro. Esse presságio anuncia-se por intermédio de uma (re)aparição perturbadora: a do mocho-pequeno-d’orelhas, cujo trinado aziago passa a ser escutado todas as noites por Catorze, um dos mais antigos criados de João Segunda, a quem coube, fruto do desacordo que acabaria deteriorando a relação de amizade entre o patrão e o compadre Lourenço, “a responsabilidade de controlar o gado e a frota de camiões [que ficara] em Viana” (MMM, p. 78).

Na verdade, esse personagem vem a ser mais do que um criado comum dentre os poucos que a família pôde trazer consigo na fuga para Luanda. Diferente dos outros dependentes, ele é uma espécie de iniciado à prática

tradicional de adivinhação, um conhecedor e decifrador das forças ocultas que interferem, de maneira determinante, nas relações entre os homens. E, nesse sentido, além do papel de serviçal agregado, Catorze desempenha ainda a função social de adivinho e conselheiro tradicional⁵⁶, a quem se recorre nos momentos de aflição e angústia vividos no seio familiar.

É precisamente isso o que acontece quando Samuel Lusala, o criado doméstico, decide encontrar as causas profundas “das sucessivas mudanças do patrão desde que tinha chegado em Luanda” (MMM, p. 77), como de ter conquistado distintos cargos no Prédio e no Bairro. Mas tendo em conta que tais mudanças são prejudiciais à coesão da família, uma vez que João Segunda envaidecera, “voltara a usar os antigos fatos dele que usara nas grandes festas de lá em Dala Kaxibo” (MMM, p. 77) e deixara de dedicar atenção especial aos filhos, à cabra Tulumba e à alma da falecida esposa, Lusala “[a]chava não eram só os cargos que lhe faziam assim, devia ter uma mulher atrás de tudo aquilo, uma mulher que ele queria conquista” (MMM, p. 77). Em todo o caso, eram apenas suspeitas. A certeza só lhe podia ser dada por alguém, como Catorze, com sensibilidade mística, ligado aos segredos da tradição, porque “[e]mbora sendo cristão, Samuel Lusala nunca punha as dúvidas nas secretas práticas advinhas” (MMM, p. 180). Por isso,

lhe veio a ideia de ir na Viana conversar com Catorze, que ele sabia desconfiado esse Catorze mesmo tinha não só as artes dele de descobrir os cantos aziagos dos mochos e todos noitibós de lá em Dala Kaxibo, esse Catorze devia de ser também muito astuto noutros conhecimentos muito secretos. (MMM, p. 77).

A conversa entre os dois criados toma um rumo imprevisto para um deles. Diferente do que Lusala esperava ouvir, Catorze considera a aparição do mocho a chave do problema, acabando por atribuir-lhe um caráter premonitório. Assim, o mocho é visto como um trânsito entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, um mensageiro da desgraça. Tal como no imaginário cultural da maioria dos povos africanos, no imaginário de Catorze, o

⁵⁶ Fazemos referência a uma categoria específica do adivinho tradicional africano: o intérprete. Como define D. Zahan (1970, p. 136), o intérprete é um técnico e especialista do ocultismo dotado de prerrogativas sociais especiais, cujo ofício consiste, de um modo geral, em julgar e analisar, em qualquer tema adivinhatório, a relação simbólica entre os fenômenos. Assim, a sua tarefa é explicar as etiologias místicas de todos os males ou presságios adversos, de forma a impedi-los de aceder à vida da comunidade.

seu trinado origina receios, pois, sendo uma ave solitária e noturna, com características incontestavelmente enigmáticas, o mocho não inspira a mínima confiança.

De acordo com Henri Junod (1996, t. 2, p. 264-265), o mocho faz parte da classe das aves míticas, para as quais a simbologia bantu reserva um significado negativo, não raro ligado a experiências dolorosas inscritas na memória coletiva da comunidade. Ao contrário do animal totêmico — por norma, referido como “irmão de sangue”, porque a ele se atribuem a força da natureza e as propriedades de um antepassado protetor —, o mocho representa a conspiração contra a vida. Daí que seu distanciamento, ou seu recolhimento, para zonas distantes da vida comunitária, seja um sintoma de paz de espírito e de harmonia na relação com os antepassados.

Para Catorze, por conseguinte, o mocho-pequeno-d’orelhas, que parece ser o mesmo “que nos apareceu naquela noite na estrada” (MMM, p. 78) durante a viagem de Dala Kaxibo a Luanda⁵⁷, é portador de uma mensagem de D. Zefa, a defunta patroa, cuja alma, encarnada na ave, pretende cobrar da família a atenção e consideração que lhe são devidas em conformidade com os preceitos tradicionais, o que se sugere como condição indispensável para o seu merecido descanso:

é arma [*sic*] da nossa querida patroa que está querer falar qualquer coisa, as falas dos mortos, mano, que eu acho mesmo, mano Samuel, tudo está acontecer porque ainda não cumprimos com a nossa tradição (MMM, p. 78).

A única explicação plausível para esse “incumprimento” tem que ver com o fato de, até o momento, João Segunda, sob a condição de viúvo e na ausência dos parentes mais velhos, não ter tomado a iniciativa de realização do *komba*, isto é, da cerimônia ritual em memória da falecida esposa, que, por via-de-regra, compreende oito, no mínimo, e trinta dias, no máximo, após o passamento:

Lusala perguntou saber qual tradição, e Catorze deu logo a resposta dele, haka⁵⁸, mano!, os nossos costumes, mano! é por

⁵⁷ Catorze admite, assim, tratar-se do mesmo mocho que viria a anunciar, ainda no capítulo 3, a morte de dona Zefa.

⁵⁸ Interjeição em umbundu, língua nacional angolana falada no sul e centro-sul de Angola, que expressa admiração ou espanto.

caso [sic] é a falecida dona Zefa que está chateada porque ainda não lhe fizemos o komba conforme que manda a nossa tradição, mano, estou te falar mano Samuel, é melhor falares no patrão esses problema da terra, temos que fazer o komba (MMM, p. 78)

A aflição e a advertência expressas nas palavras de Catorze pressentem e denunciam a gravidade da situação. Elas não só confirmam o seu esclarecimento quanto à tradição, como também não deixam dúvidas sobre o perigo oculto que espreita e ao qual a família toda está exposta. Servindo-se de certos conhecimentos mágicos, Catorze busca na atitude dos vivos em relação aos mortos a razão de ser da “emaça” (MMM, p. 78) do mocho. Só assim se consegue perceber que o problema em causa é o da negligência de um dos mais sagrados deveres tradicionais: o dever que todo o indivíduo tem de dar provimento aos ritos fúnebres relativos à morte de seus parentes mais próximos. Desse modo, além de assinalar um desprezo imperdoável para com a herança cultural legada pelos antepassados, essa negligência condiciona a passagem normal para o lugar onde se acredita que a defunta continuaria a sua existência, haja vista que

Só ‘se morre’ verdadeiramente quando se realizam os ritos segundo a tradição e a comunidade tem a certeza de que o defunto foi recebido pela comunidade dos antepassados. O defunto fica naturalizado no além-túmulo, integra-se na comunidade dos antepassados pela acção eficaz dos vivos que situam no seu lugar, o ‘fixam’ evitando que fique vagabundo e despeitado. (ALTUNA, 1985, p. 446).

Nesse contexto, a alma da defunta esquecida vagueia sem destino, desgraçada, e o olvido dos seus acarreta desprezo e terrível pena. Em consequência, o trinado aziago do mocho pode também ser entendido como o anúncio da chegada avassaladora de um grande mal como forma de punição. É uma maldição que manifesta a reação dos antepassados contra a conduta adotada por Segunda no auge da nova ascensão social. De fato, essa conduta é a mola impulsionadora da negligência acima referida. O desapego ao espírito da defunta esposa, bem como o abandono da fé religiosa, motivados pela conquista dos títulos e cargos que passaria a ostentar, fazem de João Segunda um traidor dos costumes tradicionais e dos valores religiosos comungados em família, passando a agir mais por oportunismo do que por convicção. Como nos diz o narrador: “João Segunda se tinha desviado para coisas matérias” (MMM,

p. 59). Essas agora ganhavam terreno, em prejuízo das coisas espirituais, daí em diante apenas convocadas por mera conveniência.

Desse modo, a repressão levada a efeito pelos cães-policiais, ou seja, a maldição dos antepassados, retratada no capítulo 12 a seguir ao presságio, tem um efeito tão devastador quanto pedagógico ou corretivo, no sentido em que ele não apenas gera desagregação, luto e dor no interior de seu lar, mas também profundo arrependimento e regeneração pessoais. A propósito desse mesmo duplo impacto da violência na vida de João Segunda, Inocência Mata (2005, p. 150) assinala o seguinte:

João Segunda havia-se tornado um membro da *nomenklatura* – um lugar que, na sua imaginação, só a morte lhe podia tirar. Pusera de parte não apenas os seus valores morais e mundivenciais. Porém, apenas quando os excessos o atingem [...], com o desaparecimento de Hermínio, seu filho mais velho, e de outros jovens do bairro, João Segunda se torna crítico, resgatando os valores que haviam norteado a sua vida. (MATA, 2005, p. 150, *itálico da autora*).

Em outras palavras, ainda que vista sob o ângulo estreito do seio familiar e da conduta individual de João Segunda, a violência não deixa de aludir a um fenômeno mais abrangente, o qual responde pela degradação ética e espiritual que vai tomando forma na sociedade angolana após a independência. Em determinado passo, antes mesmo da adesão aos esquemas e da filiação aos ditames do regime, Segunda chega a desabafar, manifestando, com certa lucidez, o seu profundo descontentamento com o rumo que o país vem tomando:

Alguns indivíduos considerados nacionalistas ontem, são hoje excomungados da sociedade só por serem religiosos ou por terem ideais diferentes. **Ser religioso hoje significa ser reaccionário.** (MMM, p. 44-45, grifo nosso).

Dessa maneira, com a instauração da ditadura monopartidária, os costumes tradicionais e a prática religiosa, por um lado, e o pluralismo de pensamento e de opinião, por outro, são oficialmente desencorajados, porque percebidos como reacionários, em favor de um processo de purificação social. O propósito era a edificação de um sujeito político dogmático e homogêneo, adstrito ao campo da cega obediência e fidelidade patrióticas. Na nova sociedade angolana assim projetada,

[t]odas as relações eram pensadas e concretizadas como relações verticais (de cima para baixo). Não havia lugar a uma qualquer contradição ou mesmo uma qualquer diferença de interesses (PESTANA, 2003, p. 7).

Apesar disso — ou talvez por isso mesmo —, o exercício do poder não impede, antes incentiva, a incorporação de relações de clientela política e formas de corrupção contrárias à própria ideologia de Estado. A prática totalitária passa a conviver, em quase perfeita sintonia, com os desmandos na esfera da gestão do erário público. Do que resulta uma sociedade eticamente perversa, bem como política e socialmente repressora, hostil às liberdades individuais, à diversidade cultural e à integridade ética. No fundo, João Segunda e a sua família são, em mesmo grau, atores e vítimas dessa conjuntura que serve de plataforma para a emergência de todo o tipo de intolerância e, com efeito, de uma violência em grande escala. Quando, finalmente, decide afastar-se da ostentação e acatar a sugestão do criado para que realizasse o *komba* em memória da esposa, Segunda e os filhos já vivem as pesadas consequências da repressão generalizada que atinge o Bairro (Cf. MMM, p. 93-94).

2.1.2 O presságio do sonho

Enquanto isso, em **Estação das chuvas**, a prisão de Lídia do Carmo Ferreira, enquadrada na escalada de violência que se segue à proclamação da independência, na noite de 11 de novembro de 1975, é antecipada, logo na abertura do capítulo 1 do romance, por um sonho estranho e igualmente perturbante:

Naquela noite Lídia sonhou com o mar. Era um mar profundo e transparente e estava cheio de umas criaturas lentas, que pareciam feitas da mesma luz melancólica que há nos crepúsculos. Lídia não sabia onde estava, mas sabia que aquilo eram alforrecas. (EC, p. 15).

À primeira vista, o sonho é confuso: a profundidade do mar parece contrastar com a transparência da água e dos seres que nela se movimentam. Lídia Ferreira presente-o como um sinal, porém não é capaz de decifrá-lo, incapacidade que a deixa insegura e insatisfeita. Isso faz pressupor que, para ela, o mundo onírico é também um mundo real, do qual podemos extrair indícios de verdade, e que o sonho aponta para o seu destino pessoal.

Segundo Raul Altuna (1985, p. 270), em quase todas as culturas tradicionais bantu, os sonhos são considerados, essencialmente, “avisos de Deus, dos antepassados ou de espíritos que comunicam alguma mensagem”. Seja qual for o seu conteúdo, acredita-se que têm uma única origem, que sempre resultam de uma força exterior ao mundo dos vivos. Assim, os sonhos “não se reduzem ao plano do fenômeno puramente fisiológico, no qual o subconsciente revive o nosso arquivo de emoções, ideias, sucessos, repressões e anelos”, mas antes cumprem uma “missão de advertência” (ALTUNA, 1985, p. 270), sinalizando e prevendo o futuro.

Tal sinal apenas se torna mais ou menos compreensível quando Lídia se lembra da “avó, Dona Josephina do Carmo Ferreira, aliás Nga Fina Diá Makulussu, famosa intérprete de sonhos.” (EC, p. 15). À semelhança de Catorze, em **Maio, mês de Maria**, essa personagem exerce a mesma função social do adivinho tradicional. E tratando-se de uma velha de cento e cinco anos de idade, os quais completara naquele mesmo mês de novembro de 1975 (Cf. EC, p. 16), a sua caracterização talvez não pudesse ser mais apropriada.

Por isso, “Lídia acreditava em tudo o que ela dizia, inclusive nos presságios.” (EC, p. 16). “Segundo a velha, sonhar com o mar era sonhar com a morte.” (EC, p. 15). Embora metafórica, a interpretação do sonho é lapidar. Ela sugere que só os mistérios e a imensidão do mar correspondem à noção da morte como viagem sem volta, que conduz a um lugar distante, desconhecido e tenebroso. A associação entre o mar e a morte, de cujo fundamento ainda se encontra marca na própria língua kimbúndú⁵⁹, resgata a memória de um tempo em que o mar representava o fim inesperado e brutal da existência, contrário ao ciclo natural da vida e à perenidade dos laços vitais entre a comunidade dos vivos e a dos antepassados⁶⁰.

Por essa via, o sonho de Lídia Ferreira é o presságio não de uma morte concebida como natural, mas de um fim cruel, porque resultado de uma ação

⁵⁹ O termo *kalunga*, dependendo do contexto em que é usado, pode designar a *morte* ou o *mar*.

⁶⁰ O mais provável é que essa associação se inscreva numa noção mítica do mar, reforçada, historicamente, com a realidade do tráfico negreiro, a partir da qual o mar simbolizaria, precisamente, um caminho sem volta.

aterrorizante que a vitimará inevitavelmente. Ainda assim, o sonho faz-lhe lembrar de uma premonição mais antiga, quando ainda recém-nascida:

Estava lúcida e não sentia nada, nem amargura dos derrotados, nem a euforia dos vencedores (naquela noite era as duas coisas ao mesmo tempo). 'É a noite do louva-a-deus', pensou. E viu-se a si própria, recém-nascida, com um grande louva-a-deus pousado sobre o peito.

Quando era pequena o velho Jacinto [o bisavó paterno] falara-lhe daquilo: 'Pouco depois de nasceres, a tua mãe olhou para ti e viu um enorme louva-a-deus pousado sobre o teu peito' Muito mais tarde, Vavó Fina voltou a recordar-lhe o episódio. Disse-lhe: '**A vida vai-te comer**'. (EC, p. 16, grifo nosso).

Entre muitas comunidades étnicas de África, o louva-a-deus, assim como o mocho de **Maio, mês de Maria**, é um elo entre o mundo visível e o mundo invisível. Na maior parte das vezes, ele aparece aos vivos para confirmar uma realidade já consumada no plano metafísico. No caso de Lídia Ferreira, a aparição do louva-a-deus vem confirmar a sua predestinação, anunciada antes mesmo de seu nascimento por Nga Samba, a bisavó materna. Segunda a velha, detentora "de uma erudição sem limites em matéria de sortilégios e mezinhas", o ser que Francisca, a mãe, trazia no ventre era um *dikulundundu*: o espírito de um antepassado remoto e sábio (EC, p. 24). Como a maioria das crianças de certas regiões rurais e tradicionais angolanas, a menina nasce sob o signo de um gênio da natureza, um espírito tutelar de quem depende a manutenção de sua sobrevivência (Cf. RIBAS, 1964, p. 49). Assim, ela nasce com qualidades intelectuais e dons espirituais excepcionais⁶¹. Mas, conforme prevê a tradição, essa condição implicaria passagens ritualizadas, com vista a neutralizar as forças perigosas para a sua própria vida e sobrevivência da família ao qual pertence:

[As crianças nascidas predestinadas] são obrigadas a seguir um tratamento ritual muito rigoroso a fim de controlar todo o poder espiritual que trazem consigo. O tratamento é constituído por um conjunto de cerimónias [asseguradas] por um *Soba yonene* (grande chefe) em pleno exercício da sua função de mando. O primeiro rito [...] constitui a prática de uma série de exorcismos, a fim de acalmar as divindades protectoras no noviço. (COELHO, 1996, p. 148, itálico do autor).

⁶¹ Aqui se encontra a explicação para alguns dos fatos que marcam as circunstâncias do nascimento dessa personagem (Cf. EC, 19-26).

Lídia não passa por esse rito de passagem, e talvez por isso não pôde evitar o seu destino trágico, sendo esse uma determinação exterior ao seu poder e à sua vontade. O seu regresso para Angola, num momento em que a situação político-militar era de todo instável e imprevisível (Cf. TALI, 2001, 2 v. p. 74-76), é a prova dessa terminação. Por mais paradoxal que parecesse, Lídia se perguntava “O que fazia naquele país?” (EC, 16). Pergunta que “todos os dias a atormentava” (EC, 16), e, ao que tudo indica, coube à repressão política da ditadura monopartidária respondê-la.

2.2 O medo

Se os presságios anunciam os atos de violência, originando incerteza e tormentos, o medo é a expressão autêntica desse clima de tensão social e psicológica focalizado por ambos os narradores. O medo, que se fundamenta numa ameaça efetiva e real, dá outra feição ao panorama social nas diegeses, influenciando, negativamente, a disposição cotidiana das personagens. A desconfiança, a insegurança, a angústia e incerteza passam a fazer parte dessa disposição. Elas constituem, por assim dizer, as modalidades de realização do medo nos dois romances.

2.2.1 O medo em Luanda

Desde logo, o medo ocupa, em **Estação das chuvas**, um lugar de destaque ao nível da tematização da violência, dando título à sétima parte do romance. A julgar por essa relevância, é como se, para Agualusa, a experimentação desse sentimento caracterizasse parte da história angolana recente. Ainda assim, no contexto da diegese, a sua presença não se restringe àquela única parte, desdobrando-se em momentos anteriores e posteriores.

Em Luanda, o medo instaura-se claramente desde antes da proclamação da independência, com o anúncio do triunfo da Revolução dos Cravos e a conseqüente queda do regime salazarista em abril de 1974, em Portugal. Esse acontecimento gera, na cidade, um clima “de grande nervosismo.” (EC, p. 161). A notícia deixara toda gente sobressaltada. É o prenúncio de uma nova era, mas os sinais de mudança não são recebidos “da mesma maneira pelos colonos e pelos colonizados.” (TALI, 2001, v. 2, p. 31).

Para aqueles, é um momento de incertezas, ao passo que, para esses, o espanto e a euforia tomam os ânimos. Segundo o narrador-jornalista, os

colonos andavam agitados com as notícias que lhes chegavam da metrópole. Os comunistas, murmurava-se à boca pequena, estavam por detrás do golpe militar e preparavam-se para entregar Angola aos russos. Era preciso fazer qualquer coisa. Ao mesmo tempo, os militares do MPLA, que haviam recebido a notícia da revolução num misto de espanto e euforia, lançam-se em atividades frenéticas, tentando conquistar apoios entre os estudantes e ‘as massas oprimidas dos musseques’. Nos liceus e nas faculdades a agitação prosperou como fogo em capim seco. Nos musseques foi um pouco, mas difícil, mas a chegada de um grupo de antigos presos do campo de concentração de São Nicolau veio mudar tudo. Eram jovens intelectuais que cultivavam uma boa relação com o povo, reforçada pelo fato de terem estado detidos vários anos à mistura com operários e camponeses. (EC, p. 161).

Num primeiro instante, verifica-se a intensificação da repressão por parte Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política colonial. Várias pessoas são presas, dentre as quais, Santiago, na altura ainda contrabandista e músico popular (Cf. EC, p. 162). Contudo, percebendo que o processo de descolonização é irreversível, subitamente, as autoridades coloniais deixam de reprimir, abrindo espaço para a mobilização política. Surgem, então, diversos grupos políticos e de autodefesa armada, espontaneamente formados por simpatizantes do MPLA. Nos musseques, apesar das inquietações, começa-se a falar de novos tempos: “Muitos dos homens que apareciam no Luar das Rosas falavam do MPLA, da independência, da expulsão dos Portugueses.” (EC, p. 163). A agitação, em meio a desmandos gratuitos, toma conta da capital, gerando-se autênticos confrontos raciais⁶². Como refere Jean-Michel Tali (2001, v. 2, p. 32), inicia-se, assim, um “ciclo de inaudita violência em que os ódios acumulados entre africanos e europeus mostraram durante longas semanas toda a sua medida.” A insegurança e o medo fazem com que grande parcela da população branca decida abandonar Angola, iniciando-se “a fuga em massa dos portugueses”

⁶² Realça Jean-Michel Tali (2001, v. 2, p. 33) que houvera até casos em que brancos de baixa renda foram violentamente expulsos dos musseques.

(EC, p. 181)⁶³. Esses vão embora deixando para trás quase tudo e levando o que podem, tal é o pânico! No aeroporto, abarrotado de gente,

sujeitos aflitos trepavam para o tejadilho doorro e ali mesmo o leiloavam por um relógio, uma caneta ou simplesmente um par de sapatos, qualquer coisa que pudessem levar na mão. (EC, p. 182)⁶⁴.

Entretanto, percebe-se que, com o estalar dos confrontos armados entre a MPLA e a FNLA na capital, ainda em agosto de 1975, marcando assim o malogro do processo de transição pacífica para a independência e a abertura da guerra civil, o terror muda completamente de alvo e o medo de significação. Desde então, já não são tanto os bens e patrimônios pessoais que estão em causa, assim como já não são os colonos os destinatários dos excessos da euforia revolucionária. O terror lança-se contra a cidade e os seus habitantes, e esses agora temem pela independência. Os guerrilheiros do ELNA, com a ajuda de mercenários e destacamentos do exército sul-africano, esforçam-se para tomar a cidade antes das primeiras horas de 11 de novembro de 1975, enquanto os soldados das FAPLA, com o apoio de tropas cubanas e soviéticas, tentam impedir que isso aconteça. No Largo 1º de Maio, os instantes que

⁶³ Antes de sua fuga para Luanda, o narrador-jornalista conta que os seus pais, no Huambo, empreendem a mesma fuga, após o início dos confrontos entre os soldados do ELNA e as tropas das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), pertencentes à UNITA: “acumulavam-se uma desordem de malas, caixotes, cartões, livros, roupas, louças, pratos e talheres. A minha mãe procurava ajudar na arrumação de tudo aquilo, mas assim que o tiroteio crescia começava a chorar: ‘Eu bem disse que devíamos ter ido embora em setembro, mas ninguém quis me ouvir. Tantos tiros, tantos tiros. Os comunistas a chegar!’ O meu pai fingia não ouvir. Naquelas alturas costumava recordar as palavras de um avô escocês: – Se tens medo do fogo não te ofereças para bombeiro!” (EC, p. 148).

⁶⁴ Em **Os anões e os mendigos**, vive-se o mesmo clima na Cidade Nova pouco antes da proclamação de independência da Costa da Prata: “Toda a cidade, o país inteiro enfebrece de júbilo, enquanto o cais e o aeroporto se engarrafaram permanentemente de carros e caixotes de colonos em pânico. [...]. Havia um sentimento de alívio, mas imprevistamente a cidade empobrecera-se, perdera algo da sua alma. Seria por causa das lojas e casas fechadas? Essa constatação fizera nascer em alguns espíritos uma dúvida angustiante: a independência ia ser realmente o paraíso prometido pelos líderes? Porque abandonavam apressadamente aquela terra, mesmo os brancos que eram bons e estimados, gente que ali tinha procriado e encanecido? Os maus, sobejamente conhecidos, levantaram ferro mal lhes cheirava que o vento ia mudar.” (LIMA, 1984, p. 116). Ao passo que, em **Predadores**, o narrador registra que o “[...] aeroporto de Luanda tinha virado um hotel de três estelas negativas, centenas de pessoas dormindo pelo chão dias a fio, à espera dos aviões da ponte aérea, o lixo acumulando e as paredes enegrecidas de sujo. [...]. As notícias eram aterradoras. Muita gente de boa fé queria fugir sem saber porquê, pensavam estar em presença do Juízo Final, outros porque temiam represálias dos antigos colonizados, consciências pesando com crimes do passado. Os barcos iam cheios de pessoas e bens, cada um tentando arrancar e levar tudo o que podia.” (PEPETELA, 2008, p. 122-123).

antecedem ao ato de proclamação da independência deixam entrever essa experimentação da atmosfera de medo:

No Largo Primeiro de Maio, o Presidente falava à multidão. Pouco antes de subir à tribuna um jovem oficial saltara de um jipe para lhe entregar uma mensagem do comandante Jacob Caetano, mais conhecido por Monstro imortal. A situação era crítica: as colunas sul-africanas tinham subido oitocentos e tantos quilômetros, pulverizando as frentes sul e centro. Agora, preparavam-se para tomar a pequena cidade de Novo Redondo⁶⁵. Em Quifangondo (*sic*), a uma distância tão escassa que quando o vento soprava mais forte a praça se enchia da tosse nervosa das metralhadoras, militares cubanos combatiam ao lado das FAPLA contra antigos comandos portugueses, tropas regulares do exército zaireense e guerrilheiros de Daniel Chipenda e Holden Roberto. (EC, p. 17).

A violência das armas transporta as incertezas para centro da aspiração nacional, fazendo com que o destino da nação dependa agora do destino da cidade — esse cada vez mais incerto:

Balas coloridas riscavam a noite e ninguém sabia dizer se eram parte dos festejos ou do aparato de guerra. Os céus da cidade tinham-se transformado numa imensa armadilha. **Era tão incerto o destino de Luanda**, que muitas das delegações convidadas a assistir às cerimónias, incluindo a da União Soviética, tinham preferido não comparecer. (EC, p. 17-18, grifo nosso).

Do outro lado do *front*, a escassos quilômetros de Luanda, o medo é também experimentado por Ángel Martinez, o mercenário americano de origem cubana que combate ao lado dos guerrilheiros da FNLA e que, mais tarde, vem a ser julgado e condenado a trinta anos de prisão pelo Tribunal Popular Revolucionário naquilo que ficou conhecido como o Julgamento dos Mercenários⁶⁶. A princípio, Ángel, que militara num movimento anticastista formado por exilados cubanos nos Estados Unidos da América, fora contratado, aos vinte e sete anos, para uma missão especial: a recuperação de um malote com diamantes escondido na Damba, uma pequena cidade do norte de Angola. Mas, quando chega à Kinshasa,

disseram-lhe que a África do Sul tinha entrado em Angola e que a situação militar se deveria decidir até 11 de novembro,

⁶⁵ Atual cidade do Sumbe, capital de Kwanza Sul, que dista 495 km a sul de Luanda.

⁶⁶ Ironicamente, o narrador define este julgamento como “[...] um espectáculo ruidoso, destinado sobretudo a envergonhar a América.” (EC, p. 193).

data prevista para a independência de Angola. Mas não era absolutamente seguro: estavam a chegar a Luanda centenas de soldados cubanos, bem treinados, armados e municiados e isso poderia inverter o curso da guerra. Era importante recuperar a pasta com diamantes, mas mais importante ainda seria contribuir para a conquista da capital. (EC, p. 142).

Assim, movido pelo ódio ao comunismo e a troco de 300 dólares por semana, Ángel envolve-se na guerra civil angolana, sendo, contudo, abandonado pelos soldados do ELNA em meio a difícil Batalha de Kifangondo⁶⁷. Ferido, sozinho, com sede e perdido na mata, ele vive os piores dias de sua vida:

abriu os olhos e viu a noite irromper em chamas. À sua frente, o morro do Quifangondo [*sic*] recortava-se contra o súbito esplendor do céu. Fechou os olhos e viu o fogo, o caos, o pânico: ‘Estou no inferno’, pensou.”

Estava muito perto.

A poucos metros, no meio da estrada, um blindado Panhard ardia. O próprio pântano ardia em muitos pontos; de repente acendeu-se uma luz e outra e outra, como bruscas estrelas fátuas. Formavam linhas, figuras, rápidas constelações, e ele pensou por instantes que o mundo estivesse trocado: ‘Aqui estou eu’, pensou ‘estendido de costas sobre a noite, e a terra é côncava e arde.’ (EC, p. 139).

A decepção de não ter cumprido o objetivo de tomar Luanda antes de 11 de novembro e de ter sido largado por aquelas que se diziam sua tropa, aliada a dor na perna direita estilhaçada por um morteiro, gera em si o pânico e o amargo arrependimento de se ter envolvido numa guerra da qual sempre desconhecera a verdadeira correlação de forças:

A perna ferida fazia-lhe doer o corpo todo e tinha sede, uma sede ansiosa, insensata: ‘Estás fodido Ángelito’, disse em espanhol. [...].

‘Quem te mandou a ti meteres-te nesta guerra de pretos?!’, fala devagar, sentindo as palavras formarem-se na boca.” (EC, p. 140).

Na verdade, Ángel teme cair nas mãos do exército inimigo: “Ángel temia que aparecessem cubanos.” (EC, p. 170). Pois, certamente, presume que, caso isso aconteça, venha a ser preso e condenado à pena capital ou até mesmo

⁶⁷ Sobre esse acontecimento, veja-se, dentre outros obras, a recente coletânea de artigos e documentos de Miguel Júnior (2011).

fuzilado sem julgamento⁶⁸. O medo de ser capturado traduz-se, portanto, no maior de todos os medos, ou seja, no medo da morte:

em um sentido [...], a razão de todos os medos, o medo por excelência, e em outro sentido ele é o único que parece ser vazio de si próprio, [na media em que] ele é aquilo que torna assustadora a maioria das coisas que consideramos como tais, [mas] nele mesmo, de maneira crua, na sua pureza, quer dizer, independentemente de tudo aquilo que leva a ele (sofrimentos, doenças, acidentes), não se percebe nada de assustador. (WOLFF, 2007, p. 22).

Enquanto isso, nessa mesma noite, o narrador-jornalista chega à Luanda, na companhia do amigo Tito Rico, vindo do Huambo com a intenção de se juntar “ao MPLA para combater” (EC, p. 149) contra os ditos fantoches do imperialismo⁶⁹. Segue-se, contudo, que, depois de rispidamente interpelados ao meio do trajeto por soldados das FAPLA, os dois são temporariamente detidos porque, apesar de assumirem ser simpatizantes do MPLA, trazem salvo-conduto da UNITA:

Chegamos a Luanda ao anoitecer. O próprio Santiago nos levou de jipe, conduzindo como louco. Fomos diretamente para uma antiga escola inglesa, no Morro da Luz, onde o MPLA improvisara a sua principal cadeia. (EC, p. 173).

Ao contrário do que esperavam presenciar, depararam-se com um cenário no qual a violência é praticada sem propósito explícito e contra pessoas indefesas, como que por diversão:

No Morro da Luz levaram-nos para um ginásio cheio de gente. Santiago foi saudado pelo militares das FAPLA com grandes exclamações de alegria. Um deles, com a patente de capitão, deu-lhe um abraço, trocou com ele algumas informações sobre a situação militar e só depois pareceu reparar em nós:

– Quem são estes? – Perguntou. – **Fuzilam-se?**

Julguei que estivesse a brincar mas quando os nossos olhos se cruzaram percebi que não. Santiago soltou uma gargalhada:

⁶⁸ De resto, com essa personagem, Agualusa configura um outro lado da presença cubana em Angola durante o primeiro período da guerra civil, apresentando, desse modo, uma visão contrastante com de Ondjaki, em **Bom dia camaradas**, que ilustra a exemplaridade dos professores cubanos, um dos quais, aliás, também de nome Ángel: “Todos gostávamos do professor Ángel. Ele era muito simples, muito engraçado. [...] Mas não era só do professor Ángel e da professora María. Nós gostávamos de todos os professores cubanos, também porque com eles as aulas começaram a ser diferentes.” (2006, p. 21).

⁶⁹ A expressão era comum no discurso oficial do MPLA para se referir à FNLA e à UNITA.

– Mais tarde! – disse. – Acho que são dos nossos mas é melhor confirmar. Trazem cartão dos kwachas⁷⁰. (EC, p. 174, grifo nosso).

Ou seja, caso se venha a confirmar que, ao invés de simpatizantes do MPLA, ambos são militantes da UNITA, como parecem indicar os cartões falsificados com os quais se identificaram, não restaria outra opção senão o fuzilamento! Mesmo sem representarem qualquer ameaça, eles jamais seriam poupados, como se subentenda da resposta de Santiago. Muitas outras pessoas encontram-se na mesma situação: “Eram sobretudo simpatizantes da FNLA, mas havia também alguns portugueses, suspeitos de sabotagem” (EC, p. 174). Há ainda o caso de uma mulher negra americana, acusada de pertencer aos serviços secretos norte-americanos. “Ela chorava, enfiava os dedos na cabeleira redonda, e garantia não ter nada a ver com a CIA.” (EC, p. 174). E apesar de seu discurso feminista, anti-capitalista e racista anti-branco, ela também não foi poupada, e tudo indica que acabou sendo estuprada pelos soldados das FAPLA:

Pouco depois vieram buscá-la e levaram-na para uma sala ao lado. **Ouvimo-la gritar durante quase quinze minutos e quando voltou tinha a blusa rasgada, arranhões na cara e no pescoço.** ‘Isto não está certo’, disse Rico. (EC, p. 174, grifo nosso).

Com o desenrolar do relato, a presença dessa violência algo infundada, com requintes de pura maldade, vai sendo reproduzida em momentos finais do romance. Com o reacender da guerra civil, dezessete anos após a consagração da independência, as ruas de Luanda são novamente palcos para o medo e a desesperança:

Quando os tiros pararam saí com ela [Lídia do Carmo Ferreira]. Fomos a pé até à ponta da Ilha [de Luanda], fingindo que não víamos **a cidade arruinada pelos últimos confrontos.** A loucura rondava em torno, estendia para nós as suas compridas patas de aranha. O cheiro fez-me lembrar o 27 de maio [de 1977]. A mesma fúria, a mesma vertigem. Concentrava-se nas esquinas, rastejava pelo chão, subia-nos pelas pernas, pelo corpo.

[...]

A praia estava cheia de pequenos monstros mortos. Os caranguejos tinham morrido todos dentro das suas armaduras

⁷⁰ Palavra do umbundu com a qual se designava, genérica e pejorativamente, os soldados das FALA.

transparentes. Peixes brancos olhavam para nós com grandes olhos de água. (EC, p. 265).

A crueldade da guerra não reside apenas no rastro de caos e pânico que ele deixa no espaço, mas principalmente na sua potência demolidora. Na senda de Tania Macêdo (2008, p. 200-201), podemos dizer que aqui “não se trata mais de apontar o caos, ou de elaborar a crítica aos rumos nebulosos da administração, mas sim da destruição da capital”. Desde a degradação do patrimônio arquitetônico, passando pela destruição da paisagem ambiental até a indignância humana e a infertilidade da terra, tudo aponta para uma ruptura com os desejos que presidem as primeiras partes do romance:

A cidade apodrecendo sem remédio. Os prédios com as entranhas devastadas. Os cães a comer os mortos. Os homens a comer os cães e os excrementos dos cães. Os loucos com o corpo coberto de alcatrão. Os mutilados de olhar perdido. Os soldados em pânico no meio dos escombros. E mais além as aldeias desertas, as lavras calcinadas, as turvas multidões de foragidos. E ainda mais além a natureza transtornada, o fogo devorando os horizontes. (EC, p. 279).

2.2.2 O medo no Bairro do Balão

Já em **Maio, mês de Maria**, o medo é resultado direto da ação repressora dos “cães” no Bairro do Balão. A prontidão combativa antes demonstrada por aqueles moradores, preparados a oferecer resistência a qualquer perigo, dá lugar a uma paralisia generalizada, por meio da qual o medo passa a governar os mais profundos sentidos.

E então todo o Bairro do Balão começou estava não dormir e se muniu de pedras e de varapaus e os olhos e os ouvidos se apuraram na vigia e então certa noite moradores que começaram estavam ouvir uivos distantes que depois foram se ouvindo mais perto pareciam eram lobos as crianças despertaram assustadas e sô Fortes! Fama dele de caçador mais sô Totonho sô Oliveira sô Brito foram ainda buscar espingardas deles enferrujadas velhas que ninguém que sabia provado eles tinham e falaram nós vamos dar uma lição nesses cães e houve gente que se recontentou reencorajada e então **quando os cães chegaram mesmo no Bairro estranhamente ninguém que estava se mover, todo mundo ficou siderado quieto corações gelados** e então os cães arrastaram as pessoas que quiseram e lhes levaram e de manhã quando se fazia balanço faltavam pessoas no Bairro. (MMM, p. 82, grifo nosso).

Essa ocorrência se repete por muitos outros dias, gerando uma espécie de receio paranoico e transformando o Bairro numa “paisagem do medo” (TUAN, 2005, p. 12). A ameaça da violência, simbolizada na ferocidade dos cães, exerce uma influência negativa, encorajando os indivíduos a manterem-se num regime de temor permanente:

População toda do Bairro tinha se entrincheirado nas suas deles casas, ninguém que queria se aventurar só pôr cabeça fora da janela, se arrogar valentias. [...] Que os homens do Bairro perceberam então, era imprudência quererem mostrar que os tinham no lugar certo, melhor era lhes manter encolhidos. Quem que podia desafiar aqueles animais felinos ferozes? (MMM, p. 82).

Dentre esses “homens do Bairro”, está também João Segunda, ele mesmo o Presidente do Conselho de Moradores do Prédio do Balão e Presidente da Comissão do Bairro do Balão:

João Segunda não sabia bem como agir. Que estava pensar qualquer atitude dele podia ser mal interpretada e então lhe fazerem outra vez desaparecer. Por isso ele estava receoso assustado. (MMM, p. 84)

Instaura-se, assim, um cenário típico de terror, na acepção contemporânea desse termo proposta por Jacques Rancière:

Nomear “o terror” como mal que está em torno de nós e nos ameaça é, pouco a pouco, redefinir o conjunto de coordenadas que nos servem para explicar o mundo, para pensar as relações entre causa e efeito, entre bem e mal, e também as relações que ligam os indivíduos em sociedade e o próprio vínculo entre experiência íntima do sujeito e configuração global do mundo. (2007, p. 53).

Ou seja, o terror não é simplesmente um conjunto de atos e de ameaças efetivos. Ele designa também um certo estado do mundo. Mas esse estado do mundo define também um modo de percepção.

Nessa medida, o medo deixa de ser uma emoção instantânea para constituir um modo de ser e estar vinculado à percepção de uma ameaça extrema, difusa e constante. Porque desconhecem a origem e muito menos entendem as razões invocadas que servem de explicação para a violência, os moradores do Bairro do Balão vivem num estado policialesco, em que todos vigiam todos. À luz desse estado, a desconfiança mina todo o universo de relações sociais — quer as relações de vizinhança quer as relações

domésticas ou familiares: “desconfiança era formigueiro que se espalhava por todos os lados” (MMM, p. 84).

Por outro lado, o terror é causador de uma atitude de abstinência social e política. Como precaução, as pessoas praticam a autocensura, bem como deixam de “aparecer em locais de ajuntamento” (MMM, p. 84), como praças públicas e reuniões noturnas. O medo de ser conotado ou visto como um daqueles que defendem a propalada independência do bairro é um fantasma que assombra a todos, principalmente os jovens. Por isso,

[o]s poucos rapazes no Prédio tinham deixado de ficar sentados nas escadas a conversar longas horas como antigamente. Chegavam das aulas e se refugiavam imediatamente nos apartamentos e de lá só saíam no dia seguinte. Tinha rapazes que tinham fugido para outros bairros, que viver no Bê Bê era muito demasiado arriscado. Que se dizia os cães só atacavam de noite, de dia as pessoas podiam andar descansadas. Mesmo assim, de dia só se viam pelas ruas mais velhos, mulheres e crianças, não tinha quase juventude nenhuma. (MMM, p. 88).

A repressão generalizada, executada pelos cães do regime, cria, desse modo, uma cultura do medo implantada nomeadamente no seio da juventude. Mas, diferente da cultura do medo hobbesiano, entendida como aquela “que dá sustentação às relações contratuais em que consistem os vínculos civis” (LUMANGI, 2007, p. 135), trata-se aqui de uma cultura do medo que resulta de uma prática bárbara e arbitrária de governo e que provoca desagregação da vida social. Assim, em vez de um medo que funcione como “cimento da vida civil” (Ibid., p.136), os moradores do Bairro do Balão vivenciam, na expressão do narrador, “o medo de ter medo” (MMM, p. 84). Ou seja, um medo que recusa a sua racionalização social e política.

2.3 A tortura

Com efeito, em seu processo de concretização ficcional, a violência culmina na combinação das mais variadas práticas de tortura, entre as quais, o confinamento, a agressão física, os castigos corporais, a tortura psicológica e o trabalho forçado. Com elas, os corpos e as almas das personagens são inapelavelmente expostos à experiência radical da dor e do sofrimento. À diferença do que verificamos na seção anterior, em que o terror impera de

maneira difusa e, na maior parte das vezes, gratuita, aqui a violência assume, de fato, um cunho planejado, podendo manifestar-se em suas dimensões mais excessivas e autolegitimar-se como fator intrínseco da estrutura do poder instituído após a independência, seja no caso da repressão política contra os grupos dissidentes e opositores à direção do Movimento-Estado, seja no da repressão contra os moradores do Bairro do Balão.

2.3.1 A tortura na Prisão de São Paulo

Em **Estação das chuvas**, algumas das referidas práticas de tortura encontram na Prisão de São Paulo o espaço ideal para a sua realização e respectivo enfoque. Elas se enquadram, a partir do capítulo 5, “A euforia”, na última etapa da repressão política desencadeada pela DISA e o Ministério do Interior contra os ativistas de extrema-esquerda, reunidos, em torno dos CAC, primeiro, e da OCA, depois.

Segundo Jean-Michel Tali (2001, v. 2, p. 82), essa repressão assinalou o momento do desmanche das relações entre o MPLA e as organizações políticas que se lhe passaram a opor na disputa do poder político. Após um curto período de aliança, no contexto da qual essas organizações jogaram um papel decisivo para o surgimento de uma forte base de apoio popular ao MPLA nos meios urbanos logo a seguir ao 25 de abril, as relações tornam-se cada vez mais insustentáveis, muito por causa de desacordos político-ideológicos que seriam, no fundo, o reflexo, por um lado, de divergências de trajetória sociopolítica das elites angolanas e, por outro, de conflitos ideológicos em curso no movimento comunista internacional, nomeadamente entre soviéticos e chineses. Em concreto, os diversos grupos, incluídos os de extrema-esquerda, exigiam

que MPLA fosse mais explícito em relação à suas próprias representações ideológicas, incluindo a visão que dele tinham. [...] o MPLA teria ainda de definir com exactidão a sua natureza ideológica, o modelo de descolonização, o regime político que pretendia instaurar em Angola, etc. (Ibid., p. 64).

A ausência de respostas satisfatórias a essas questões, bem como a não dissipação das desconfianças que sempre pairaram no ar, conduziu à ruptura definitiva. Essa se consumou ainda antes da proclamação da

independência, por ocasião da II Semana de Luta pelo Poder Popular, em setembro de 1975. O processo de repressão “inicia-se com a instauração de uma severa censura ao discurso ideológico dos ‘comitês’, seguido da recuperação ou pura e simples extinção dos órgãos de imprensa que tinham caído sob a sua alçada” (Ibid., p. 85). A opção pela clandestinidade e pela tentativa de criação de um partido marxista-leninista autônomo feita pelo núcleo duro da extrema-esquerda, depois do malogro de suas ações no interior do MPLA com o objetivo de transformá-lo ideologicamente por dentro⁷¹, obteve como resposta o endurecimento do regime. Para a direção do MPLA, a legitimidade política e histórica do Movimento era inquestionável e o poder jamais devia ser partilhado com qualquer outra organização ou partido político autônomo⁷². Daí resulta que, em 1976,

a polícia política e o Ministério do Interior tinham ganho literalmente o jogo das escondidas, e a extrema-esquerda angolana deixara de existir como estrutura. Os que na Europa editavam alguns panfletos representavam-se apenas a si próprios. Os militantes da OCA foram juntar-se nas prisões angolanas aos da ‘Revolta Activa’, a quem haviam dado combate em defesa de Agostinho Neto. (Ibid., p. 87).

Além da Casa de Reclusão Militar, uma dessas prisões foi, exatamente, a Prisão de São Paulo, em cujas celas vão parar o narrador-jornalista, juntamente com os outros membros da chamada “célula Viriato da Cruz” da OCA, depois do desmantelamento do grupo, supostamente denunciado por um

⁷¹ Conforme atesta um documento da OCA, de março de 1976, amplamente difundido no exterior de Angola: “No entanto, a experiência da luta das organizações populares, dos jornais ‘Poder Popular’ e ‘Angola’ e do malogro do ‘movimento de organização’ levou a que cada vez mais sectores de revolucionários compreendessem **o carácter burguês do MPLA e a impossibilidade de se lhe impor uma orientação revolucionária e compreendessem também que deviam organizar-se de uma forma autónoma e lutar pela criação de um verdadeiro partido comunista marxista-leninista.**” (OCA, 1976, p. 21 *apud* TALI, 2001, v. 2, p. 297-305, grifo nosso)

⁷² Pronunciando-se a propósito da II Semana de Luta pelo Poder Popular, Agostinho Neto vai deixar clara essa posição: “Neste momento, não é justo que outras organizações, ou outros agrupamentos, se apresentam para dirigir o nosso povo fora do MPLA. [...] O nosso MPLA dirigiu a luta de libertação nacional, organizou politicamente o povo [...]. E não nos parece que haja qualquer competência ou moral por parte de agrupamentos ‘ad hoc’ aparecidos recentemente para tomar o facho e continuar, sem tomar em consideração o MPLA.” (JORNAL DE ANGOLA, 05/10/75 *apud* TALI, 2001, v. 2, p. 86).

ex-militante, Francisco Borja Neves, expulso da organização por comportamento antissocial⁷³:

na semana seguinte quatro homens da segurança foram ao 'Quartel das Loucas' e levaram-nos a todos para a Prisão de São Paulo: a mim, Paulete, Lay, Zorro e a mais dois desgraçados, um dos quais tinha aparecido simplesmente para entregar um presunto. (EC, p. 205).

Entre os muros dessa prisão, que, por ironia do destino, até não muito tempo tivera a mesma função para a polícia política colonial⁷⁴, o narrador-jornalista desvela o submundo da ditadura monopartidária segundo a ótica do testemunho direto, vindo a fornecer um retrato ao mesmo tempo subjetivo e imediato das atrocidades. A visão intermediária dos eventos cede ante descrições mais precisas que, desprovidas de idealizações, não se coíbem de evidenciar os instantes mais vis da repressão. Digamos que, no plano da linguagem, a espinha dorsal do relato-reportagem permanece intacta, nomeadamente através da exposição clara e concisa, porém o olhar narrativo muda ligeiramente de objeto, concentrando-se agora na violência mais crua e dura. O ato de narrar assemelha-se, nesse sentido, a um enfrentamento, por parte do narrador-jornalista, do sofrimento experimentado por si e pelos companheiros. De modo que ele assume as vestes de um sobrevivente, que quer narrar para continuar sobrevivendo, além de alimentar a esperança de que o seu testemunho seja, até certo ponto, uma ponte entre o passado e o presente.

Assim, depois de ter sido transportado à força numa automotora, uma espécie de camburão descrito como “uma construção comprida, um pouco afastada do corpo central” (EC, p. 205), o grupo é repartido em diferentes celas, de acordo com uma das técnicas elementares de administração dos aparelhos disciplinares: a distribuição dos indivíduos no espaço⁷⁵. Desde logo,

⁷³ Na verdade, Borja Neves fora expulso por tentativa de estupro contra Paulete, por quem se dizia apaixonado (Cf. EC, p. 202-203).

⁷⁴ É interessante notar, com Inácio Marques (2008, p. 39), que a Prisão de São Paulo, tal como a Casa de Reclusão Militar, foram, no período colonial, locais de detenção por excelência de presos políticos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Após a independência, a DISA acabou por reatualizar o papel dessas prisões, tornando-as, a partir de então, locais de detenção das dissidências políticas do Movimento-Estado.

⁷⁵ Como nota Michel Foucault (1995, p. 135), organizando as celas, as disciplinas “criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços

as condições de alojamento das celas ressaltam à vista o tratamento degradante a que os presos políticos passam a ser submetidos:

Eu fiquei com Zorro numa cela quadrada, um cubículo quente e tão desprovido de ar que as próprias moscas sufocavam e se deixavam apanhar à mão, atordoadas. Num dos cantos havia um buraco que servia de retrete. Alta madrugada, assim que o sol se erguia, batendo de frente contra as paredes da cadeia, a retrete começava a gorgolejar. **Era primeiro um suspiro profundo, uma espécie de lamento, mas depois subia e transformava-se num riso surdo, num arrote, e subia mais e o cheiro transbordava e trepava⁷⁶ às paredes e agarrava-se à pele como se fosse visgo.** (EC, p. 206, grifo nosso).

Como se vê, o narrador-jornalista não poupa detalhes, hipérboles e metáforas para melhor ilustrar os sinais de tortura nos calabouços do regime. O gorgolejar da retrete, como um “suspiro profundo, uma espécie de lamento”, parece apostado em projetar a terrificante imagem da figura de um agonizado ensanguentado pela boca, cujo último suspiro de vida se transforma “num riso surdo, num arrote”, que faz com que o sangue transborde e suba “às paredes” e agarre-se “à pele” de seu corpo “como se fosse visgo”. A morte como que se anuncia pelo cano da retrete.

Durante duas noites e um dia, os presos são mantidos sob essas mesmas condições desumanas de confinamento, sem qualquer contato com o exterior. Os dias trancafiados na cela parecem intermináveis. O único colchão de que dispõem é uma “esponja insalubre, tão infestada de percevejos e pulgas e baratas que respirava como uma coisa viva” (EC, p. 208). Além do “medo de ser mordido pelos ratos” (EC, p. 209), a maior causa de sofrimento para o narrador-jornalista são a sede e o calor infernal que sente: “As paredes da cela curvavam-se sobre mim. Queimavam.” (EC, p. 206). E em virtude dessa aflição:

Na manhã do segundo dia perdi a cabeça e lancei-me contra a porta aos socos e pontapés. Um guarda apareceu a correr.

que realizam a fixação e a permitem circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos.” Nesse sentido, a distribuição dos presos políticos por diferentes celas é sempre uma estratégia adequada aos sistemas carcerários de regimes ditatoriais. Mantendo-os separados e sem qualquer contato, evita-se a mínima troca de informações entre si e, conseqüentemente, facilita-se a delação nos interrogatórios.

⁷⁶ Entenda-se: “subia”.

Abriu a porta numa fúria: **'Fraccionista de merda estás a pensar que tens criados na cadeia? Rebento-te o focinho!'** Empurrou-me com força e voltou a fechar a porta. Eu sentei-me no chão e comecei a chorar. Zorro pegou-me na mão: 'Não chores Bailundino, as lágrimas vão te fazer falta'. (EC, p. 206, grifo nosso).

A reação violenta do narrador-jornalista pode ser entendida como um “sinal de alarme ante o perigo iminente de destruição psíquica pela pulsão de morte” (KEHL, 2007, p. 101). Os socos e pontapés na porta da cela correspondem a uma crise de pânico contra a realidade externa que o oprime, própria de quem sente um pavor intenso, chegando a perder provisoriamente a capacidade de verbalizar o que lhe acontece. Com o corpo, ele exprime aquilo que não consegue colocar em palavras. Já no que respeita à atitude truculenta do guarda, que ameaça e violenta moral e fisicamente com total desinibição, representa claramente a tirania do sistema prisional angolano. À luz desse sistema, o preso é despossuído de quaisquer garantias, perdendo mais do que a liberdade de movimento. A violência sobre si pode ser exercida a qualquer instante e sob qualquer forma, desde a privação da água para beber até a paulada no “focinho”. O seu corpo está à disposição de todo o tipo de maus-tratos, pois, de fato, deixara de pertencer a ele.

Com base em seus estudos sobre os métodos e meios coercivos adotados ao longo dos dois últimos séculos pelo poder público na repressão da delinquência, Michel Foucault (2010, p. 73) considera que é justamente nesse tipo de atitude que se fundamenta a natureza disciplinar da instituição prisional. Sendo a jurisdição privilegiada dos excessos da violência de Estado, o único lugar em que

o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente 'justificado', visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem. (Ibid., p. 73).

Mas, ao invés da docilização do corpo do preso, com a intenção de torná-lo, através de mecanismos e técnicas disciplinares, tanto mais obediente quanto mais útil e vice-versa, segundo a rapidez e a eficácia que se

determina⁷⁷, a Prisão de São Paulo destina-se, sobretudo, a consumação da destruição dos direitos civis que os presos algum dia tiveram. Nela, a disciplina não consiste, ainda que como justificativa criminológica, num qualquer projeto edificante de transformação dos indivíduos a fim de reintegrá-los dóceis e úteis na sociedade, mas sim num instrumento ao serviço da opressão política de todos aqueles que se opõem ao regime. Como toda a violência aniquiladora⁷⁸, essa opressão é exercida de maneira sangrenta e odiosa, em favor próprio, contra a vida, ainda que em plena contradição com as leis em vigor ou por mais que os padrões de justiça possam ser transgredidos⁷⁹.

As sessões de interrogatórios dos presos, realizadas sem a mínima observância dos mais elementares direitos de defesa, ilustram de forma eloquente a dimensão vingativa da violência na Prisão de São Paulo. A segunda vez em que é chamado a depor, o narrador-jornalista diz sentir-se aliviado, apesar de não fazer propriamente ideia do que lhe irá acontecer. De fato, o tempo de espera já fora, para ele, uma tortura psicológica, pois o deixara exausto de tanto medo: “O medo, o verdadeiro medo, deixa-nos exaustos.” (EC, p. 225). A sala para onde é levado, “uma sala grande, com uma única lâmpada pendurada no teto.” (EC, p. 225), aponta para o típico reduto das polícias secretas de regimes totalitários⁸⁰. Lá, o narrador-jornalista

⁷⁷ Referimo-nos, aqui, a tese do mesmo Michel Foucault (1995, p. 127), segundo a qual a violência disciplinar, mormente a violência nas prisões, tem como finalidade “uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.”

⁷⁸ De acordo com Isabel Marin (2002, p. 77), a *violência aniquiladora* é o ato “[...] que se constitui numa experiência de excesso – de ódio destruidor, de votos de morte [...], de pancadas, de indiferença. É uma situação na qual o outro é destruído por não poder existir de modo algum, em que não se constitui alteridade e impera o princípio absoluto do Um.”

⁷⁹ Sob esse aspecto, Agualusa parece querer assinalar a existência de uma tremenda contradição entre os direitos fundamentais previstos na então Lei Constitucional da República Popular de Angola, aprovada pelo Conselho da Revolução em 12 de novembro de 1975 — portanto, um dia após a proclamação da independência —, e a violência exercida pelo regime monopartidário contra os grupos que lhe eram contestatários. E talvez os mais visados desses direitos sejam aqueles constantes do artigo 17º, em que se garante que o “Estado respeita e protege a pessoa e dignidades humanas. Todo o cidadão tem direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade, dentro do respeito devido aos direitos dos outros cidadãos e aos superiores interesses do povo angolano. A lei protegerá a vida, a liberdade, a integridade pessoal, o bom nome e a reputação de cada cidadão.” (LEI CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, 12 de novembro de 1975, p. 4).

⁸⁰ Para o leitor brasileiro, talvez essa sala lembre bem as chamadas “salas de tortura” do Departamento de Ordem e Política Social (DOPs), representadas no filme **Batismo de sangue** (2006), de Helvécio Rattón, baseado no livro homônimo de Frei Betto.

encontra Zorro “estendido num canto escuro, com os braços amarrados atrás das costas. Parecia dormir.” (EC p. 225). Na verdade, mais uma vez, Zorro já havia sido interrogado e brutalmente torturado, chegando, agora, a sua vez:

Monte [o torturador] estava sentado à secretária, **em tronco nu, uma pistola pousada diante de si**. Olhou a direita para mim e vi-lhe as orelhas fundas, a barba por fazer:

– **Tira essa roupa...**⁸¹

Disse aquilo em voz baixa, num tom delicado, como se me estivesse a pedir um favor.

[...]

Monte voltou a falar:

– Pois é, rapazinho, já deves ter percebido que agora as coisas são diferentes. Acabou-se a papa doce.

Fiquei parado, sem saber o que fazer. **Um dos guardas que me tinha trazido deu-me um safanão**: “Você está surdo? Não ouviste o comandante?” Eu despi-me e Monte estendeu-me um papel, o mesmo que me tinha mostrado da outra vez:

– Vai dizendo alto os nomes dos teus amigos e o que é que eles faziam na porcaria do vosso partido.

Zorro mexeu-se:

– Não fales, Bailundino!...

Monte apoiou ambas as mãos na mesa. Tinha pelos nos dedos, as grossas veias latejavam:

– Começa a cantar, miúdo, tenho pouco tempo. (EC, p. 225-226, grifo nosso).

Não se revelando deladoras no primeiro instante, as respostas do narrador-jornalista enfurecem Monte. Para fazê-lo dizer a verdade, recorre a ameaças as mais diversas e monstruosas. Levantando o cano da pistola, num claro gesto de intimidação, Monte afirma ter “carta branca”, vinda dos escalões superiores do Movimento-Estado, para eliminar fisicamente todos os presos envolvidos em ações de constatação ao regime: “Vamos acabar com vocês, com todos. Sejam fraccionistas, esquerdistas, racistas, tribalistas. Todos!” (EC, p. 226). O mandato oficial é impiedoso, e demonstra que o regime está disposto a tudo e mais alguma coisa para exercer a sua soberania. Ele visa não propriamente a punir um crime, do qual os presos jamais são formalmente acusados, mas, antes de tudo, a erradicar da sociedade aquilo a que considera ser um “desvio”, porque oposto à imposição de um poder supremo, acima dos homens e da própria lei. Como observa Anthony Giddens a propósito do domínio totalitário,

⁸¹ Tal como em **Batismo de sangue**, vê-se aqui também que os presos são torturados nus.

o policiamento se associa à aplicação de métodos de tortura para obter confissões, em contextos nos quais os crimes envolvem a defesa de visões políticas desviantes, mais do que infrações específicas da lei. (2008, p. 316).

Ainda no mesmo parágrafo, Monte faz, ao narrador-jornalista, uma declaração surpreendente, que parece funcionar ao mesmo tempo como confissão pessoal e recurso de persuasão: “Não penses que isto me agrada, mas alguém tem de o fazer.” (EC, p. 226). Por um lado, embora encare a violência como sendo um mal, o torturador tem de exercê-la, já que, fazendo-o, apenas estará no estrito cumprimento de ordens superiores. Ademais, nada garante que, caso se furte a cumprir com tais ordens, a violência não venha a ser exercida contra ele próprio, como uma espécie de corretivo. Por outro, ele apela, não sem segundas intenções, à solidariedade do preso, uma vez que, caso esse confesse, a tortura deixaria de ser praticada e todos sairiam a ganhar. Contudo, justamente por causa dessa ambiguidade, a declaração de Monte chama atenção pelo fato de tornar claro que o abuso do monopólio da violência por parte dos agentes do Estado monopartidário resulta do exercício de manutenção da ordem social vigente, situando-se além de quaisquer juízos de valor pessoais. Reconhece-se, assim, que a crueldade não é pura e simplesmente fruto do espírito sádico de quem a pratica, mas que é parte constitutiva da própria estrutura do poder, na qual o torturador se insere.

Por fim, o narrador-jornalista cede à pressão, vendo-se forçado a dar os nomes e a localização dos companheiros depois que Monte o revela que Lay, a namorada, fora estuprada pelos guardas e pelos presos mercenários, sob sua autorização:

– A tua namorada é muito linda. **Passamos a noite a brincar com ela.** A seguir entregamo-la aos mercenários. Imagina nove gajos de uma só vez, acho que nem o *Kama Sutra* relata uma coisa assim. (EC, p. 226, itálico do autor, grifo nosso).

É difícil saber se isso de fato aconteceu ou se a revelação é apenas uma pura chantagem, com objetivo de obter a confissão desejada do preso⁸². Mas o

⁸² Curiosamente, estratégia mais ou menos parecida é usada durante o interrogatório de Domingos Xavier, em **A vida verdadeira de Domingos Xavier**, de Luandino Vieira: “– Ninguém te quer fazer mal. É só responderes, já sabes. – Então diz lá: conheces um tal Bernardo de Sousa? – Não conheço! – ‘ tás a ver? Começas mal pá! Começas mal. Todos dizem que tu conhece... [...] – Fazes mal, rapaz, fazes mal. Eu estou a dar-te a oportunidade de

eufemismo e sarcasmo na fala de Monte, apesar da extrema crueldade a que se refere, realçam de algum modo uma espécie de introjeção da violência por parte do torturador. Não sendo nomeada em seus verdadeiros termos, a violência deixa de existir como um fato ético e socialmente condenável. A sua desrealização discursiva é também uma forma de amenizá-la ou reprimi-la na consciência de quem a pratica, possibilitando a fuga. Para o torturador, a violência é percebida, existe, mas precisa ser negada ou tornada aceitável, o que é justamente revelador de seu caráter aniquilador.

Mesmo assim, após a confissão do narrador-jornalista, na sequência desse mesmo episódio, Monte volta a dirigir-se para Zorro, de quem procura arrancar mais nomes de militantes da OCA: “– Já tenho metade da história, agora tu contas-me a outra.” (EC, p. 227). Em consequência de sua resposta, que gera uma fúria mortífera em Monte, Zorro é submetido a uma longa sessão de tortura, cujo método o relato descreve com certa precisão:

– Por que é que não vais para a tua terra, não és português? Não vos bastaram cinco séculos de exploração? Afinal qual é a diferença entre ti e o Lobo d’África?

Se queria irritar Monte tinha acertado em cheio. Quando hoje penso nisso sinto pena de Zorro. O heroísmo é apenas uma forma de estupidez, talvez o mais perigoso. Monte levantou-se de um pulo e deu-lhe pontapé na cara: ‘Onguelelo!’⁸³, gritou para os guardas. **Os dois homens forçaram Zorro a ficar de joelhos e aplicaram-lhe na cabeça uma espécie de torniquete, com dois paus e um pedaço de corda. Monte agarrou-o pelos cabelos, puxando-lhe o pescoço para trás, ao mesmo tempo que apertava o aparelho.** Zorro gritou:

– Mãe! Oh, mãe!

ires para casa, para a família. Quem é o branco? – Não conheço nenhum branco. [...] Não sabes, então, quem é o branco? Olha, pá! A tua mulher está ali à espera. Não queres falar?... – Ó cipaio! Podes levar este gajo para cela. E diz a essa mulher, a que está aí no quintal à espera, que pode ir na terra. O homem dela nunca mais vai sair da prisão. Domingos Xavier se levantou, veio a vontade de correr na porta, sair no quintal, gritar para a Maria que estava vivo, que não ia dizer nada, nem que lhe matassem. Mas, na hesitação do cipaio, percebeu o truque do polícia e sorriu só.” (s/d, p. 48-50).

⁸³ Relativo ao *Onguelelo*, palavra da língua tchokwé que designa um método de tortura tradicional, reapropriado pela DISA. Ao reconstruir um amplo leque de torturas a que os presos envolvidos — ou suspeitos de envolvimento — na tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977 foram submetidos nas prisões do regime, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus (2010, p. 129-130) apresentam a seguinte descrição desse método, complementando, de certa forma, a descrição feita pelo narrador-jornalista: “Os pés e as mãos eram atados nas costas, por meio de cordas molhadas, ligadas aos testículos. A completar, um torniquete ligado a dois paus, juntos às têmporas: o apertar do torniquete, reduzindo a irrigação do cérebro, causava fortíssimas dores.”

[...]

Monte estava aos gritos. Batia com os punhos nas costas e na cabeça de Zorro. **Chorava:**

– **Fala, porra, por que não falas, queres que te mate?**

Chorava! Com o pé esquerdo prendeu o pescoço de Zorro e com o outro começou a pisar-lhe a cabeça. Um dos guardas agarrou-o pelo braço: ‘Deixa, camarada, o rapaz não aguenta mais’. (EC, p. 227-228)

Igualmente à passagem anterior, nessa, a crueldade como que é compensada pela compaixão de seus próprios agentes. Da mesma forma que persuade o narrador-jornalista, mesmo sem abdicar da tortura, Monte parece tentar convencer Zorro de que a confissão é a melhor saída para todos. A confissão deve ser conseguida a qualquer custo, porém a morte do preso não trará as informações que permitirão a decapitação total da extrema-esquerda. Assim sendo, os ataques de choro abrem um campo cheio de dúvidas. Seriam os choros os sintomas do processo de desumanização em que Monte é mesmo o sujeito principal? Se realmente demonstra alguma sensibilidade para com a condição do preso, então por que continua impondo-lhe a tortura? Ou representariam os choros uma estratégia do torturador, para que a vítima se convença de sua humanidade e confesse? Ou ainda, até que ponto os choros não refletem ao mesmo tempo as duas alternativas: sendo uma forma de persuasão que revela a desumanização do torturador? Essas perguntas não encontram respostas fáceis, remetendo-nos, mais uma vez, à relação entre o torturador e a estrutura do poder, tendo como centro a violência. Mas, se a atitude de Monte reflete em grande medida a estrutura do poder⁸⁴, a iniciativa de um dos guardas que age em socorro de Zorro demonstra que, quando muito, é possível refrear os excessos dessa estrutura mesmo no seu interior. Se o mandato oficial não mede meios para atingir os seus fins, então o senso ético que resta dos indivíduos é chamado a intervir, evitando o pior. Pois, como aponta Hannah Arendt (2007, p. 504), esse “tipo de tortura, de objetivo definido

⁸⁴ Nota-se que, nas últimas páginas do romance, se sugere uma caracterização psicológica ambígua dessa personagem. Ao mesmo tempo em que se verifica um núcleo familiar estável, o traço demoníaco se revela na coleção de borboletas: “A mulher era uma senhora muito baixa, larga de ancas e com peito enorme. Chamava-se Marilinda e trabalhava como secretária numa empresa pública. Na sala, dois adolescentes comiam em silêncio: ‘São os meus filhos’, disse Monte. Depois do jantar quis que eu visse a sua coleção de borboletas, cuidadosamente guardadas em caixas de sapatos, e eu fiquei com a impressão de que era para aquilo que ele vivia: ‘Tenho exemplares raríssimos’, garantiu-me.” (EC, p. 265)

e racional, tem certos limites: ou o prisioneiro fala dentro de certo tempo, ou matam-no.”

De qualquer forma, a tortura deixa os membros superiores de Zorro em estado de paralisia. Como nos conta o narrador-jornalista,

Zorro ficou um mês sem conseguir mexer as mãos. Tinham-lhe amarrado os braços com tamanha violência que as cordas haviam rasgado a carne e cortado a circulação. Joaquinzinho [companheiro de cela] dava-lhe a comida na boca, lavava-o, ajudava-o nas coisas mais elementares. Também passava horas a massajar-lhe [sic] os braços e julgo que foi isso que o salvou. O nguelelo deixou-lhe cicatrizes fundas na cabeça e tinha escoriações por todo o corpo. (EC, p. 231).

Paradoxalmente, a seguir, o mesmo narrador-jornalista reconhece que todo esse tratamento cruel que ele e os companheiros presos da OCA sofrem na Prisão de São Paulo não veio a ser o pior, se comparado ao destino dos presos acusados de implicação na tentativa de golpe de Estado de 1977. Para com esses, o regime não teve contemplações:

Morreram aos milhares. Em certas manhãs de cacimbo, cansadas e baças como um espelho velho, eu vi, através do respiradouro, passarem camiões cheios de mortos. O fodor era tanto que os guardas tapavam o nariz com algodão embebido em perfume. **Alguns enlouqueceram.** Mesmo a retrete já não cheirava a merda, mas a sangue. **Adormecíamos com a gritaria dos torturados e acordávamos quando eles deixavam de gritar**⁸⁵. (EC, p. 232, grifo nosso).

A violência acaba, por conseguinte, pervertendo e desumanizando a todos, quer sejam eles torturadores ou torturados. A crueldade praticada sobre o Outro é uma via de duas mãos. Ninguém sai imune. E quanto maior a violência, menor são as chances para todos os envolvidos. A Prisão de São Paulo torna-se uma “zona de indistinção”, ou seja, um

espaço fora da jurisdição humana, em que as fronteiras entre a regra da lei e o caos desaparecem, as decisões sobre a vida e a morte se tornam inteiramente arbitrárias e tudo se torna possível. (MBEMBE, 2001, p. 194).

⁸⁵ Um desses torturados é Santiago, o antigo comandante das FAPLA e, mais tarde, simpatizante de Nito Alves, com quem o narrador-jornalista volta a encontra-se na prisão e repara que lhe arrancaram “os olhos, o nariz e as orelhas” (EC, p. 234). Durante o interrogatório, bateram-lhe “até que desmaiou, depois puseram-lhe a cabeça dentro de um balde cheio de água suja e quando abriu os olhos voltaram-lhe a bater. Por fim alguém lhe mostrou uma navalha. O mundo ficou escuro, um lugar sem luz e sem tempo.” (EC, p. 235).

2.3.2 A tortura na fazenda Boa-Morte

Em contrapartida, em **Maio, mês de Maria**, a fazenda Boa-Morte cumpre especialmente a função de espaço de tortura. Ela pode ser encarada como um campo de concentração⁸⁶, em analogia ao antigo “Campo de Concentração de Kalunda”, situado no município do Alto Zambeze, província do Moxico⁸⁷. Nesse campo, estiveram concentrados centenas de jovens, sobretudo militares pertencentes à 9ª Brigada de Infantaria Blindada das FAPLA, presos depois dos acontecimentos de 27 de maio de 1977. De acordo com os escassos testemunhos até então disponíveis de alguns sobreviventes, tratou-se de um dos mais importantes espaços de confinamento que existiu em Angola após a independência, onde havia a pena de morte sem nunca ter sido prevista por lei e muito menos decretada por um tribunal militar. Miguel Francisco ‘Michel’ (2007, p. 27), que integrou uma leva de 600 presos, afirma que a maior parte dos internos foi condenada sem julgamento, sem culpa formada sequer, e vivia em condições sub-humanas. Tais condições eram tão deploráveis que, já em finais de 1977, o campo “começou a ficar vazio”, resultado de altos “níveis de miséria e repressão” (Ibid., p. 115-116). Os enxertos de tortura eram diários. Além dos mortos por fuzilamento e espancamento, também morreram muitos de frio, por doença e fome endêmica. Outros ainda morreram asfixiados, em virtude das casernas serem poucas e não conseguirem abrigar-se em períodos chuvosos. Já Joaquim Neto (*apud* MATEUS, D., e MATEUS, Á., 2010, p. 138) garante ter aí havido, inclusive, enterro de pessoas vivas, muitas das quais acusadas de tentativa de fuga ou de ato de rebeldia.

À diferença do que observamos na fazenda Juventude Operário⁸⁸, na qual João Segunda também estivera à procura do filho e dos jovens do Bairro

⁸⁶ Ao se debruçarem sobre o significado desse espaço em **Maio, mês de Maria**, alguns trabalhos tendem a admitir a mesma hipótese, ainda que sem referências ao espaço real com o qual estabelece uma relação de afinidade (Cf. FONSECA, 2005, p. 100; SANTOS, 2007, p. 99).

⁸⁷ A analogia tem a sua razão de ser, antes de tudo, pela coincidência da localização geográfica entre os dois espaços. Em **Maio, mês de Maria**, a fazenda Boa-Morte é igualmente localizada na região leste de Angola, precisamente na “fronteira com a Zâmbia” (MMM, p. 150).

⁸⁸ Por sua vez, a localização dessa fazenda coincide com a do “Campo de Concentração de Tire”, em Kibala, província do Kwanza Sul, para onde também foram evacuados os chamados fraccionistas (Cf. MATEUS, D., e MATEUS, Á., 2007, p.137-138). Ademais, assim como foi no espaço real, no espaço ficcional, a principal atividade na qual os jovens internos se ocupam é a

do Balão, na fazenda Boa-Morte, as diferentes práticas de tortura são evidentes. Aliás, como o próprio nome deixa perceber, nesse espaço concentracionário, os jovens internos, “mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido” (ARENDDT, 2007, p. 493):

Segunda avançou, pisou pé mais pé, e de repente estava no Quadrado. Lhe veio então na cabeça associar aquela mole humana ao nome da fazenda, Boa-Morte, e percebeu então a razão de tão fatídico nome, uma boa morte para aquela toda gente que estava **demais preparada para um juízo final a céu aberto**. (MMM, p. 162, grifo nosso).

Mas antes mesmo de correr o risco de adentrar clandestinamente o “Quadrado”, Segunda pode apurar que, no interior da fazenda, estão concentrados cerca de “três mil jovens”, trazidos amontoados em caminhonetes militares das mais distantes e diversas regiões de Angola (MMM, p. 151). Vivem alojados em casernas, com poucos dormitórios: um para cerca de trinta pessoas (MMM, p. 169). Eles são fortemente vigiados por uma matilha-exército pronta para atacar e exterminar quem ouse insubordinar-se. Os cães-guardas são comandados por Staffordshire, o chefe da fazenda, a partir de um ponto estratégico de sua casa, onde tem um “olho mágico instalado na janela” (MMM, p. 159). Todos os dias, os jovens vão trabalhar na tonga⁸⁹, em Nhacahona, região de fronteira entre a Angola e a Zâmbia⁹⁰. Após a formação, que acontece às seis horas da manhã, eles partem: “[q]ue **os jovens marcham pela estrada fora, cantando, os cães mordendo os de passo lasso**, calor a dificultar o andamento agora sem vigor inicial” (MMM, p. 167, grifo nosso). Quais contratados coloniais, eles

plantação de sisal: “Segunda e o companheiro de viagem aproveitaram para dar um passeio pelas verdes plantações de sisal. Se detiveram a ver tanta verdura [...]. Viram alguns jovens em plena atividade” (MMM, p. 196-197).

⁸⁹ Roça.

⁹⁰ Da mesma forma como o faz o monangambé do poema “Monangambâ”, de António Jacinto: “Quem se levando cedo? **quem vai à tonga?** Quem traz pela estrada longa / a tipóia ou o cacho de dendém / fubá podre, peixe podre, / panos ruins, cinqüenta angolares / ‘porrada se refilares’? / – Quem? / – Quem faz o milho crescer / e os laranjais florescer / – Quem? Quem dá dinheiro para o patrão comprar / máquinas, carros, senhoras / e cabeças de pretos para os motores? / – Quem faz o branco prosperar, / ter barriga grande – ter dinheiro? / – Quem? / E as aves que cantam, / os regatos de alegre serpentear / o vento forte do sertão / responderão: / – ‘Monangambéé...’” (JACINTO, 2003, p. 65-66).

Vão / olhares longínquos / corações medrosos / braços fortes / sorrisos profundos como águas profundas / Largos meses os separam dos seus / e vão cheios de saudades / e de receio / mas cantam / Fatigados / esgotados de trabalhos / mas cantam / Cheios de injustiças / calados no imo das suas almas / e cantam / Com gritos de protesto / mergulhados nas lágrimas do coração / e cantam / Lá vão / perdem-se na distância / na distância se perdem os seus cantos tristes / Ah! / Eles cantam...(NETO, 2009, p. 67).

Entretanto, pior ainda do que o regime do contratado colonial, na fazenda Boa-Morte, a agressão física é uma rotina diária, um ato banal para os cães-guardas. O trabalho forçado constitui a mais brutal das punições. Os jovens estão numa espécie de purgatório, onde o trabalho representa o castigo, a última chance para a salvação de suas almas. Desse ponto de vista, o trabalho não é feito em nome da produtividade econômica, mas sim como condição normal da ordem interna da fazenda, cuja missão é criar um mundo à parte, longe dos olhos da sociedade e, portanto, da proteção da lei e da intervenção dos familiares que acampam em redor da fazenda: “não se podiam aproximar, os cães não toleravam presença de curiosos” (MMM, p. 151). É um mundo impenetrável, com suas próprias regras sinistras, em que a exploração não gera lucros. A mão-de-obra dos jovens não tem preço algum, porque vista a troco de uma espécie de pegado. Ao contrário dos contratados coloniais, eles não sabem a quem servem ou a quem pertencem, deixando de possuir o mínimo estatuto jurídico.

Para Hannah Arendt, enquanto instituições que melhor caracterizam o poder totalitário, os diferentes tipos de campos de concentração, nomeadamente o Limbo, o Purgatório e o Inferno, que correspondem às três concepções básicas de uma vida após a morte, têm todos

uma coisa em comum: as massas humanas que eles detêm são tratadas como se já não existissem, como se o que sucedesse com eles não pudesse interessar a ninguém, como se já estivessem mortos e algum espírito mau, tomado de alguma loucura, brincasse de suspendê-las por certo tempo entre a vida e a morte, antes de admiti-las na paz eterna. (2007, p. 496).

Nesse mundo aparentemente fantasmagórico, mas tão real quanto o nosso,

mata-se um homem tão impessoalmente como se mata um mosquito. Uma pessoa pode morrer em decorrência de tortura ou de fome sistemática, ou porque o campo está superpovoado e há necessidade de liquidar o material humano supérfluo. (Ibid., p. 493).

Se assim se pode dizer, o mais terrível êxito dos campos de concentração assenta justamente no fato de que,

tornando anônima a própria morte e tornando impossível saber se um prisioneiro está vivo ou morto, [eles] roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada. Em certo sentido, roubaram a própria morte do indivíduo, provando que ele não pertence a ninguém. A morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido. (Ibid., p. 503).

Também na fazenda Boa-Morte, a população concentrada morre de forma abundante e anônima, em decorrência de todo tipo de maus-tratos:

Que falou mais o homem na fazenda tinha maltratação, trabalho duro suado, e **por dia morriam de fome pelo menos cinco jovens, tinham já morrido cerca de trezentos.** (MMM, p. 151, grifo nosso).

Para quem ainda resta, o confinamento continua sendo um martírio, marcado pela carência dos bens mais essenciais à vida humana:

a água iam buscar os jovens, cerca de trinta em cada dia, perto de um quilômetro e meio para lá da fazenda, não longe da tonga para onde iam todos trabalhar diariamente, tinham de empurrar uma cisterna montada num pequeno atrelado.(MMM, p. 165).

Quanto à comida, essa é demasiado escassa e sem nutrientes. À noite, “regressados da tonga onde tinham labutado desde manhã cedo”, os jovens comem “arroz sem sal” (MMM, p. 169). Às vezes, porém, nem essa refeição é servida, chegando-se mesmo ao ponto de os jovens comerem o que encontram nas matas: “raízes de plantas silvestres, ratos e gafanhotos, peixe seco estragado e mandioca quando que aparecia” (MMM, p. 166). O paroxismo desse estado de miséria e degradação humana acontece sempre quando “entre as britas que emolduravam o pátio da fazenda [os jovens] encontravam alguns grãos de arroz ou de feijão, todos se atiravam sofregamente ao chão em disputas por aquelas migalhas” (MMM, p. 166). Em compensação, a luta desesperada pela sobrevivência vai fazer com que a morte de uns seja a oportunidade de mais um dia de vida para outros, na medida em que “os que

eram escolhidos para enterrar quem que **diariamente morria de fome ou dos ferimentos das mordidas dos cães**, recebiam **como recompensa um pouco de leite em pó**” (MMM, p. 166, grifo nosso)⁹¹. Em outras palavras, os jovens confrontam-se com o terrível dilema do anseio pela morte alheia e a luta pela continuidade da própria vida. Nessas circunstâncias, a decisão da consciência passa a ser questionável e, quando muito, suspensa, dando lugar à voz do instinto. Essa experiência radical da violência demonstra, assim, que, uma vez morta a pessoa jurídica do homem, retirando-se os jovens na esfera do contrato social por meio do trabalho forçado, da penúria alimentar e do espancamento constante, a morte da pessoa moral é o segundo passo decisivo no campo de concentração, já que

[a] criação de condições em que a consciência deixa de ser adequada e fazer o bem se torna inteiramente impossível, **a cumplicidade conscientemente organizada de todos os homens nos crimes dos regimes totalitários é estendida às vítimas e, assim, torna-se realmente total.** (ARENDDT, p. 503, grifo nosso).

Por sua vez, tendo permanecido cerca de oito meses na fazenda, dois dos quais clandestinos, Segunda não sai daí ileso. A dado momento, a caminho da tonga com os jovens, ele não suporta a passada e desfalece, desalinhando parte da fila em que segue. E, malgrado os esforços dos jovens para acobertá-lo, os cães-guardas descobrem-no como um intruso:

Os cães lhe assaltaram logo, lhe morderam na cabeça, nos braços, no peito, em todo o corpo, lhe esfarraparam toda a roupa, ai ai ai que ele gritou aflito, um dos rapazes do grupo tendo ainda tentando se lançar contra os cães foi imediatamente derrubado e mordido ferido, os outros podiam fazer o quê? Segunda estava de pronto estendido no chão, sob os olhares dos jovens furiosamente indefesos. (MMM, p. 167).

O caráter desumano da violência fica logo patente pela simples realidade de que os cães-guardas não falam com suas vítimas-presas. Eles apenas latem-intimidam e abocanham-espancam, atendendo à sua condição natural. A sua linguagem é a da violência. Por via da alegoria, os torturadores

⁹¹ Numa palestra que proferiu na Casa de Angola, em Lisboa, por ocasião da publicação de seu livro em Portugal, Francisco Miguel ‘Michel’ (*apud* MAGARREIRO, 2007, p. 2) dá um testemunho bastante aproximado: “O desespero e o instinto de sobrevivência era tal que muitos esperavam a morte dos colegas para serem eles a enterrá-los e assim receberem o ‘prémio’ instituído pelo chefe do campo – uma mísera refeição.”

perdem, assim, as faculdades humanas do diálogo, da razão e da compaixão. A alegoria serve, aqui, para assinalar a reificação dos próprios homens diante da qual estão a serviço, já que ela é “o modo predominante de expressão de um mundo no qual as coisas, não importa por que motivo, divorciaram-se completamente dos significados, do espírito, da genuína existência” (JAMESON, 1985, p. 61).

Na sequência, Segunda é “arrastado até o posto de vigilância do Quadrado”, onde é interrogado por Staffordshire, mas “quase moribundo vivo não nada que pôde entender” (MMM, p. 167-168). Passado alguns dias, depois de recuperado dos graves ferimentos, é novamente interrogado, mordido-torturado pelos cães-guardas:

Comandante Staffordshire depois de muitas perguntas sem respostas sobre o percurso que ele tinha feito até chegar à Boa-Morte, quem que lhe tinha acolhido, fez entrar um cão grande como os que guardavam a fazenda, e a um sinal dele o cão começou estava rosnar furioso, boca salivante, se aproximou dele, farejante, Segunda a se esquivar dele e o cão a se lhe chegar rosnante, ele estava transpirar medroso, enquanto comandante insistia ele respondesse. **Que estiveram assim muito tempo, o cão a lhe rosnar ameaças, leves mordidelas** (MMM, p. 168, grifo nosso).

Ao cabo de uma hora de mordidelas-tortura,

comandante Staffordshire falou se o senhor não quer falar é porque não quer sair daqui, e a um sinal determinado o cão começou rosnar alto agressivo, Segunda percebeu que tinha de regressar no Quadrado e assim, dois cães atrás ele à frente, ele se dirigindo para a fazenda (MMM, p. 168-169).

O resto do tempo em que passa na fazenda, Segunda vive sob os cuidados dos jovens, que se solidarizam com o seu estado. Isso faz com que nasça uma profunda afetividade, que, de certo modo, acaba impondo-lhe um amargo sentimento de responsabilidade na hora de sua partida:

Seis meses depois, João Segunda, comandante Staffordshire que lhe autorizou sair. No momento da partida, que ele chorou, ia deixar aqueles rapazes que lhe tinham acolhido bem, com quem tinha convivido e sofrido fraternalmente, que ele chorou angustiado (MMM, p. 169).

Agora, Segunda sente que o trágico destino desses jovens, com os quais conviveu amistosamente, é também de sua responsabilidade, pois ele sai e eles ficam.

Capítulo 3. As imagens do futuro

Assim como o presente está feito, em grande medida, pelo que não chegou a ocorrer no passado, assim também uma imagem do futuro pode ser espionada, negativamente, obliquamente, no que está faltando no presente.

Terry Eagleton (2007, p. 449)

Não é difícil considerarmos, de acordo com o exposto, que a violência representa a negação do futuro, o entrave ao mesmo tempo visível e invisível de qualquer ação emancipatória em cada um dos romances. As suas mais diversas modalidades moldam, negativamente, todo o quadro de relações sociais e afetivas — de cidadania, amizade, vizinhança e familiares —, assim como assombram o imaginário das personagens. Em **Maio, mês de Maria**, a violência desgraça a família Segunda, penitencia o Bairro do Balão, liquida os anseios de grande parte da juventude e, como se não bastasse, arrasa Dala Kaxibo por inteiro, deixando as populações indefesas à deriva, com sede, fome e ao relento. Em **Estação das chuvas**, por sua vez, a intolerância e os excessos do regime monopartidário cerceiam os direitos civis e políticos dos cidadãos e reprimem os grupos de oposição, ao que se soma a instabilidade imposta pela reabertura do conflito armado a seguir à crise pós-eleitoral. Em ambos os contextos diegéticos, portanto, a violência engendra a perpétua resignação, o silêncio e desencanto, a angústia e o medo, estados de conformação que inibem a ousadia do pensamento, o desejo de alteração do *status quo* e, enfim, a ação transformadora.

Em face desse cenário, em que tudo parece coincidir para a inviabilidade de um meio termo entre o sonho e a realidade, entre o querer ativo e a consciência trágica dos limites, vale, contudo, questionar em que medida o futuro aparece sugestionado nesses romances. Ou melhor: se é verdade que a utopia vive da imperfeição do mundo, então como surgem, por força da presença da violência, as possibilidades de superação das ordens sociais vigentes nas diegeses?

Neste capítulo, intentaremos dar resposta a essa indagação. Para isso, deter-nos-emos naqueles momentos, situações, discursos, atitudes e diegéticos através dos quais seja possível descortinar iniciativas de oposição à violência em que comparecem as imagens do futuro.

3.1 A resistência dos moradores do Bairro do Balão

Em suas considerações sobre as consequências da sangrenta repressão que se seguiu ao malogro do golpe de Estado de 27 de maio de 1977, Jean-Michel Tali (2001, v. 2, p. 221) refere que centenas, talvez milhares, de pessoas “pagaram o elevado preço” daquela intentona golpista. Entre vítimas diretamente implicadas e inocentes atingidos por excessos de zelo ou até mesmo ajustes de contas pessoais, a avalanche repressiva não poupou quem veio a cair em suas malhas, durante dias, semanas e meses após a madrugada de 27 de maio. Esse dramático desfecho marcou, derradeiramente, uma viragem no caráter do regime angolano. “O poder que daí surgiu tornou-se sistematicamente intolerante e policial.” (Ibid., p. 221). Com efeito, um significativo vazio e uma incalculável desmobilização política e social se apoderaram de diversos setores da vida nacional. Apesar dos esforços da direção do MPLA, na tentativa de encobrir a profundidade e a extensão do flagelo, as nefastas proporções da violência eram por demais evidentes

quer na sociedade civil quer nas organizações de massas (JMPLA [Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola]⁹²), OMA [Organização das Mulheres Angolanas]⁹³) quer no sindicato único (UNTA [União Nacional dos Trabalhadores de Angola]). As comissões Populares de Bairros foram dissolvidas. [...] A repressão criou um efeito de inibição mesmo nas fileiras dos ‘lealistas’. (Ibid., p. 222)⁹⁴.

Em quase todo o espaço público — da fábrica ao centro recreativo, da escola ao bairro, da praça pública ao cinema — passou a constituir um risco a

⁹² Criada em 1962, a JMPLA era a organização de massas do MPLA a qual se incumbia, mormente, a educação e elevação da consciência política dos jovens angolanos, a promoção cultural e técnica e a mobilização da juventude para a luta armada de libertação.

⁹³ Organização de massas do MPLA, fundada em 1962, cujo objetivo fundamental consistia na mobilização e organização das mulheres para luta de libertação.

⁹⁴ Além desses, outros setores foram particularmente atingidos pela repressão, nomeadamente “as forças armadas (especialmente as tropas de elite da 9.^a Brigada), a DISA (polícia política), a Polícia Militar e a Polícia de Segurança Pública, a Administração Pública, os ministérios. E, também, os estudantes e intelectuais” (MATEUS, D., e MATEUS, Á., 2010, p. 118).

simples manifestação de descontentamento ou discordância em relação ao estado de coisas. Era como se tivesse tornado proibido pensar no futuro ou aludir ao sonho de uma sociedade de prosperidade e justiça social outrora defendida, pois todo e qualquer gesto que apontasse para essa direção era suspeito, motivo mesmo de prisão e, quiçá, de liquidação física⁹⁵. Por conseguinte, “[o] debate político [...] estiolou definitivamente e depois desapareceu das organizações de massas e dos bairros. [...] Em particular, a juventude perdeu a sua substância combativa” (Ibid., p. 224). O que significou, ao fim e ao cabo, o abandono, em grande escala, das mais legítimas aspirações populares alimentadas com advento da independência, vivendo-se desde então a distopia do processo revolucionário e o fim do entusiasmo.

Em **Maio, mês de Maria**, vemos que o mesmo clima passa a tomar conta da vida no Bairro do Balão, depois da vaga de capturas e prisões. O terror disseminado pela ação repressora dos cães-policiais traduz-se imediatamente em fonte de apatia e desalento generalizados, reações que vêm então substituir as promessas de felicidade, progresso e poder popular acenadas pelas palavras de ordem:

Implacavelmente as águas corriam, era assim o tempo. Indiferente aos problemas dos homens, seguia seu percurso, sem se deter. As pessoas, contudo, mesmo indiferentes ao ritmo do tempo, se ressentiam da passagem dos dias, das horas e do circundante mundo. Assim, as rugas se tinham afundado, sulcando superfícies virgens; a dúvida se transformara em certeza; passos tinham perdido pressa e se arrastavam pelas veredas, caminhos; os seios, secos deleitavam crianças carentes; as mãos estavam agora trémulas e já não podiam sustentar o bastão. (MMM, p. 217).

Em todo o caso, a julgar pela ordem dos eventos, a repressão apenas vem solidificar certa desilusão quanto ao futuro da nova nação, desilusão que já se notabiliza, em parte, em pronunciamentos anteriores. Um desses pronunciamentos é feito, em jeito meio despropositado meio intencional, por camarada Comandante, de quem Hermínio “não suportava [...] ouvir tantas asneiras, se bem que à mistura com algumas verdades” (MMM, p. 60). A dado

⁹⁵ Como testemunha um dos sobreviventes de 27 de maio de 1977, Rodrigo Vaz (*apud* MATEUS, D., e MATEU, Á., 2010, p. 122): “[o] simples facto de se ter manifestado contra os fumos de corrupção que grassavam no país ou de estar desgostoso com a forma como as coisas corriam era suficiente para ser alvo da repressão.”

passo, “graças a uns copos que já tinha ingerido”, ele chega mesmo a admitir que “muita coisa estão falar por aí é mentira, que a mentira era uma grande arma política” (MMM, p. 60). E dentro desse rol de embustes, o “socialismo” tornou-se, na verdade, uma pura falácia, uma palavra sem conteúdo “só estão falar no rádio e no jornal” (MMM, p. 60). Sendo assim, fica claro que, ao invés de estarem a serviço do povo como suposto, esses órgãos de comunicação não passam, afinal, de correias de transmissão da propaganda algo enganosa promovida pelo discurso oficial⁹⁶. Essa opinião, conforme acredita, é compartilhada por muitos ex-guerrilheiros que, como ele, deram parte de sua vida à luta armada pela independência do país e hoje não se vêem reconhecidos política e socialmente, mas que, ainda assim, “estão continuar falar revolução, revolução, porque isso é importante para o povo pensar que anós samos⁹⁷ todos realmente os revolucionários” (MMM, p. 60). No fundo, a revolução foi traída e, com ela, juntamente o povo inocente.

Mas, paradoxalmente, da perspectiva de camarada Comandante, aqueles que insistem em hastear a bandeira do socialismo, mesmo tendo deixado de acreditar nas suas reais possibilidades, “é que são os verdadeiros inimigos do povo, os contra-revolucionários que só pensam em sabotar o processo revolucionário em curso” (MMM, p. 60). Levando isso em conta, camarada Comandante “agora não estava disposto a sacrifícios, que o que lhe realmente interessava eram só os negócios”, pois não vê nenhum pecado nisso: “é ser contra-revolucionário gostar de dinheiro, viver bem?” (MMM, p. 60). Ou seja, em seu entender, o problema está do lado das correntes ortodoxas e dogmáticas dentro do círculo do poder, que, ao contrário do que pregam, se apoderem das riquezas do povo e, assim, escondem a verdade de

⁹⁶ Sugestão idêntica fica mais ou menos patente na indignação que o menino-narrador de **Bom dia camaradas** manifesta em relação ao fato de, na Rádio Nacional de Angola, lhe terem, ao contrário do que desejava e previa, imposto a mensagem que transmitiu em nome dos “pioneiros angolanos” aos trabalhadores por ocasião do dia 1º de maio: “– Como é que foi? Leste a tua mensagem? /– Afinal não foi preciso, mãe./ – Não? /– Não, eles tinham um papel lá da Rádio, com carimbo e tudo, já tinha lá as mensagens de cada um. Eu li uma e eles [os outros dois pioneiros] leram as outras duas. [...] pro ano que vem, se me chamarem na Rádio Nacional outra vez, vou dizer isso mesmo, não quero saber lá da **folha carimbada que já vem com tudo escrito**”. (ONDJAKI, 2006, p. 39 e 86, grifo nosso).

⁹⁷ Entenda-se “nós somos”.

que o socialismo não é antônimo de enriquecimento e apetite pelo dinheiro.⁹⁸ Em conclusão, “os verdadeiros revolucionários são aqueles que querem o bem para toda a sociedade e não apenas para si, oh pá, deixa lá de conversa, passa mazé mais uma cerveja!” (MMM, p. 60).

Aliás, o próprio João Segunda, que pouco tempo depois se alia às contravenções do genro, antes também manifestara semelhante inclinação. Pese embora não podendo achar-se desiludido, na medida em que sempre fora contrário ao fim do sistema colonial e de suas concessões ilusórias, Segunda percebe que a independência não trouxe nada de novo em relação ao colonialismo, ao contrário do que os dirigentes alardeiam. A presença de “segurança” e de “policiamento” ostensivos sobre os indivíduos e sociedade são, para si, “medidas antipopulares”, não obstante o regime esteja tentando defender-se dos “inimigos internos e externos” (MMM, p. 45). Como se receasse coisas piores, Segunda considera que todo esse clima militarista,⁹⁹ de controlo “de tudo e todos”, é injustificável (MMM, p. 45). Isso faz com que, aos seus olhos, tudo seja “o mesmo que no tempo do tuga¹⁰⁰: ver e calar. Afinal onde está a diferença entre a situação de hoje e a de ontem?” (MMM, p. 46). Apesar de independente, o povo não se sente livre para expressar os seus sentimentos e aspirações. Pelo contrário, “só os gajos que estão lá em cima é que podem falar, o resto nada...” (MMM, p. 46). Ou melhor, a independência “só trouxe privilégios para uma meia dúzia de pessoas.” (MMM, p. 45). Em consequência, Segunda decide, desde então, manter-se equidistante da esfera política:

eu não quero saber nada de política. Quero é tratar da minha vida e garantir o vosso futuro. Os políticos são todos uma cambada de aldrabões e vigarista. Falam todos em nome do

⁹⁸ A essa luz, só em parte é verdade que “o Comandante era um caso típico de ex-guerrilheiro que pensava que o país lhe devia gratidão *ad eternum*, para quem era legítimo o enriquecimento ilícito e a utilização do cargo para negócios espúrios. (MATA, 2005, p. 149, itálico da autora)

⁹⁹ Vale notar que, para Walter Benjamin (2011, p. 131-134), “[o] militarismo é a imposição do emprego universal da violência como meio para fins do Estado. [...] Nela, a violência mostra-se numa função completamente diferente daquela simples aplicação para fins naturais. A imposição consiste na aplicação da violência para fins de direito.” Contudo, “a violência que mantém o direito é uma violência que ameaça. [...] A lei se mostra, assim, tão ameaçadora como o destino”.

¹⁰⁰ Portugueses.

povo, mas dele não querem saber para nada. Que se lixe a política! (MMM, p. 46).

É certo que, poucas páginas a seguir, observamos que a cegueira do oportunismo relativiza a superioridade moral dessas palavras, mas, ainda assim, não invalida o teor de realismo e crítica social que as mesmas comportam¹⁰¹. Segunda manifesta um descontentamento geral, camuflado no silêncio da voz popular e cujo foco põe à mostra as contradições entre as vicissitudes do dia-a-dia e a retórica política vigente. Esse descontentamento resulta, em grande medida, quer da deterioração da vida socioeconômica da população que tem como origem a disseminação da corrupção nos costumes dos novos governantes¹⁰², quer da onipresença dos aparelhos de repressão ou da maneira autoritária como o Estado passa a relacionar-se com a sociedade e os indivíduos. Na verdade, “[o] MPLA não esperara pelo episódio nitista para instalar um sistema estatal repressivo. A existência da DISA e dos seus métodos repressivos o atestam” (TALI, 2001, v. 2, p. 219). A aplicação desses métodos nas zonas sob seu controle tinha como finalidade tanto o desmantelamento dos grupos contestatários e das dissidências políticas quanto a anulação de quaisquer dissensos em relação ao projeto político dominante ou à forma como os destinos do país eram conduzidos. Essa “dissonância no uso dos mecanismos da violência de Estado traduzia, antes de tudo, [...] um estado de espírito que ainda dominava no interior do MPLA” (Ibid., p. 220) desde o período da luta armada anticolonial. O recurso ao terror contra forças opositoras ou contra o simples ato reivindicativo reflete, sob essa perspectiva, aquela que era a lógica de resolução de conflitos no seio desse movimento nacionalista ao longo de seu percurso, como o comprovam os desfechos de

¹⁰¹ A mesma visão crítica é apresentada por Bengaber, em **Os anões e os mendigos**: “O partido único despolitiza, desmobiliza as massas e a ditadura que impõe faz duplamente mal: arruína o presente e compromete o futuro do país’...’Não acredito na democracia que não respeita o indivíduo, a mais celular das minorias” (LIMA, 1984, p. 126).

¹⁰² “As elites econômicas formadas pelos dirigentes, incluindo directores, gerentes e quadros das empresas públicas e privadas, aproveitaram o sistema de privilégio instaurado para se apropriar da riqueza social (do bem público) e a elite política [permitiu-se] viver cada vez mais dos recursos do Estado, beneficiando da cada vez maior informalização do poder político.” (PESTANA, 2003, p. 8).

crises internas precedentes, nas quais a violência armada substituiu o diálogo¹⁰³.

No entanto, por mais danosas que sejam as suas consequências — ou senão por isso mesmo —, a repressão vai suscitar uma imediata e progressiva resistência da parte de certos moradores do Bairro do Balão. Esses moradores parecem demonstrar que o medo imposto pelo terror não apagara — mas antes ativara — neles a capacidade de indignação e a sede de justiça. Em lugar de calar, a violência vai, de certa forma, haurir a eficácia da revolta. Tal reação a contrapelo materializa, em termos utópicos, um estado de espírito que se apresenta “em incongruência com a realidade dentro da qual ocorre” (MANNHEIM, 1986, p. 216), orientando-se para aquilo que se deseja: a paz e a harmonia no seio das famílias. Nesse contexto, as mulheres assumem, desde logo, a iniciativa:

Quando que chegou no gabinete dele na Comissão do Bairro, depois de muitas semanas de ausência, João Segunda era aguardado por muita gente, mulheres sobretudo, que lhe queriam falar. Que estavam falar aos gritos que **era preciso fazer qualquer coisa, reagir**, pedir proteção nas autoridades, que o Bairro se tivesse homens com tomates¹⁰⁴ os cães já tinham sido mortos à [sic] tiro ou à paulada, que infelizmente só tinha maricas, que arranjassem armas para elas combaterem. Os poucos homens que estavam lá nem que se atreviam a falar, estavam se deixar empurrar pelas mulheres. (MMM, p. 89, grifo nosso).

As mulheres manifestam-se, corajosamente, dispostas a enfrentar “aqueles animais felinos ferozes” (MMM, p. 82), uma vez que os homens, a quem caberia proteger as famílias e o Bairro - segundo uma ótica patriarcal -, se mantêm passivos e, mais do que isso, covardes. A crise que as famílias enfrentam transforma-se numa ocasião para a revelação de sua determinação. Tal como aquelas famílias das vítimas que pressionaram de diversas maneiras para que as autoridades pusessem cobro à repressão pós-27 de maio de

¹⁰³ Como fora o caso da primeira dissidência, em 1963: “tragicamente [...], essa divisão iria desembocar no assassinato de Matias Miguéis e de José Miguel, ocorrido no Congo-Brazzaville em Novembro de 1965. Esse acto ficou de então silenciado, e nunca foi assumido pela direcção do MPLA.” (TALI, 2001, v. 2, p. 86).

¹⁰⁴ Testículos.

1977,¹⁰⁵ essas mulheres se lançam na luta pela reaparição de seus filhos, esposos e irmãos. Daí que não medem esforços e recorrem a todas as instâncias acessíveis, as quais reconhecem poder de interseção em seu favor. A principal dessas instâncias é a igreja católica, operando-se um retorno súbito à fé cristã, numa atitude ao mesmo tempo espiritual e comunitarista, clamorosa e denunciativa:

Igrejas tinham novamente mar de gente, mães, noivas, familiares dos jovens desaparecidos, rezavam fervorosamente, velha e doente como estou, o que é que será de mim sem o meu Titico, Nossa Senhora? Nelito, aí onde estiveres, reza muito!, reza meu filho!, Deus vai nos ajudar!, Fátima Nossa, olhai por nós!, ainda há três meses perdemos o nosso pai, agora é o nosso irmão que desaparece, isso é muita desgraça em tão pouco tempo!, Maria Imaculada, sou eu tua humilde servidora que te implora que faças luz sobre as trevas que cobrem de luto o nosso Bairro!, meu bem, precisamente hoje, deveríamos estar aqui nesta igreja para nos casarmos conforme tínhamos combinado, e agora desapareces-me assim sem me prevenires nem nada, mas nem tudo está perdido, meu querido, com a graça de Nosso Senhor Jesus Cristo eu sei que tarde ou cedo há-de aparecer, Nossa Senhora traga ao nosso convívio meu caçula, Nossa Senhora de Fátima salvai-nos!, faça com que os nossos filhos regressem aos nossos lares, salvai os jovens do nosso Bairro das garras desse cães! (MMM, p. 121).

Mas além das preces às divindades católicas, muitas dessas mulheres “debandavam em busca de reforços para solucionar os casos” em terreiros de kimbandas de fama, os quais, inescrupulosamente, se aproveitavam da situação, “faziam da desgraça das pessoas a bendita graça deles, não tinham mãos a medir, se enchiam de dinheiro.” (MMM, p. 121).

É assim que, sentindo-se pressionado por esse movimento de mulheres, João Segunda ganha coragem e decide levar a efeito algumas providências. “Com apontamento que foi tomando durante as reuniões, iniciou então, uma noite, uma longa exposição que ele próprio levaria a várias entidades.” (MMM, p. 89). Ele mostra-se, a princípio, decidido “a correr todo e qualquer risco por uma causa que considerava justíssima”, denunciando “aquilo que considera ser violação dos direitos humanos.” (MMM, p. 89). Porém, o receio de vir a ser alvo

¹⁰⁵ Sobre isso, Jean-Michel Tali (2001, v. 2, p. 227) explica que a pressão exercida pelas famílias das vítimas da repressão foi, a par da intervenção de instâncias internacionais, um dos fatores que fez com que as autoridades pusessem cobro à repressão.

de retaliação por parte de quem já havia “perdido o coração” faz-lhe achar desnecessário “escrever a gente estrangeira” (MMM, p. 89). Mesmo assim, ele se vê na necessidade de “pesar muito bem o sentido das palavras, refrear a tentação de dizer grosserias, de chamar as coisas pelos seus verdadeiros nomes”, pois sabe que uma coisa é a “palavra falada”, que a força do vento acaba levando, a outra é a “palavras escrita”, que “é sempre marca, prova provante” (MMM, p. 90). Com efeito, em tom ao mesmo tempo patriótico e reivindicativo, o documento é uma petição que tem como objetivos: primeiro, alertar a quem de direito para a prática criminosa de uma “corja de bandidos que andam prà aí a espalhar o terror e a morte e, em consequência, só contribuem para manchar a boa reputação [...] desta pátria que é sem dúvida a trincheira firme da revolução em África”; segundo, convencer as autoridades que jamais o Bairro do Balão pretendeu “voar liberdades, como se propagou por aí”; e terceiro, apelar em nome das famílias dos jovens desaparecidos, para que essas mesmas autoridades

tomem medidas urgentes para impedir que os cães voltem novamente a atacar o Bairro do Balão; que enviem para o Bairro instrutores especializados em técnicas de autodefesa; que nos dêem armas para nos defendermos e que sejam levados a tribunal e condenação à pena capital os autores de tão grande vazio [...]; que intervenha rápida e energicamente para que a paz reine em todo os lares deste glorioso [...] Bairro. (MMM, p. 91).

Semanas depois, não obtendo resposta das autoridades, Segunda investe em outras diligências, tentando “intervir junto de gente que podia decidir, ou influenciar direta ou indiretamente quem que tinha mando para mandar deliberar [...], gente com algumas informações sobre o como e o porquê da situação.” (MMM, p. 117). É no decurso dessas diligências que acontece o inesperado encontro com o conhecido comandante Pit-Bull, um temível antigo guerrilheiro que, segundo se dizia, “era tão mau que fazia desaparecer quem que ousasse só lhe afrontar no olhar.” (MMM, p. 117). Já desde o nome se percebe a associação aos “cães” que atacaram o Bairro. É bem provável que Pit-Bull seja um dos comandantes daquele exército repressor. Ainda assim, Segunda “falou de consigo que aquela era uma única e boa oportunidade que tinha para lhe olhar de frente, afrontas, e lhe perguntar onde estavam os jovens do Bairro.” (MMM, p. 119). O diálogo é tenso, ante a

audiência de curiosos: “quem é esse kota¹⁰⁶ atrevido que está adiantar discutir com Pit-Bull?, esse meu não sabe o que lhe espera?” (MMM, p. 119). Ao revidar as ameaças do interlocutor, que o aconselha a ter “muito cuidado com a língua, se não quer também desaparecer”, Segunda declara-o já não ter “medo de nada” (MMM, p. 120), como que tentando provar, quiçá também para o leitor, já não ser aquela figura dócil, interiorana e ingênua. Ele se mostra preparado a encarar tudo o que for necessário para desvendar o mistério que a violência encobre. Todos os seus esforços, desde então, vão nesse sentido, da busca incessante.

Desse modo, embora sem sucesso e com prejuízos materiais e para a sua reputação como líder da comunidade, as duas viagens que empreende à procura do paradeiro de Hermínio e dos rapazes do Bairro — a primeira para a Finisterra, onde se localiza a fazenda Boa-Morte (Cf. MMM, p. 147-170), e a segunda para a fazenda Juventude Operária (Cf. MMM, p. 181-198) — revelam a grandeza de sua alma. Essa consiste na força interior capaz de enfrentar os caminhos sinuosos que levam a terras distantes, com vista à superação de uma ordem social tingida de imperfeição. Apesar de todos os empecilhos com que se confronta durante a sua peregrinação — comboios¹⁰⁷ e autocarros¹⁰⁸ abarrotados de gente, chuvas e ventos intensos, investidas da guerra civil, cansaço, fome, aldrabices de quem se propõe a ajudar, etc. —, João Segunda não esmorece e muito menos desiste. Sob essa perspectiva, a sua determinação é reveladora de uma busca odisséica de heróis simples e comuns, sem nenhum talento extraordinário¹⁰⁹. Assim, a certa altura, quando, sob todos os riscos, se prontifica a entrar clandestinamente no “Quadrado”,

Sô David que lhe tentou dissuadir, não faça isso meu amigo, é arriscado, eles vão matá-lo. [...] que lhe recordou ainda o que tinha acontecido a dona Santa, não lhe mataram só por ser mulher [...]. Segunda na resposta falou que não tinha medo. (MMM, p. 162).

¹⁰⁶ Mais velho ou pessoa de idade avançada.

¹⁰⁷ Trens.

¹⁰⁸ Ônibus.

¹⁰⁹ À semelhança de Jeanie Deans, heroína de **O coração de Midlothian**, de Walter Scott, que também, ingênua e ignorante do mundo, empreende uma viagem a pé de sua cidade natal até Londres para pedir misericórdia às autoridades por sua irmã, condenada à morte por infanticídio (Cf. LUKÁCS, 2011, p. 71-72).

E após adentrar ao campo de concentração, os “jovens ficaram admirados com a coragem do mais velho Segunda e lhe perguntaram o [que] é que ele tinha feito para não ser visto pelos cães. Segunda falou que nada, não tinha feito nada” (MMM, p. 163). Ou seja, mesmo não sendo excepcional, a sua coragem evidencia um querer determinado, para o qual o impossível é relativo¹¹⁰. Isso aponta para a noção de que toda a utopia é uma utopia relativa, no sentido em que a sua viabilidade sempre dependerá do ponto de vista de quem a encara à luz de uma dada ordem social vigente. Em outras palavras, o que é irrealizável para um determinado momento histórico poderá não o ser para outro, graças a novas circunstâncias, recursos e atitudes. Nesse sentido, podemos dizer que a atitude de Segunda trata de

desvendar de maneira figurada as imensas possibilidades humanas e heroicas que se encontram latentes no povo e emergem à superfície ‘de repente’, com fúria monstruosa, sempre que uma grande ocasião se apresenta, sempre que há uma comoção profunda na vida social ou mesmo na vida pessoal mais imediata. [Pois, a] grandeza dos períodos de crise da humanidade repousa, em grande medida, no fato de que tais forças ocultas permanecem latentes no povo e só necessitam de uma ocasião que as deflagre para vir à tona. (LUKÁCS, 2011, p. 72).

De igual modo, essas “forças ocultas”, de que fala Lukács, se desnudam, inesperadamente, na disposição assumida por Horácio, o filho mais novo, inconformado com o desaparecimento do irmão:

Sentia que agora, mais do nunca, gostava mais dele. Por mais que procurasse encontrar as causas verdadeiras do desaparecimento dos jovens do Bairro, achava tudo aquilo irracional. De qualquer modo, **sob pressão daqueles acontecimentos, passou a se interessar por político.** Se aproximou de pessoas e amigas de Hermínio e passou a escutar atentamente os discursos que faziam, e a ler tudo que lhe pudesse ajudar a compreender melhor os fenômenos da sociedade. (MMM, p. 177, grifo nosso).

¹¹⁰ Nota-se que essa mesma determinação se manifesta no episódio do capítulo 32, em que João Segunda volta a confrontar as autoridades para libertar Horácio, supostamente preso durante a sua longa ausência de casa: “– A partir de agora vou agir para saber onde está Horácio. Quero saber a verdade de todos os factos! Exigirei que se faça justiça! Que não brinquem comigo! – Segunda se levantou enérgico, perfilado, parecia tocado por choque eléctrico. – Que me matem se quiserem, mas eu vou exigir que me digam a verdade! Sacanas dum raio! Hão-de saber quem sou! João Segunda estava sentir a dor se transformar em força.” (MMM, 1997, p. 213).

Assim sendo, Horácio passa a adotar um posicionamento crítico diante dos problemas que afligem o Bairro e a sociedade em geral. Numa primeira etapa, procura obter informações e um quadro teórico que lhe permitam compreender o momento conturbado que o país atravessa. A leitura dos clássicos do marxismo-leninismo e as longas conversas com Dudu, um dos poucos amigos de Hermínio poupados pelas rusgas e capturas, vão permitir-lhe uma compreensão um tanto quanto lúcida da realidade, distanciando-se assim dos equívocos e enganos que correm à solta no meio do povo:

– Meu caro amigo, as causas desses acontecimentos são profundas e muito remotas – Horácio lhe ouvia atentamente. [...] – À primeira vista as pessoas são levadas a pensar que, de facto, a confusão começou porque o Bairro do Balão queria voar liberdades, como se diz por aí. Isto é uma forma subtil de esconder as causas verdadeiras. Alguém se aproveitou da situação para vingar ódios antigos.

– Não te estou a entender.

– Há desconfianças e ódios que já têm raízes, vêm desde tempos antigos. As pessoas não se referem a isso publicamente, mas fazem-no em ambientes restritos. No fundo, há desconfianças entre nós e eles?

– Nós quem? – Horácio perguntou saber curioso.

– Ora, nós, a malta do Bairro e os que estão connosco.

[...]

– E quem são eles, os do contra?

– São a pequena-burguesia, meu caro.

– Acho tudo isso muita confusão, Dudu. O que é isso de pequena-burguesia?

– Tu fazes com cada pergunta, pá! É a gente da Baixa!

– Aí é que eu não concordo. Pelo que eu li, a pequena-burguesia define-se em relação com a propriedade dos meios de produção. É o único critério seguro para a definição das classes. De outro modo, caímos na confusão, como já acontece: é-se pequeno-burguês em função da cor da pele, ou porque se possui um bom carro e uma boa casa.

– E é isso mesmo o que conta. Esses aspectos exteriores contam muito e raras vezes dizem o contrário acerca das pessoas ou grupos de pessoas em causa... Um dia, quando tivermos um parlamento eleito, com gente do povo, havemos de discutir muito francamente a lei da nacionalidade. (MMM, p. 178).

A polémica entre as duas personagens, mormente no que se refere ao uso do conceito de “pequena-burguesia”, parece claramente apontar para as tensões sociais, políticas, ideológicas e teóricas que caracterizaram a sociedade angolana à época do chamado levante nitista. A posição assumida por Dudu, a que Horácio reputa de “muito radical” (MMM, p. 179), traz a ideia

do discurso nitista da *raça*, ao qual aderiram muitos jovens que acabaram envolvidos com os acontecimentos de 27 de maio de 1977. À luz desse discurso, a expressão do descontentamento social, que é fruto de desigualdades e divisões sociais criadas pelo sistema colonial e agravadas pela incapacidade de resposta por parte do Estado independente, tende a “confundir ‘raça’ com ‘classe’” (TALI, 2001, v. 2, p. 181).

No concreto, a identificação da cor da pele com a situação de classe tornou-se um *leitmotiv*, umas vezes clara e publicamente expresso e outras vezes apenas aludido nos discursos de Nito Alves e de todos os que aderiram à sua análise social [...]. Foi esse, de resto, um dos factores da sua popularidade não só nos bairros pobres como também numa elite negra em concorrência já declarada com as elites mestiças e brancas angolanas. (Ibid., p. 181 e 209).

De sua parte, Horácio nota que, no fundo, é essa inadequação entre a doutrina marxista-leninista e a realidade angolana que obscurece as “massas populares”, que semeia a confusão na cabeça da juventude. O radicalismo de Dudu, portanto, faz pouco sentido, até porque “[t]odo o mundo sabe que há nguas¹¹¹ que nasceram aqui, que são angolanos como nós. Alguns deles participaram mesmo na luta de libertação nacional.” (MMM, p. 179). De modo que ele alerta o amigo para a necessidade de se “saber interpretar muito bem o que certos dirigentes dizem ou querem dizer com certas frases, para não cairmos em armadilhas” (MMM, p. 179), aludindo assim à existência de vozes dissonantes no interior da própria cúpula do Estado e do MPLA que acabam instrumentalizando o povo desavisado¹¹².

Eu insisto, considero muito difuso e enganador mesmo o conceito de pequeno-burguês que entre nós se divulga. Quem são, afinal, os verdadeiros pequeno-burgueses? Tu próprio reconheceste a pouco que há pretos que se assumem como brancos... eu acho que no meio desses pretos podes encontrar muitos pequeno-burgueses. A chave do problema está em ver a questão do ponto de vista dos meios de produção. Quem são os que têm propriedades e podem viver com facilidades que o pé-descalço não tem? (MMM, p. 179).

¹¹¹ Branco ou estrangeiro.

¹¹² Ainda hoje, em Angola, é comum ouvir-se que muita gente — em sua maioria jovens —, mesmo que ligada ao chamado movimento fracionista de 27 de maio de 1977, foi vítima de lutas de poder que de fato desconhecia. Ao envolverem-se com a tendência nitista, muitos jovens, ainda mal despertos para a ação política, viam nela apenas o melhor veículo de expressão dos anseios populares no interior do MPLA e do Estado, a despeito de uma planificada tentativa de tomada do poder por força das armas.

Essas conversas se repetem ao longo de dias e semanas, pois ele “[c]ontinuava se encontrar regularmente com Dudu, com quem removia os fundos algáceos, o claro-escuro dos baixos fundos das águas.” (MMM, p. 187). À diferença da atitude conformista da irmã, Hortênsia, que “não tinha indiferença no caso, mas pensava que prolongada ausência de Hermínio se devia a fatores sobrenaturais, que, por isso, só Deus tinha a solução mágica para todos os problemas surgidos à face da terra” (MMM, p. 180), Horácio insiste em descobrir a verdadeira causa dos acontecimentos. Por outro lado, ele passa a visitar as famílias dos amigos desaparecidos, de quem ouve os lamentos mais comoventes. “Foi assim, numa dessas visitas, que ficou com a certeza de que o Juca, o Xico Matos, o Filó, o Titico, o Zeca da Banga, o Tó, a Bé e outras moças não estavam aparecer.” (MMM, p. 187). Noutra visita, Horácio vai à casa de um casal de idosos que

não sabia do paradeiro dos seus quatro filhos rapazes todos. Mãe deles caíra de cama doente, uma trombose que lhe deixara os membros inferiores paralisados.

– Meu filho, que grande desgraça a minha. Ficamos sem os nossos filhos e para cúmulo da desgraça veja os esta em que está a Tia Joana – lhe falo o marido, um velho, marceneiro de ocupação, conhecido de todos no Bairro pelo trabalho dele esmerado profissional. – Preferia morrer a ter de ficar assim, nesta situação dramática durante anos.

[...] Tia Joana praticamente tinha deixado de falar e quase perdera a memória. Que só ele, o marido, podia perceber que ela falava baixinho, as afonias. Tinha períodos longos em que só olhava inexpressiva as pessoas que lhe visitavam. Permanecia inerte deitada na cama todo o dia. o marido tinha envelhecido muito exagerado em pouco tempo, era obrigado lhe levar na casa de banho¹¹³ e lhe dar de comer. Desfalecido como estava, não aguentava cada vez o peso da esposa. Por isso, à medida que o tempo foi passando, foi também perdendo as forças. (MMM, p. 187).

Só assim constata de perto o quão angustiante é a situação que muitas famílias moradoras do Bairro enfrentam.

Encontrou, para além de vários casos de saúde, gente sem amparo dos respectivos chefes de famílias, recém-nascidos sem o indispensável aconchego materno, noivas inconsoláveis. Que ele encontrou até viúvas de luto incerto duvidoso, a dor nos fundos mares. (MMM, p. 188).

¹¹³ Banheiro.

Perante esse drama, Horácio oferece consolo e esperança às famílias, num gesto de solidariedade sincera para com elas. Pois “nem tudo” — diz ele — “parecia estar perdido.” (MMM, p. 118). Mas mais do que um ato de compaixão, o seu gesto aproxima-se a um duplo exercício de auscultação popular e psicoterapia social. Ao oferecer às famílias a oportunidade para que elas falem e exteriorizem a sua angústia, Horácio contribui para que o trauma coletivo seja amenizado, ou seja, para que haja ao menos exorcização do medo. Isso constitui, de resto, uma resposta à inflexibilidade das autoridades, que não se preocupam com o apuramento da verdade e muito menos em tomar contato com o sofrimento de centenas de famílias. Talvez, se se dispusessem a ouvir o clamor do povo o quanto antes, muitas mortes não ocorreriam e muito sofrimento seria evitado.

Mas toda essa resistência vai justamente culminar no desenlace do romance, com a manifestação religiosa pacífica organizada pelos moradores do Bairro:

Nesse dia de fim de semana ninguém que ficaria em casa a descansar, toda a gente saíria à rua. A manifestação partiria do Bairro do Balão, depois seguiria ao longo dos Combatentes, Mutamba, Marginal, Ilha, meia volta, passaria novamente na Mutamba, depois Maianga, António Barroso, Comandante Gika e finalmente Largo Primeiro de Maio. Aqui onde que ia acontecer a grande festa, estava tudo festivo ambiente, para além do som que se ouvia já ampliado. [...] Gente a vir de todos os lados de autocarros e camiões que paravam nas ruas adjacentes às grandes avenidas por onde a manifestação iria passar, gente de todo os bairros. (MMM, p. 225-226).

Assim, a procissão à Nossa Senhora de Fátima, padroeira do Bairro e dos oprimidos seria uma verdadeira metáfora da demanda de reconciliação nacional e pacificação da memória traumática, pois, como diz Fredric Jameson (2004, p. 272),

quando o sistema realmente parece estar num processo de perda de legitimidade, e a elite governante está claramente insegura a seu próprio respeito e cheia de autodivisões e dúvidas, quando as demandas populares se tornam mais sonoras e confiantes, o que ocorre também é que aquelas demandas e reclamações se tornam mais precisas em sua insistência e urgência.

3.2 A **contraconduta**¹¹⁴ de Zorro

Em **Estação das chuvas**, o sentimento de desencanto em relação às expectativas abertas pela independência do país é manifestado logo nas primeiras horas do dia 11 de novembro de 1975, quando o narrador-jornalista vê, na cadeia do Morro da Luz, Lídia do Carmo Ferreira sendo presa, arrastada por Santiago, um conhecido comandante das FAPLA que mais tarde também é preso e barbaramente torturado por envolvimento com o chamado movimento fracionista de 27 de maio de 1977:

Tínhamos visto Lídia entrar arrastada por Santiago. Para mim aquele foi o momento da verdade, o instante irreparável em que pela primeira vez me ocorreu o veneno da dúvida. Eu sabia quem era Lídia (historiadora e poetisa, fundadora do MPLA, intelectual respeitada na Europa, etc. etc.). Também sabia que ela estava próxima da Revolta Ativa. Mas presa? ‘Não pode ser!’, murmurei, ‘afinal é para isso que serve a independência?!’¹¹⁵ (EC, p. 189).

Após esse episódio, “o veneno da dúvida” ressurgiu em consequência do desmantelamento da OCA, passando a ser então o próprio narrador-jornalista, uma das principais vítimas da repressão do regime. O encarceramento do grupo anula, conseqüentemente, a viabilidade de um projeto político alternativo ao proposto pela direção do MPLA, à qual o grupo se opõe. A prisão parece indicar o declínio irreversível da trajetória política desses militantes de extrema-esquerda, cuja ambição maior fora a “criação em Angola de um novo partido de ‘esquerda revolucionário, capaz de representar os operários, os camponeses e as massas oprimidas dos musseques.” (EC, p. 132). Desse modo, a atmosfera é repleta de incertezas, reproduzindo, daí em diante, os momentos menos efusivos e mais mornos do romance. A euforia e a empatia que permeia as

¹¹⁴ O termo é utilizado na acepção que lhe atribui Michel Foucault (2008, p. 263-266, grifo nosso), para quem, a “contraconduta” designa todo “o tipo de revoltas, ou antes, essa espécie de **trama específica de resistência a formas de poder** [...] que conduzem [...]”, ou seja, que impõem aos indivíduos uma determinada maneira de pensar, agir e sentir em conformidade com os seus fins de governamentalidade. Nesse sentido, as contracondutas — recusas, revoltas, etc. — constituem modalidades de atitude crítica, que consistem no questionamento e, por fim, na não aceitação dos efeitos de poder presentes tanto no discurso quanto na ação dos detentores de autoridade.

¹¹⁵ Iguais palavras de desencanto são ditas, em **Os anões e os mendigos**, por Anga no diálogo que mantém com um oficial da polícia política encarregado de sua prisão: “— Lembraste, nas longas noites da mata, das coisas com que sonhávamos para quando fôssemos independentes? — Sim, camarada. Vês como eles deram cabo do nosso sonho? — Sim, camarada.” (LIMA, 1984, p. 173).

sete primeiras partes, ao longo das quais se recuperam a utopia da nação e a épica do nacionalismo libertário angolano, cedem lugar ao registro sombrio, prenúncio de beco sem saída.

À partida, esse sentimento de desencanto e de causa perdida é percebido nas entrelinhas do relato, em que a interlocução direta com o narratário deixa de fazer sentido, como se narrador-jornalista apenas quisesse interagir com as suas amargas lembranças. Em retrospecto, o discurso do narrador-jornalista assume um tom de pouca fé e desmobilização, tom que, ao menos em parte, corresponde com a sua atitude de resignação enquanto preso. Agora, circunscrita ao espaço disciplinar da prisão, a sua visão é destituída de ânimo, ora resignada à crueza da realidade, ora transcendente, de maneira difusa, para o plano da introspecção. É provável que, rememorando os acontecimentos dezessete anos depois, como momentos incontornáveis de seu percurso de vida, o narrador-jornalista esteja fazendo também um balanço desiludido, embora pouco enfático, de suas frágeis convicções políticas e opções ideológicas de então.

Em compensação, para Zorro, ele mesmo de quem se diz “que não tinha medo de nada” (EC, p. 131), o encarceramento parece reforçar a sua determinação política e ideológica. Diferentemente da atitude adotada pelos outros presos confinados na Cadeia de São Paulo, a sua atitude é, a todos os títulos, surpreendente, reveladora de um potencial utópico que o instiga a não deixar de acreditar na possibilidade de uma alternativa política efetiva ao regime. Dentre os presos políticos no âmbito do “Processo OCA”, Zorro é o único que resiste em não revelar os nomes dos companheiros. É como se ele encarasse a delação como um pecado capital mesmo no limite entre a vida e a morte, entendimento que explica a sua hostilidade para com Borja Neves:

Mal o mudaram para a nossa cela, Zorro reuniu todos os presos liados à OCA: “Esse homem é um infiltrado”, disse, “aqui não fica”. Nessa noite, no momento em que Xico Bitacaia receberia o seu prato, Zorro caiu desamparado por cima dele: “desculpa”, disse, “tropecei”. No outro dia, ao almoço, repetiu a cena e outra vez ao jantar. Aquilo durou duas semanas. Borja Neves estava magro e lívido como Cristo. Tremia quando alguém se aproximava. (EC, p. 240).

Embora Zorro nunca se tenha de fato assumido como militante da OCA (Cf. EC, p. 197), Monte, o torturador, o considera, ao lado de Joãoquinzinho, “um dos cérebros do movimento” (EC, p. 208). Por isso, “estava decidido a arrancar-lhes uma confissão, e com Joãoquinzinho não foi difícil – ele concordou com tudo, assinou todos os papéis que lhe puseram à frente.” (EC, p. 208). Com Zorro, pelo contrário, os interrogatórios jamais logram o efeito desejado, já que o mesmo

ou se fechava num silêncio de pedra ou se divertia a confundir os interrogadores:

– Sim, – concordava – o objetivo da OCA é o derrube do regime. É um regime burguês, fascista, de inspiração colonial.

– Pode dizer-nos quantas células existem ao todo?

Zorro, com ar pesaroso:

– Não posso porque nem eu sei. A OCA é como um cancro. Multiplicou-se por todo o lado. Montamos as nossas células no seio das organizações de massas, das empresas, das comunas. Inclusive, dentro das células do MPLA.

Voltando-se para Monte:

– Estamos aqui a conversar e talvez a sua célula no partido já esteja controlada por nós. Talvez você próprio já seja um dos nossos.

Monte tremia de raiva. Punha-se aos gritos, dava socos na mesa, apontava a pistola à cabeça de Zorro. (EC, p. 208).

Apesar das várias sessões de tortura a que é submetido, Zorro mantém, de modo inquebrantável, a mesma contraconduta em todos os interrogatórios, mostrando que, para si, é preciso ser-se fiel aos ideais que animam a causa. Em certas ocasiões, porém, a sua coragem revela-se desmedida, uma vez que, sem aparente necessidade, exagera nas provocações e nos insultos à Monte, que, por seu turno, não hesita em castigá-lo usando os métodos mais bárbaros ao seu dispor. Essas inconseqüências lhe rendem momentos de grande sofrimento (Cf. EC, p. 227-231). Não obstante, Zorro sobrevive à tortura, e a sua atuação durante o tempo de reclusão demonstra que sempre esteve disposto a resistir à disciplina opressiva do sistema carcerário. Assim, entre os presos, ele toma a iniciativa e assume o papel de líder. Antes de tudo, “Zorro improvisara um tabuleiro de xadrez, com caricas e cartão, e ensinou-nos a jogar” (EC, p. 210). Mais tarde, depois da transferência de todos os presos “para uma cela comum, a Cela J” (EC, p. 233), “Zorro, que tinha sido eleito ‘chefe de cela’, organizava a vida dos presos.” (EC, p. 241). Sob essa função, o seu primeiro feito foi a criação de um magistério interno — “os cursos livres”

(EC, p. 241) —, no qual as aulas eram rotativas entre os presos, ficando cada um deles encarregado de uma disciplina de interesse geral.

Ele próprio ensinava matemática e contabilidade. Um jovem médico, também do nosso processo, orientava um seminário sobre primeiros socorros. Havia ainda um tratorista, acusado de pertencer à FNLA, que dava aulas de quicongo [sic]. O que teve mais sucesso foi no entanto um curso de astronomia. O professor era Simon du Plessis, um tenente boére. [...] Eu comecei a ensinar literatura angolana. [...] Lídia [...] fez-nos chegar manuscritos com longas dissertações sobre o movimento nacionalista angolano no século dezanove, a negritude, a literatura brasileira e alemã, que ela conhecia bem, entre vários outros temas gerais. Joãoquinzinho lia alto os papéis de Lídia, tarefa que desempenhava com rigor e uma estranha solenidade. (EC, p. 241-242).

Em seguida, Zorro inventa aquilo a que os presos passam a chamar de “televisão”. Como o descreve o narrador-jornalista,

Era uma caixa de madeira, com um vidro à frente. [...] Era divertido: ao princípio ainda tentamos reproduzir a realidade, ou aquilo que supúnhamos que seria a realidade. Construíamos o telejornal com base em informações trazidas pelos guardas, pelos familiares e amigos que nos visitavam ou retiradas dos raros jornais e revistas que conseguíamos obter. Pouco a pouco começamos a inventar breves notícias, e logo outros de maior impacto, enredando os restantes presos num universo de ficção. (EC, p. 243).

Se “realidade” ou “ficção”, a verdade é que o engenho funciona com relativo primor e proporciona os momentos de maior entretenimento para os reclusos, retirando-os da monotonia asfixiante. Entretanto, nem tudo é mero divertimento, pois a “televisão” confere a ousadia para uma imaginação satírica demolidora, cujos alvos situam-se nos mais diversos quadrantes: da política internacional à política nacional, da religião à literatura. Certa vez, noticia-se que nos Estados Unidos da América “um grupo de índios seqüestrou o presidente...” (EC, p. 244). Noutra, que Jonas Savimbi perdera o apoio da África do Sul e admite negociar com o governo angolano, porém tal governo deixara de existir na prática (EC, p. 244). Noutras vezes ainda, as notícias são veiculadas e logo desmentidas nos noticiários seguintes, porque alvos de protestos de indignação dos presos católicos: primeiro, que “um jornal italiano fotografou o papa numa discoteca de homossexuais...” (EC, p. 244), depois que “Nossa Senhora de Fátima apareceu a um grupo de pastores dominicanos

dançando merengue em cima de uma bananeira” (EC, p. 244). Mas a notícia que causa maior controvérsia é a que dá conta de que “Agostinho Neto ganhou o Prêmio Nobel da Literatura e durante a cerimônia oficial negou a existência de presos políticos em Angola.” (EC, p. 244). Os alaridos não se fazem esperar. Há vaias e assobios:

‘Essa notícia é falsa’, assegurou um homem do Lubango, que tinha sido preso sob a acusação de comer gatos. Chamamos Zorro para comentar o acontecimento. Ele apareceu na televisão, cabelo úmido puxado para atrás, laço branco e charuto, e fez a defesa apaixonada da obra poética de Agostinho Neto. ‘Mesmo assim não acredito’ disse o homem que comia gatos, ‘eles não dão o Nobel a pretos’. (EC, p. 245).

Condensam-se, assim, a galhofa, a (des)informação e a teatralização num mesmo balaio. Todas elas participam em uma espécie de ironização da verdade, mormente da verdade da mídia e da verdade oficial. E ao invés de espaço de absoluta desesperança e melancolia, a prisão torna-se espaço de aproximação, diálogo e camaradagem entre os presos. Em frente à “televisão”, sentados no chão, em tarimbas, bancos de ferro ou mesmo em tijolos, cerca de sessenta homens se juntam e reconhecem: entre trolhas, eletricitistas, ladrões sem arte e sem sorte, funcionários públicos, estudantes, médicos e advogados. “Quase todos angolanos mas também um zairense, dois sul-africanos, três portugueses, um italiano.” (EC, p. 243). Essas e outras diferenças, que antes os opunham, passam a ser postergadas em prol de um objetivo que é de todos: sobreviver à violência do cárcere.

Através de sua liderança e espírito criativo, Zorro transforma-se, portanto, na figura-chave dessa luta pela sobrevivência. Como vemos adiante, esse ato de resistência acaba tendo sequência cerca de doze anos depois de sua libertação. Ao contrário do destino de Paulete, que já “[n]ão acreditava em nada, [só] queria [...] dançar nos novos bares, erguidos nas áreas da Ilha [de Luanda] e divertir-se com os amigos nas discotecas que prosperavam um pouco por toda a cidade” (EC, p. 258-259), Zorro decidira, juntamente com outros antigos companheiros da OCA, formar um pequeno partido político e concorrer às eleições gerais de setembro de 1992. Com o fim da ditadura monopartidária e a transição para o multipartidarismo, reúnem-se as condições para a reafirmação de uma nova alternativa no cenário político angolano, algo

que, no entanto, não se vem a concretizar devido ao reacender do conflito armado. Em resumo, Zorro alinha como uma das raras personagens positivas do romance, acomodando em sua luta política a esperança de que ainda seja possível cumprir as promessas que a conquista da independência não soube conduzir a bom termo.

Conclusão

No decurso de nossa análise, procuramos demonstrar, comparativamente, qual o lugar da violência em **Maio, mês de Maria** e **Estação das chuvas**, partindo da sugestão de que, não obstante os recursos de ordem discursiva e compositiva que os diferenciam de maneira incontestável, Boaventura Cardoso e José Eduardo Agualusa perseguem um mesmo propósito: o de repensar literariamente a nação a partir de acontecimentos recentes que sacudiram o tecido social angolano e cujos efeitos traumáticos permanecem até os dias atuais.

Nessa medida, notamos que, na verdade, ao invés de ilidirem, as divergências entre os dois romances parecem tornar ainda mais complexa a presença da violência como um motivo estruturante em comum. Daí uma certa complementariedade que se estabelece entre uma diegese e outra. Se, em **Estação das chuvas**, a violência que se desenrolou dentro e fora dos calabouços do regime monopartidário é essencialmente retratada em corte realista, de acordo com a visão de um narrador que se insinua ora como jornalista-pesquisador ora como protagonista dos fatos históricos de que nos dá testemunho, em **Maio, mês de Maria**, só por analogia podemos apreender a identificação dos eventos diegéticos com vaga de terror que se seguiu à tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977. Em outras palavras, José Eduardo Agualusa e Boaventura Cardoso lançam mão de instrumentos e coordenadas distintos, mas que servem para igual fim: a escavação da memória social angolana, fazendo de seus fragmentos ou de suas ruínas a matéria de criação e reflexão artística.

Constatamos, assim, que as relações entre ética e estética não estão postas de parte para esses autores. Com eles, a estilização do horror manifesta uma sensação de mal-estar, sintoma do trauma social, o qual a consciência autoral não finge ignorar, antes pelo contrário decide confrontar. De modo que os seus romances pretendem dar voz a esse desconforto latente. A releitura do passado angolano recente a partir da perspectiva das vítimas diretas e indiretas da violência é, segundo entendemos, uma opção clara. Tanto a família Segunda e as comunidades de Dala Kaxibo e do Bairro do

Balão quanto Lídia do Carmo Ferreira e os militantes da OCA são alvos da tirania impiedosa do poder, cuja violência, enquanto meio que abdica do diálogo, recusa-se em conhecer a dignidade humana do Outro. A figuração dessas experiências traumáticas demonstra-nos que, mais do que aludir às atrocidades do passado ou propor versões alternativas às omissões e mistificações do discurso oficial, a ficção angolana contemporânea é assim chamada a (re)assumir uma posição em face do sofrimento humano¹¹⁶. Pois,

as obras de arte participam da sociedade e, nessa media, da barbárie, pois esta não foi ainda superada: uma sociedade que permitiu o aniquilamento planejado de multidões afeta, como uma mancha indelével, toda configuração estética e converte em escárnio a obra que finge não ouvir o grito de horror dos massacrados. (FRANCO, 2006, p. 352).

Contudo, quer num quer noutro romance, trata-se de uma violência que, no fundo, responde por uma estrutura psicossocial e de poder, por relações sociais determinadas, a que todos acabam, independentemente de sua consciência e vontade, vendo-se enredados. A violência está por todo o lado: na ameaça dos presságios, nos discursos, nos gestos, nos olhares, nos espaços, etc. A todo o instante, as referências ao passado colonial, nomeadamente na voz das personagens e nos intertextos, servem para entender e questionar o momento pós-independência nos romances. A sensação é a de que a atmosfera da violência sob a qual se constituíram e dissolveram as relações entre colonizador e colonizado não se dissipa no quadro da nova sociedade, seja nas relações entre as elites políticas, seja nas relações entre essas e o povo¹¹⁷. Aliás, os próprios métodos coloniais de violência descendem como um legado refundado e adquirido de novas práticas repressoras. É como se se operasse, ao longo do percurso histórico angolano,

¹¹⁶ Sob esse particular, esses romances podem ser perfeitamente enquadrados na tendência geral dos romances africanos do período pós-independência, uma vez que, como diz Kwame Appiah (1997, p. 213), longe de celebrar a nação, esses romances se fundamentam “num apelo a um universal ético [...], num apelo a um certo respeito simples pelo sofrimento humano, numa revolta fundamental contra o sofrimento interminável dos últimos trinta anos.”

¹¹⁷ Aspecto para o qual Frantz Fanon (2010, p. 93) já havia, de fato, chamado atenção, quando consta que “a violência, nos caminhos bem precisos, no momento da luta de libertação, não se apagou magicamente depois da cerimônia das bandeiras nacionais. [...] A atmosfera da violência, depois de impregnar a fase colonial, continua a dominar a vida nacional [...]”

uma *dialética da violência*¹¹⁸, cuja dinâmica catastrófica é incorporada pelas respectivas diegeses.

Ainda assim, verificamos que, cada um a seu modo, **Maio, mês de Maria** e **Estação das chuvas** apontam para a superação do rastro de medo, angústia e apatia que a violência deixa por onde passa. A busca de respostas às imperfeições das ordens sociais inscritas nas diegeses é também uma forma de sinalizar outros caminhos para o país, caminhos esses que não se afiguram, com certeza, à partida, fáceis de percorrer, mas que alimentam a constante sede de esperança de um futuro melhor.

Tendo isso em conta, podemos afirmar, em última análise, que esses romances se inserem de maneira bastante singular no conjunto das obras de seus autores, em particular, e no panorama da ficção angolana contemporânea, em geral. Nesses dois contextos, eles se propõem a uma exigência assinalável: a de lutar contra o esquecimento, ou seja, contra a repetição da violência por meio da rememoração literária dos acontecimentos. E, mediante tal postura, provam que a literatura pode ser, ela também, uma força capaz de resistir contra a lógica embrutecedora de novos tempos.

¹¹⁸ A expressão é aqui proposta para caracterizar, especificamente, uma espécie de inversão histórica da violência, na qual o potencial da violência outrora exercido pelo colonizado contra o colonizador se transformara, logo após a independência, ele próprio em violência opressora. Em vez de promover a emancipação histórica do colonizado, ele continua assumindo um papel central na explicação dos conflitos fratricidas.

Bibliografia

A) Bibliografia literária

AGUALUSA, J. **Estação das chuvas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

_____. **A conjura**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

CARDOSO, B. **Maio, mês de Maria**. Porto: Campos das Letras, 1997.

JACINTO, A. Monangambâ. In: DÁSKALOS, M. *et al* (Org.) **Poesia africana de língua portuguesa (antologia)**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003, p. 64-66.

LIMA, M. **Os anões e os mendigos**. Porto: Afrontamento, 1984.

NETO, A. **Trilogia poética: sagrada esperança, renúncia impossível e amanhecer**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2009.

ONDJAKI. **Bom dia camaradas**. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

PEPETELA. **Predadores**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.

VIEIRA, L. **A vida verdadeira de Domingos Xavier**. São Paulo: Ática, s/d.

B) Bibliografia teórica e crítica

ABDALA Jr., B. Códigos e habitus culturais: a dinâmica do diverso. In: CHAVES, R. *et al*. (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. São Paulo: Alameda/UEA, 2005, p. 220-228.

ANDRADE, M. As ordens do discurso do clamor africano. Continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. In: **Estudos Moçambicanos**, n. 7, Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, 1990, p. 7-27.

APPIAH, K. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Trad. V. Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALTUNA, R. **Cultura tradicional banto**. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985.

- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: AAVV. **Análise estrutural da narrativa**. Trad. M. Pinto, Petrópolis: Vozes, 2008, p. 19-62.
- BENJAMIN, W. Sobre o Conceito da História In: **Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura**. Obras Escolhidas. 3 ed., Trad. S. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232, v. 1.
- _____. Para uma crítica da violência. In: GAGNEBIN, J. (Org.) **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. Trad. S. Kampff e E. Chaves, São Paulo Ed. 34, 2010, p. 121-156.
- BESSON, M. **Totemismo**. Trad. Joaquín Gallardo. Buenos Aires: Editorial Labor, 1981.
- BITTENCOURT, M. **Dos jornais às armas**. Trajectórias da contestação angolana. Lisboa: Vega, 1999.
- CARVALHO, P. Natureza do conflito angolano. In: **Angola. A festa e o luto**. Lisboa: Vega, 2000, p. 88-99.
- CARVALHO, R. **Ana a Manda – Os filhos da rede**. Lisboa: ME/IICT, 1989.
- CHAVES, R. O passado presente na literatura africana. In: **Via atlântica**, n. 7, São Paulo: AECLLP-DLCV-USP, out., 2004, p. 147-161.
- _____. e MACÊDO, T. Breve apresentação dos textos de Boaventura Cardoso. In: CHAVES, R. *et al.* (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. São Paulo: Alameda/UEA, 2005, p. 249-255.
- _____. A narrativa em Angola: espaço, invenção e esclarecimento. In: **África - Brasil. Caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Ed. Unicamp, 2009, p. 103-114.
- COELHO, V. Agostinho Neto: Kilamba Kyaxi da nossa esperança. In: AAVV. **A voz igual. Ensaios sobre Agostinho Neto**. Luanda: MPLA, 2006, p. 141-158.
- EAGLETON, T. Um futuro para o socialismo? In: BORON, A. *et al.* (Org.) **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 449-457.

- FANON, F. **Os condenados da terra**. Trad. E. Rocha e L. Magalhães, Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FONSECA, M. Processos narrativos e recriações languageiras na obra de Boaventura Cardoso. In: CHAVES, R. *et al.* (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. São Paulo: Alameda/UEA, 2005, p. 89-106.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 12 ed. Trad. R. Ramalheite, Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. **Segurança, território e população**. Trad. E. Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. Os intelectuais e o poder. In: MACHADO, R. (Org.) **Microfísica do poder**. Trad. R. Machado, Rio de Janeiro: Graal, 2010, p. 69-78.
- FRANCO, R. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.) **História, memória, literatura**. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 351-369.
- GENETTE, G. Fronteiras da narrativa. In: AAVV. **Análise estrutural da narrativa**. Trad. M. Pinto, Petrópolis: Vozes, 2008, p. 265-284.
- GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**. Trad. B. Guimarães, São Paulo: Edusp, 2001.
- HAMILTON, R. A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial. In: **Via atlântica**, n. 3, São Paulo: AECLLP-DLCV-USP, dez., 1999, p. 12-22.
- HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo (história – teoria – ficção)**. Trad. R. Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JAMESON, F. **Marxismo e forma**. Teorias dialéticas da literatura no século XX. Trad. I. Maria *et al.* São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. A utopia e o ser realmente existente. In: **Espaço imagem**. 3 ed. Trad. A. Gazzola. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, p. 263-286.
- JUNOD, H. **Usos e costumes dos bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996, t. 2.

- KEHL, M. Elogio do medo. In: NOVAES, D. (Org.) **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 89-110.
- LARANJEIRA, J. A intentona fracassada de 27 de maio de 1977 num romance de Boaventura Cardoso. In: CHAVES, R. *et al.* (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. São Paulo: Alameda/UEA, 2005, p. 167-171.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. B. Leitão *et al.*, Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- LEI CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acessado em: 16. 05. 2010.
- LIMONGI, M. A racionalização do medo na política. In: NOVAES, D. (Org.) **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 135-152.
- LUGARINHO, M. Quem deve comer lagostas? Reflexões sobre os estudos pós-coloniais a partir de alguma ficção de Pepetela e Agualusa. In: CHAVES, R. *et al.* (Org.) **A kindia e a missanga**. encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo/Luanda: Cultura Acadêmica/Nzila, 2007, p. 303-312.
- LUKÁCS, G. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: **Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967**. Trad. C. Coutinho & J. Netto. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009, p. 87-118.
- _____. **O romance histórico**. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MACÊDO, T. **Luanda, cidade e literatura**. São Paulo/Luanda: Editora UNESP/Nzila, 2008.
- MAGARREIRO, V. **“Michel” sobreviveu ao inferno do 27 de maio**. Disponível em: <<http://www.mpdaangola.com>> Acessado em: 18. 10. 2011.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 4 ed. Trad. S. Santeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARIN, I. **Violências**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.

- MATA, I. A verdade da literatura a propósito de 'Estação das chuvas'. In: **Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta**. Lisboa: Mar Além, 2001, p. 218-225.
- _____. Pepetela e as (novas) margens da nação angolana. In: **Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta**. Lisboa: Mar Além, 2001, p. 193-208.
- _____. Maio mês de Maria: as águas da memória em movimento. In: CHAVES, R. *et al.* (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. São Paulo: Alameda/UEA, 2005, p. 145-159.
- MATEUS, A. e MATEUS, D. **Purga em Angola**. O 27 de maio de 1977. 4 ed. Alfragide: Texto, 2010.
- MBEMBE, A. As formas africanas de auto-inscrição. In: **Revista de estudos afro-asiáticos**. Trad. P. Farias. Ano 23, n. 1, Rio de Janeiro: Beth e Cobra, 2001, 171-209.
- MESSIANT, C. A transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia. In: VIDAL, N. e ANDRADE, J. (Org.) **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Firmamento, 2006, p. 131-174.
- MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- MIGUEL, F. "Michel". **Nuvem negra – o drama do 27 de maio de 1977**. Lisboa: Clássica, 2007.
- MIGUEL Jr. (Org.) **A batalha de Kifangondo 1975**. Factos e documentos. Luanda Sul: Mayamba, 2011.
- OLIVEIRA, M. **Reler África**. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1990.
- PACHECO, C. **MPLA. Um nascimento polémico** (as falsificações da história). Lisboa: Vega, 1997.
- PADILHA, L. Pelo ventre sagrado da terra. In: CHAVES, R. *et al.* (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. São Paulo: Alameda/UEA, 2005, p. 203-217.

- PESTANA, N. A história na estória em Angola: Henrique Abranches e José Eduardo Agualusa. In: CHAVES, R. e MACÊDO, T. (Org.) **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006, p. 227-241.
- _____. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. In: **Occasional paper**, n. 2, mai., Lisboa: ISCTE/CEA, 2003, p. 1-41. Disponível em: <<http://www.cea.iscte.pt/index>>. Acessado em: 15.08.2008.
- RANCIÈRE, J. Do medo ao terror. In: NOVAES, D. (Org.) **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 53-71.
- RATTON, H. **Batismo de sangue**. Brasil, 2006, 110 min.
- REIS, C. e LOPES, A. **Dicionário de narratologia**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2002.
- RIBAS, Ó. Usos e costumes angolanos. In: **Mensário Administrativo**. XVII, 7-8-9 Junho-Agosto-Setembro. Luanda, 1964, p. 49-69.
- SÁ, A. Diálogos literários: presenças hispano-americanas na literatura angolana. In: MAGALHÃES, G. (Ed.) **Actas do Congresso RELIPES III**, Covilhã/Salamanca: Universidade da Beira Interior/CELYA, 2007, p. 231-249.
- SANTOS, O. **A alegoria “materna mãe” angolana – uma reescrita da história e das tradições pelos romances de Boaventura Cardoso**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5 ed., São Paulo: Editora 34, 2000.
- SECCO, C. A alquimia do verbo e a reinvenção do sagrado. In: CHAVES, R. *et al.* (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. São Paulo: Alameda/UEA, 2005, p. 107-125.
- SOARES, F. **Notícia da literatura angolana**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

TALI, J-M. **Dissidências e poder de Estado**. O MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de história política (1962-1974). Trad. M. Ruas. Luanda: Nzila, 2001, v. 1.

_____. **Dissidências e poder de Estado**. O MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de história política (1974-1977). Trad. M. Ruas. Luanda: Nzila, 2001, v. 2.

TODOROV, T. **A tipologia do romance policial**. In: Poética da prosa. Trad. C. Berliner, São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 63-76.

TOROUÇO, E. **O realismo animista e a literatura africana**. Disponível em: <<http://www.uniritter.edu.br>>. Acessado em: 09. 10. 2010.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. Trad. L. Oliveira, São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

WOLFF, F. Devemos temer a morte? In: NOVAES, D. (Org.) **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 17-38.

ZAHN, D. **Religion, spiritualité et pensée africaine**. Paris: Payot, 1970.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo em perspectiva**. Revista da Fundação SEADE, n. 3, São Paulo, Jul-Set/1999, p. 3-17, v. 13.

_____. O contexto institucional da violência. Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br>>. Acessado em: 04. 8. 2011.